

ISSN: 2177-8574

Ano: XXI, V. 15. -Nº 141/Abril/Maio- 2022



Scientific Magazine

INCLUSÃO DO ALUNO COM ESPECTRO
AUTISMO NOS ANOS INICIAIS

A GAMIFICAÇÃO NA PROPOSTA DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

SAÚDE DO PROFESSOR: DOENÇAS LABORAIS
INERENTES À PROFISSÃO DOCENTE

LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PEDAGÓGICO
PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL



APRESENTAÇÃO

A **SCIENTIFIC MAGAZINE (On-line)** com registro no **ISSN: 2177-8574**, composta pelo Conselho Editorial de pareceristas *ad hoc* e consultores sobre compreensibilidade, sendo publicada ininterruptamente desde 2006. É uma publicação eletrônica, mensal de caráter acadêmico, que tem o intuito de promover a divulgação de pesquisas, cumprindo a tríplice missão de proporcionar ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável. Incentivando pesquisas e procura o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto em nível de graduação pós-graduação *latu senso e estrito sensu* de interesse social, educacional, científico ou tecnológico.

Aceita artigos originais, não publicados anteriormente, bem como de autores da comunidade científica nacional e internacional. Publicam artigos, notas científicas, relatos de pesquisas, estudos teóricos, relatos de experiência profissional, resenhas e revisão de literatura nas diversas áreas do conhecimento científico, sempre a critério de sua Comissão Editorial e de acordo com o formato dos artigos publicados

Equipe Científica

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- 1) **Procedimentos para Aceitação dos Artigos:** Os artigos enviados devem ser originais, isto é, não terem sido publicados em qualquer outro periódico ou coletânea no país. O procedimento adotado para aceitação definitiva será o seguinte:
 - a. **Primeira Etapa:** seleção dos artigos segundo critério de relevância e adequação às diretrizes editoriais. O Conselho Editorial constitui a instância responsável por essa etapa.
 - b. **Segunda Etapa:** parecer de qualidade a ser elaborado por pareceristas “ad hoc”. A Comissão Editorial e os consultores científicos, por eles indicados, compõem o filtro de qualidade responsável por essa etapa.
- 2) **Os pareceres comportam três possibilidades:**
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com alterações;
 - c) recusa integral.
 - d) Em caso de recusa, o autor(es) receberá cópia do parecer do consultor.
 - e) Idiomas: Serão aceitos trabalhos redigidos em inglês ou preferencialmente em português. Trabalhos em outras línguas poderão ser aceitos, dependendo de consulta prévia ao Conselho Editorial.
- a. **As opiniões e conceitos contidos nos artigos** são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).
- 3) **Tipos de trabalhos aceitos pela Revista:** serão aceitos trabalhos originais que se enquadrem nas seguintes categorias:
 - a. Artigos Científicos (máximo de 15 laudas);
 - 4) **Forma de Apresentação dos Artigos:** normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a norma de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os artigos devem ser encaminhados em editor de texto Word, em espaço duplo, em fonte tipo Arial, tamanho 12, a página deverá ser em formato A4, com formatação de margens superior e esquerda (3 cm) e inferior e direita (2 cm).
 - a. Todo artigo encaminhado à revista deve ser acompanhado de ficha assinada pelo(s) autor(es), onde esteja explicitada a intenção de submissão ou nova submissão do trabalho a publicação. Esta deve conter, ainda autorização para reformulação de linguagem, se necessária. Em caso de trabalho de autoria múltipla, a versão final deverá ser acompanhada de ficha assinada por todos os autores.
- 5) **A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:**
 - i. Folha contendo apenas:
 - b. Título em português;
 - i. Folha contendo Resumo (redigido em parágrafo único, espaço simples e alinhamento justificado, não deve conter texto em negrito ou itálico e Palavras-chave (mínimo 3 e máximo 5) para fins de indexação do trabalho. Devem ser escolhidas palavras que classifiquem o trabalho com precisão adequada, que permitam que ele seja recuperado junto com trabalhos semelhantes, e que possivelmente serão evocados por um pesquisador efetuando levantamento bibliográfico.
 - ii. Folha contendo Abstract e Key words, em inglês, compatível com o texto em português. O Abstract deve obedecer às mesmas especificações para a versão em português, seguido de Key words, compatíveis com as palavras-chave.

SCIENTIFIC MAGAZINE

Ano: XXI, V. 15. -Nº 141/Abril/Maio- 2022
São Paulo. SP.

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

Anual: 2006-2008. Semestral: 2009-2016.

Quadrimestral: 2017- Mensal: 2018

Modo de acesso:

<http://scientificmagazine.com.br/>

A SCIENTIFIC MAGAZINE – (on-line)

Registro no **ISSN: 2177-8574**.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

Pareceristas *ad hoc* e consultores sobre compreensibilidade, sendo publicada ininterruptamente desde 2006.

DIRETORES

Prof. Ms. Mauricio Furlanetto

Prof. Dr. Jonas Ferreira Soutto

SECRETÁRIOS/EDUCACIONAIS

Ms. André Luís

Ms. Francisca Lira Schummer

ORGANIZADORES

Fabiana Catellan Erich

Walmir Chagas

Luiz Carlos Fabian

Revisão:

Joel Farias Pettiere

Angela Costa Filage

Marcondes Ferreira Lopes

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rubens Ranzinny

Aparício Francis Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Prof. Dr. Luiz Paulo Barbosa

Prof. Dr. Marcos Silvestre Trivellato

Prof. Ms. Demetrio Casanova Mamani

Prof. Ms. Fábio Sabino de Sousa

Prof. Ms. Jair Pereira da Cruz

Profª Ms. Mara Cristina da Conceição

Profª. Doutoranda Rosana Erenice X. da Silva

Lucas

Profª. Dra Paula Lerner Marques

Profª. Dra. Maria Antônia Costa Pereira

CONSELHO INTERNACIONAL**CIENTÍFICO**

Profª. Dra. Lemert Hernandez Paz

Profª. Esp. Juliana Luz Rodrigues

Profª. Dra. Pilar Castillo

Profª. Dra. Llena Sánchez

Profª. Dra. Ivet García Dussel

Profª. Dra. Esther Muñoz Carriego

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª. Dra. Elizeth Souza da Cruz de Melo

Profª. Esp. Alexandra Gonçalves dos Santos

Profª. Esp. Andreia Souza da Costa

Profª. Esp. Celina Aparecida Gamba

Profª. Esp. Eliane Giselia Rondon Alves de

Pinho

Profª. Esp. Eranice Domingas de Souza Costa

Profª. Esp. Fabiane Deluque Viana

Profª. Esp. Helena Mota da Silva

Profª. Esp. Mariza da Silva Santos

Profª. Esp. Paula Dolores Marques de Souza

Profª. Esp. Cláudia Rosana Nunes Henrique

Profª. Esp. Elizandra Maria Mayer Babinski

Profª. Ms. Ana Maria Vieira da Silva

Profª. Ms. Fabiane Deluque Viana

Profª. Ms. Maria Luiza da Silva Ribeiro

Profª. Esp. Clério Vanuzo dos Santos

Profª. Ms. Antonio Carlos Cortez Pinheiro

Profª. Ms. Arlindomar Ruyllon da Silva Soares

Profª. Esp. José Gregório da Silva Filho

SUMÁRIO

INCLUSÃO DO ALUNO COM ESPECTRO AUTISMO NOS ANOS INICIAIS	7
Alexandra Gonçalves dos Santos.....	7
Clério Vanuzo dos Santos	7
Cláudia Rosana Nunes Henrique.....	7
Elizandra Maria Mayer Babinski.....	7
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR VICENTE GERALDO DE MENDONÇA LIMA NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA	19
Maria Luiza da Silva Ribeiro	19
Ana Maria Vieira da Silva.....	19
Antonio Carlos Cortez Pinheiro	19
Elizeth Souza da Cruz de Melo.....	19
A GAMIFICAÇÃO NA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	34
Eranice Domingas de Souza Costa	34
Eliane Giselia Rondon Alves de Pinho	34
Helena Mota da Silva.....	34
Paula Dolores Marques de Souza.....	34
SAÚDE DO PROFESSOR: DOENÇAS LABORAIS INERENTES À PROFISSÃO DOCENTE.....	41
Arlindomar Ruyllon da Silva Soares	41
TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO - SEM OUTRA ESPECIFICAÇÃO (PDD-NOS).....	53
Andreia Souza da Costa.....	53
Fabiane Deluque Viana.....	53
APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	62
Mariza da Silva Santos	62
PSICOPEDAGOGIA E INTERATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	71
Andreia Souza da Costa.....	71
Fabiane Deluque Viana.....	71
A IMPORTÂNCIA DO NEUROPSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR... 81	81
Celina Aparecida Gamba	81
CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	93
Alexandra Gonçalves dos Santos.....	93

Clério Vanuzo dos Santos.....	93
Cláudia Rosana Nunes Henrique	93
Elizandra Maria Mayer Babinski	93
INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO FRENTE À NECESSIDADE ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA QUANTO ATO DE CIDADANIA	101
José Gregório da Silva Filho	101

INCLUSÃO DO ALUNO COM ESPECTRO AUTISMO NOS ANOS INICIAIS

Alexandra Gonçalves dos Santos¹

Clério Vanuzo dos Santos²

Cláudia Rosana Nunes Henrique³

Elizandra Maria Mayer Babinski⁴

RESUMO:

O autismo é um distúrbio comum da infância, afetando 1 em cada 500 crianças. No entanto, muitas vezes não é reconhecido e diagnosticado, mesmo após a pré-escola, o que é tardio porque não há ferramentas suficientes para triagem de desenvolvimento de rotina e triagem especificamente para autismo. Nesse contexto, o objetivo apresentado neste artigo é discutir a inclusão de alunos autistas na série inicial. Como abordagem, utilizou-se um estudo bibliográfico baseado em uma revisão abrangente de publicações sobre o tema. Diante dos dados pesquisados, uma ênfase na identificação precoce de crianças com autismo e uma intervenção precoce e intensiva nos anos pré-escolares das crianças pode melhorar os resultados para a maioria das crianças com autismo. Esta prática de benchmarking revisa as evidências empíricas existentes e fornece recomendações específicas para identificar crianças com autismo. Essa abordagem requer um processo duplo: 1) Primeiro monitoramento de rotina do desenvolvimento e triagem específica de autismo de todas as crianças para identificar grupos de risco para qualquer tipo de desenvolvimento atípico e identificar aqueles em risco particular para grupos de autismo; 2) Avaliar o diagnóstico e o autismo para diferenciar o autismo de outros transtornos psiquiátricos do desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação especial, Autismo, Inclusão.

ABSTRACT:

Autism is a common childhood disorder, affecting 1 in 500 children. However, it is often not recognized and diagnosed even after preschool, which is late because there are not enough tools for routine developmental screening and screening specifically for autism. In this context, the objective presented in this article is to discuss the inclusion of autistic students in the initial grade. As an approach, we used a bibliographic study based on a comprehensive review of publications on the subject. Given the data surveyed, an emphasis on early identification of children with autism and early, intensive intervention in children's preschool years can improve outcomes for most children with autism. This benchmarking practice reviews existing empirical evidence and provides specific recommendations for identifying children with autism. This approach requires a twofold process: 1) First routine developmental monitoring and autism-specific screening of all children to identify groups at risk for any type of atypical development and identify those at particular risk for groups of

¹ **Graduação:** Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. **Pós-graduação** em: Psicopedagogia Clínica pelo Instituto Cuiabano de Educação. E-mail: g_s_alexandra@hotmail.com.

² **Graduação:** Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. **Pós-graduação** em História e Geografia pela EAD-Eduon. E-mail: cvssantos@hotmail.com

³ **Graduação:** Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. **Pós-graduação** em: Psicopedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação. E-mail: claudiarosananunes@hotmail.com.

⁴ **Graduação:** Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. **Pós-graduação** em: Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Afirmativo. E-mail: elizandrammb@gmail.com.

autism; 2) Assess diagnosis and autism to differentiate autism from other psychiatric developmental disorders.

Keywords: Special education, Autism, Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Em todo o país, os educadores enfrentam os desafios inerentes à educação de alunos com autismo e precisam de recursos e informações para ajudá-los a trabalhar com sucesso com todos os alunos.

Segundo Miranda (2006), o autismo infantil é um transtorno global do desenvolvimento em que a criança tem dificuldade em distinguir-se dos demais e não se torna sujeito na vida social porque, para ela, o outro não existe e é, portanto, um grande desafio para educadores, que na maioria das vezes utilizam jogos instrucionais para desbloquear e estimular os comportamentos lúdicos das crianças e construir seus diferentes vínculos. Portanto, é importante que os educadores estudem bastante no jogo, pois auxilia muito o processo de aprendizagem e é uma alternativa para o desenvolvimento cognitivo.

O autismo ou transtorno do espectro autista é definido como uma série de transtornos invasivos do desenvolvimento que impactam negativamente o desenvolvimento do aluno e resultam na necessidade de instrução especialmente projetada e serviços relacionados (GADIA, 2004).

Os transtornos do espectro do autismo são caracterizados por desenvolvimento desigual, deficiências qualitativas na interação social, comunicação, padrões repetitivos e/ou comportamentais restritos e atividades variadas e estereotipadas. Essas características podem se manifestar em muitas combinações, variando de leves a graves. Os transtornos do espectro do autismo podem incluir: autismo, transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação, Asperger ou outros transtornos invasivos do desenvolvimento (ZAATA, CAETANO, 2018).

De fato, apesar da importância e necessidade de uma escola inclusiva e de qualidade educacional para alunos com qualquer tipo de deficiência, existe um grande dilema; porém, há quem lute e busque essa inclusão, tentando que os profissionais venham ajudar seus estudos a acomodar as limitações desses alunos.

2. DO SUJEITO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Segundo Caputo & Guimarães (2003), ao abordar o legado da história, explicado através da mitologia, da religiosidade e da supersticiosidade, pretende ressaltar os aspectos, ou melhor, as ideias e sentimentos que marcaram profundamente a consciência e a vivência do homem em relação à deficiência. Relação marcada por duas vertentes: de um lado a rejeição e eliminação sumária, de outro a proteção assistencialista e piedosa.

A sociedade, desde seu início, sempre foi marcada por classes, ocorrendo, assim, a separação dos processos educativos de acordo com as classes sociais. Na Antiguidade, às classes dominantes cabia ao pensar, o que implicava o aprendizado das artes e da música e a preparação para a política, enquanto às classes dominadas competiam o trabalho e as guerras.

Silva (2010) assinala que, na Antiguidade, Platão (427-399 a. C.) e depois Aristóteles (384-322 a.C.) admitiam a prática do abandono à morte dos PNEE, em nome do equilíbrio e da organização política. Ainda para a sociedade espartana, os mesmos eram considerados como sub-humanos negligenciados e condenado ao abandono, sendo está práticas inspecionada pelo Estado, pois esses indivíduos não se enquadravam nos modelos estéticos da organização sociocultural e política da sociedade de Esparta, já em Atenas, havia o costume de manter vivos somente os filhos fortes e com boa saúde, mas essa decisão era tomada pelo pai, e não mais pelo Estado como em Esparta.

Na Roma Antiga, ainda segundo Silva (2010), os bebês do sexo feminino ou com alguma deficiência eram colocados aos pés do pai, para que ele decidisse se a criança deveria continuar viva ou não. Vendo que o filho não poderia dar frutos bons no futuro, ele fazia um sinal e o bebê era abandonado para que morresse devido por falta de alimento, proteção e cuidados básicos. Como nesse período, a economia da sociedade era basicamente formada pela agricultura, pecuária e artesanato, necessitava de mão de obra funcional, ou seja, pessoas fortes, ágios e em condições de “perfeita estado físico” para trabalhar nessa área, como os PNEE não condizia com esses padrões estabelecidos pela sociedade era considerado como sub-humanos e marginalizado.

Na Idade Média esse quadro de abandono dos indivíduos com deficiência se modificou por que a programação do discurso religioso, que inculcia na população o pensamento de que o homem era uma criatura divina, sendo, portanto, todos considerados aceitos e amados como tal. Deste modo, a morte de crianças consideradas ilegais.

Este discurso baseado na doutrina cristã, fica evidenciado, a marca da crença e do misticismo em relação a deficiência, ou seja, a deficiência passa a ser um “mal”, que o sujeito tem que carregar como forma de “punição aos seus pecados”, conforme se verifica nos escritos bíblicos em Levítico:

[...] O Senhor disse a Moisés: “Dizes a Aarão o seguinte: Homem algum de tua linhagem, por todas as gerações, que tiver um defeito corporal, oferecerá o pão de teu Deus. Desse modo, serão excluídos todos aqueles que tiverem uma deformidade: cegos, coxos, mutilados, pessoas de membros desproporcionados, ou tendo uma fratura no pé ou na mão, corcundas ou anões, os que tiverem uma mancha no olho, ou a sarna, um dartro, ou os testículos quebrados. Homem algum da linhagem de Aarão, o sacerdote, que for deformado, oferecerá os sacrifícios consumidos pelo fogo. Sendo vítima de uma deformidade, não poderá apresentar-se para oferecer o pão de seu Deus. Mas poderá comer o pão de seu Deus, proveniente das ofertas santíssimas e das ofertas santas. Não se aproximará, porém, do véu nem do altar, porque é deformado. Não profanará meus santuários, porque eu sou o Senhor que os santifico” (Levítico, cap.21 vs. 16-23).

Vale destacar como acontecimento, na Idade Média a fundação do primeiro hospital para pessoas cegas. A instituição foi fundada em Paris pelo Rei Luís IX, por volta de 1260, com o objetivo de atender soldados que haviam ficado cego durante a Sétima Cruzada (SILVA, 2010).

Nesta, Era Cristã, as pessoas com deficiência foram alvo caridade e eram acolhidas em conventos ou igrejas, nas quais, em trocas de pequenos serviços, ganhavam a sobrevivência. Segundo Pessotti (apud A. M. SILVA, 2010, p. 16.), exemplificou a influência do cristianismo como o bispo de Myra, que no século IV acolhia e alimentava crianças com deficiência que eram abandonadas. A partir da instalação do discurso religioso, o deficiente passou a ser visto como possuidor de alma, e a partir de então começou a ser denominado como “pessoa”, não sendo mais permitido a sua eliminação, como acontecia na sociedade espartana na antiguidade.

Mazzotta (2011) subdivide as concepções sobre o percurso do deficiente em dois momentos: ora os portadores de necessidades especiais eram vistos como divindades, ora como obra demoníaca. Para melhor compreensão, o autor acrescenta que, naquele momento da história, que os PNEE, por suas condutas, eram considerados como uma ameaça à sociedade, por isso era colocado à margem da condição humanas e segregados da sociedade.

Contudo, após este breve levantamento histórico do deficiente na humanidade até a Idade Média vai apresentar o surgimento e a evolução da educação especial nas Idades Modernas e Contemporâneas, nas últimas décadas do século XX.

2.1. Transtorno do Espectro Autista

O transtorno do espectro do autismo (TEA) é um distúrbio neurológico e de desenvolvimento que começa cedo na infância e dura por toda a vida de uma pessoa. Afeta como uma pessoa age e interage com os outros, se comunica e aprende. Inclui o que costumava ser conhecido como síndrome de Asperger e transtornos invasivos do desenvolvimento (GARDIENETTO, 2005).

É chamado de "espectro" desordem porque as pessoas com ASD podem ter uma série de sintomas. As pessoas com ASD podem ter problemas em conversar com você ou podem não olhar nos seus olhos quando você fala com elas. Eles também podem ter interesses restritos e comportamentos repetitivos. Eles podem gastar muito tempo colocando as coisas em ordem, ou podem dizer a mesma frase repetidas vezes. Eles podem frequentemente parecer estar em seu "mundo próprio" (ZANATA, CAETANO, 2018).

Nos exames de crianças em boas condições, o profissional de saúde deve verificar o desenvolvimento do seu filho. Se houver sinais de ASD, seu filho terá uma avaliação abrangente. Pode incluir uma equipe de especialistas, fazendo vários testes e avaliações para fazer um diagnóstico (GARDIENETTO, 2005).

As causas do ASD não são conhecidas. A pesquisa sugere que os genes e o ambiente desempenham papéis importantes.

Atualmente, não existe um tratamento padrão para o TEA. Há muitas maneiras de aumentar a capacidade do seu filho de crescer e aprender novas habilidades. Iniciá-los cedo pode levar a melhores resultados. Os tratamentos incluem terapias de comportamento e comunicação, treinamento de habilidades e medicamentos para controlar os sintomas (ZANATA, CAETANO, 2018).

2.2. Introdução de novos métodos para trabalhar com a criança autista

Segundo Santos (2001, p. 15) “[...] para criança, brincar é viver.” Este fato ninguém pode negar, pois desde os tempos mais remotos as crianças brincam e certamente vão continuar brincando. Isso não há dúvida. É fácil qualquer pessoa reconhecer e aceitar que brincadeira e criança não se separam independente da idade, sexo e cultura. O que causa controvérsia é o motivo que leva a criança a brincar. Talvez essa questão do brincar nunca

tenha uma resposta contundente. O fato é que de acordo com diversos estudiosos, brincar é saudável e a criança jamais pode ser tolhida desse direito natural.

Muitos estudiosos defendem a ideia de que a criança brinca porque gosta de brincar e, quando isso não acontece, alguma coisa não está bem com ela. Enquanto uns dizem que a criança brinca por prazer, outros dizem que ela brinca para dominar a angústia ou dar vazão à agressividade (UCHÔA, 2015).

Assim na tentativa de esclarecer a questão do brincar, Santos (2001), explica que a brincadeira pode ser vista sob vários pontos de vista: Filosófico, Sociológico, Psicológico, Criatividade, psicoterapêutico e Pedagógico, por exemplo: do ponto de vista Filosófico, o brincar é visto como um meio de contrapor à racionalidade. As características que definem o ser humano são razão e emoção. A razão ao longo da história sobrepõe à emoção, pois, acredita-se que somente com o raciocínio prático o homem se encaixa nos padrões estabelecidos pela sociedade. Quanto à criança, a questão da emoção deve ser privilegiada, pois a criança não pode perder a magia do brincar e, o brincar tem a ver com emoção. Do ponto de vista Sociológico: o brincar é o “caminho” percorrido para inserir a criança no seu grupo social. O conhecimento é o meio pelo qual as pessoas chegam a uma sincronia sobre os padrões estabelecidos na sociedade. O brinquedo é um dos primeiros materiais para se ter um conhecimento, haja vista que os brinquedos são uma réplica do mundo adulto; Do ponto de vista Psicológico. O brincar faz parte do desenvolvimento da criança e influi no comportamento e na personalidade.

Para a psicologia, de acordo com Uchôa (2015), o brincar é o ato mais relevante no desenvolvimento da criança, a ludicidade pode não acelerar a evolução da criança, porém, a psicologia explica que se a brincadeira não for proporcionada à criança, ela pode sofrer bloqueios irreparáveis na aquisição de algumas habilidades; De acordo com a criatividade o brincar e criar centra no mesmo objetivo que é a busca do “eu”. Partindo de esse pressuposto o brincar e criar caminha juntos em busca de algo novo. Então brincar e criar deve ter um ambiente favorável para desenvolver-se; sob a ótica psicoterapêutica, a brincadeira é a atividade pela qual se compreende melhor a criança e ajuda no processo de crescimento e na remoção de bloqueios. A psicoterapia usa a ludicidade para reanimar crianças enfermas. A brincadeira tem o poder de resgatar a alegria, felicidade, afetividade e o entusiasmo; E do ponto de vista Pedagógico: o brincar e o aprender estão sempre juntos.

[...] O psiquiatra austríaco Leo Kanner um dos primeiros a delimitar claramente o distúrbio autista, definindo-o como um tipo de psicose muito semelhante à esquizofrenia adulta. Para Kanner, os autistas são crianças com bom potencial cognitivo, mas com incapacidade para estabelecer relações sociais, com atrasos e alterações da linguagem, insistência em não manter trocas com o ambiente, combinada com condutas respectivas e ritualizada (SANTOS, 2001, p.78).

Considerando o comportamento peculiar das crianças autistas, o brincar surge como uma atividade responsável pelo desenvolvimento físico, moral e cognitivo pelo estabelecimento das relações sociais entre os objetos culturais e a natureza. Segundo Vygotsky (1984), quando brinca, a criança elabora hipóteses para a resolução de seus problemas e toma atitudes além do comportamento habitual de sua idade, pois busca alternativas para transformar a realidade. Os seus sonhos e desejos, na brincadeira podem ser realizados facilmente, quantas vezes o desejar, criando e recriando as situações que ajudam a satisfazer alguma necessidade presente em seu interior.

Vygotsky (1984), assinalou que uma das funções básicas do brincar é permitir que a criança aprenda a elaborar/ resolver situações conflitantes que vivencia no seu cotidiano. Para Bosa (2000), o autismo está incluído no grupo dos distúrbios generalizados do desenvolvimento. Isto significa dizer que a criança autista tem um desenvolvimento sem harmonia em diferentes áreas daquela apresentada pela criança normal. Nesse caso, a brincadeira é uma experiência livre para a criança e deve ser vivenciada da melhor forma possível, pois é por ela e através dela que a criança desperta suas habilidades mais precisas para um bom desenvolvimento, que a conduzirão durante toda a sua vida.

Para Wajskop (2001) os educadores deveriam conceber a brincadeira sob uma perspectiva sociocultural, para assim, compreender os benefícios que as contribuições possibilitam, pois, o brinquedo em seu contexto geral, deve ser considerado coerente tanto em relação à criança como ao adulto, pois a brincadeira engloba todos os aspectos do desenvolvimento da criança demonstrando através do brincar, a personalidade dela. Trata-se de descobrir a si e ao mundo pelo simples ato de brincar, pois, demonstrando ação e imaginação, a criança se motiva a alcançar seus objetivos.

De acordo com Zanata e Caetano (2018), os comportamentos habitualmente apresentados pela criança autista: rituais, agressividade, raiva, autoagressão, hiperatividade, problema na alimentação, no sono, respostas não adequadas aos estímulos geradores, respostas de pânico, podem provocar, como primeira reação, espanto e sensação de incompetência nos professores, sendo necessário compreendê-las para poder ajudar essas

crianças. Para resolver essa tensão, a criança auxiliada pelo professor, através de um mundo imaginário permitirá a criança autista, criar, imaginar e representar a realidade e as experiências por ela adquiridas.

O brincar da criança seria, então a imaginação em ação. Do ponto de vista do desenvolvimento da criança, o jogo traz vantagens sociais, cognitivas e afetivas.

[...] Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em livros e outros. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas encontra-se ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre característica do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações. (BRASIL, 1998, p. 27)

Nesse caso, para envolver nessa dimensão, no mundo da criança autista, o jogo e a brincadeira tornarão experiências vivenciais prazerosas. Assim, também a experiência de aprendizagem tende a se constituir em um processo vivenciado prazerosamente. A escola ao valorizar as atividades lúdicas, ajuda a criança com autismo, a formar um bom conceito de mundo, em que a afetividade é acolhida; a sociabilidade, vivenciada; a criatividade estimulada e os direitos da criança respeitados.

Zanata e Caetano (2018) pontua que ao trabalhar com a criança autista, ludicamente, não é apenas oferecer brincadeiras aleatórias, para o educando consumir passivamente. Pode-se dizer que as atividades lúdicas, os jogos, permitirão colocar a liberdade de ação, naturalidade e conseqüentemente, prazer que raramente são encontrados em outras atividades escolares para estas crianças. Por isso, os educadores precisam conhecê-los para poderem utilizá-los pedagogicamente como uma alternativa a mais a serviço do desenvolvimento global da criança autista.

De conformidade com as modificações, Giardinetto (2005) coloca que, o comportamento de uma criança autista, as brincadeiras se transformam em uma arma eficaz para conseguir a diminuição ou eliminação das alterações de condutas dessas crianças, sempre o educador deve pautar com diferentes procedimentos, que possam tornar a criança menos agressiva, como extinção de qualquer tipo de castigo e para isso acomodar alternativas inovadoras, que possam auxiliar para incrementar condutas funcionais. A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão.

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, desenvolvimento pessoal, social e cultural além de colaborar para uma boa socialização, comunicação, expressão e autoestima, e explora muito mais a criatividade e a construção do conhecimento.

Para Rodrigues (2006), os diversos comportamentos de determinados educadores, que em função de alguns alunos que não correspondem às suas expectativas, deixam de lado o trabalho educativo, sem apresentar alternativas. No processo de incluir o aluno autista, o papel do professor é primordial, pois é ele quem cria espaços, oferece os materiais e participa das brincadeiras, ou seja, media a construção do conhecimento. O professor é mediador, possibilitando assim a aprendizagem de maneira mais criativa e social possível. Para que o ensino seja possível, é necessário que o aluno e professor estejam engajados no processo, pois ações como dar aulas deveriam ser substituídas por orientar a aprendizagem do aluno na construção do seu próprio conhecer.

[...] A formação lúdica deve possibilitar ao futuro educador conhecer-se como pessoa a criança autista, saber de suas possibilidades de suas limitações, desbloquear sua resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brincar na vida dessa criança. (SANTOS, 2001, S/P).

De acordo com Giardinetto (2005), o educador deve procurar adquirir métodos necessários para ensinar um aluno autista, pois ao trabalhar com essa especialidade, na grande maioria das vezes, expressam um caráter bastante reducionista em relação ao convívio diário, colocando-o apenas na esfera de análises conceituais etimológicas. A proposta do brincar não está restrita ao entretenimento, haja vista que a prática do lúdico resgata o prazer e a alegria de viver. O professor consciente do papel da ludicidade, deve lançar mão da brincadeira para que de maneira não explícita, discorra sobre valores como: cooperação, vitórias, derrotas e respeito às diferenças.

Nas colocações de Giardinetto (2005), ao realizar a inclusão dos alunos com autismo ou que apresente outras necessidades especiais no sistema regular de ensino, o processo a ser instituído, é bem mais do que inserir simplesmente o aluno em uma classe regular. Porém, o que se espera do professor ao fazer a inclusão do aluno com necessidades especiais, que vá além de um procedimento normativo, este deve envolver o ingresso, a permanência e vislumbrar o sucesso compreendendo toda a formação da criança, uma vez que o sucesso desses alunos compreende o rendimento escolar e sua interação social com a comunidade escolar.

[...] Nesse ponto, a inclusão na escola a criança com autismo, deve, primeiramente, “integrar” o aluno em classe regular. “Pela integração, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais” (MANTOAN, 2009, p. 68).

Dessa maneira, o autor fala de inclusão da criança autista, não apenas na forma da lei, ou do papel, tudo isso implica o retorno do aluno com necessidades especiais, apta para conviver na sociedade.

Quando o Governo Federal determina que as escolas devem receber os alunos com necessidades especiais, na realidade essas mesmas escolas não recebem por parte do governo a infraestrutura adequada, pois ainda existem professores, que não se encontram devidamente preparados para atuar diante da demanda apresentada, no contexto escolar, esses alunos são colocados dentro de uma sala de aula fazendo parte apenas da lista de chamada, pois acabam por se isolarem do restante da turma, pois não existe uma via de mão dupla na forma do ensino e aprendizagem, pois não há troca de experiências que favorece esse aprendizado.

Segundo Pastore (2000), ao exercer essa prática, a escola deve buscar meios para o professor crescer juntamente com o aluno, proporcionando condições que favoreça a construção do aprendizado, através de uma formação específica, que seja apropriada e eficaz para que estes alunos possam enfrentar as disparidades existentes no processo de educar, e consigam vencer os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações. É importante deixar claro, que a proposta de uma escola inclusiva deve ter uma dimensão que possa ir além da inserção dos alunos em Salas de Recursos, pois dessa maneira, só aumentará cada vez maior o número de alunos que ficarão à margem de um trabalho de qualidade, contribuindo em direção à meta de equiparação de oportunidades educacionais, sem a qual não se poderá construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, o jogo como metodologia inovadora, para trabalhar com a criança autista, irá desenvolver e possibilitar as relações cotidianas que podem construir a identidade da mesma no mundo em que a cerca. O professor não é transmissor de conhecimento e os alunos não aprendem através da repetição. O interesse e a criatividade dos educandos é o motor que move a busca pelo conhecimento. Logo o professor é uma peça que ajuda a mover o processo de aprendizagem. No ato em que ocorrem trocas de experiências, a brincadeira é definida como papel estimulante e até mesmo determinante nos diferentes níveis de desenvolvimento social e individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui é transmitir a todos que independente de raça ou cor, somos todos iguais, sentimos, pensamos, agimos, desenvolvemos e conquistamos o que queremos, amor, carinho, persistência, e amor materno, força, coragem e muitos outros aspectos, capazes de proporcionar dificuldades cotidianas, se buscarmos caminhos, conseguiremos possibilitar a essa criança viver bem em sociedade e poder ser respeitada de acordo com seus direitos.

A dificuldade de aceitar uma família é uma dessas situações gravíssimas, pois a família é a base sobre a qual uma criança cresce e começa a vida, aprendendo a enfrentar todos os desafios.

O atendimento dessas crianças é muito difícil e devemos ter mais profissionais dessa área dispostos a atender e ajudar, o que dificulta o seu desenvolvimento, como uma descoberta recente, as crianças podem desenvolver suas habilidades cognitivas e se preparar para novos desafios sendo preparados, não apenas para eles, profissionais prontos para apoiar e incentivar os pais, não uma doença, mas uma forma diferente de olhar o mundo, mas de uma forma única, seu jeito e estratégia, podendo entrar no mundo e fazer parte dele, ensinar de uma forma diferente, porque é preciso cuidado e paciência, podendo entender e aprender o que é pedido porque é feito por etapas.

Sabendo que tem autismo, quando gosta do que faz, torna-se um gênio, adquire sabedoria muito acima dos outros e consegue se projetar em ambientes familiares, sociais e educacionais. Nesse sentido, pode-se concluir que, ao aprimorar as práticas em sala de aula desde a primeira infância, elas fornecem uma base sólida projetada para garantir o melhor ambiente possível de aprendizado e desenvolvimento para todas as crianças. Da mesma forma, crianças com autismo, sempre que possível, têm as mesmas oportunidades de aprendizagem que seus pares com desenvolvimento normal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://portalses.saude.sc.gov.br/phocadownload/Regulacao/protocolos/17%20Transtornos%20invasivos%20ou%20globais%20do%20desenvolvimento%20\(inclusive%20autismo\).pdf](http://portalses.saude.sc.gov.br/phocadownload/Regulacao/protocolos/17%20Transtornos%20invasivos%20ou%20globais%20do%20desenvolvimento%20(inclusive%20autismo).pdf). Acesso em 20 abr. 2020.

BRITO, E. R. A inclusão do autista a partir da educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso. Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015. Disponível em <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1873/1422> - Acesso em 20 abr. 2020.

GADIA, Carlos A. TUCHMAN. Roberto. ROTTA, Newra T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. Jornal de Pediatria - Vol. 80, N°2(supl), 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10.pdf> acessado em 25 jun. 2018.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Comparando a interação social das crianças autistas: as contribuições do programa TEACCH e do currículo funcional natural**. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2005.

MANTOAN, Teresa Egler Mantoan. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2009.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais**. Caderno CRH, Salvador. 2006.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2000.

RODRIGUES, Marcell. **A função social das classes especiais para deficientes mentais numa perspectiva crítica de inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado). São Paulo - SP. Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Rio de Janeiro ed. Vozes Petrópolis 2001.

SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

UCHÔA, Y. F. A criança autista na educação infantil (manuscrito): desafios e possibilidades na educação inclusiva. (Trabalho de conclusão de curso). 2015. Disponível em <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7959/1/PDF%20-%20Yasmim%20Figueiredo%20Uch%C3%B4a.pdf> - Acesso em 28 abr. 2020.

VASQUES, C. K. and BAPTISTA, C. R. Transtornos globais do desenvolvimento e escolarização: o conhecimento em perspectiva. Educ. Real. [online]. 2014, vol.39, n.3, pp.665-685. ISSN 2175-6236. Dispo <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300003>.

VYGOTSKY. **A formação social da mente**, São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1984.

ZANATA, S. D. R. CAETANO, N. M. O. A inclusão da criança com espectro autista na educação básica: uma análise sobre as ações pedagógicas na Escola Municipal de Dourados. INTERLETRAS, ISSN N° 1807-1597. V. 7, Edição número 27, Abril/Setembro de 2018. Disponível em <https://www.unigran.br/interletras/conteudo/artigos/4.pdf> - Acessado em 28 abr. 2020.

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR VICENTE GERALDO DE MENDONÇA LIMA NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA

Maria Luiza da Silva Ribeiro⁵
Ana Maria Vieira da Silva⁶
Antonio Carlos Cortez Pinheiro⁷
Elizeth Souza da Cruz de Melo⁸

RESUMO

A reflexão a que nos propomos fomentar quer desvelar a crítica sobre a importância de uma gestão escolar adequada, responsável e voltada para o alcance dos objetivos organizacionais, onde foi realizado um estudo norteado pela pesquisa participante, cujo objetivo é analisar os principais fatores que contribuem para efetivação de uma gestão democrática e participativa na Escola, de forma que a busca pela excelência se torne um ponto de referência por todos os envolvidos, priorizando a qualidade no serviço oferecido e a dinâmica de atender as exigências legais do sistema educativo. Este estudo baseou – se nas teorias de Libâneo, Paro e Saviane, em suas abordagens sobre educação, gestão e administração. A amostra da pesquisa foi composta por 15 professores, membros da associação de pais e mestres e equipe gestora da escola estadual Vicente Geraldo de Mendonça Lima do Município de Itacoatiara. A coleta de dados foi desenvolvida seguindo os seguintes passos; Apresentação do termo de livre consentimento, aplicação dos questionários e entrevistas, elaborados com questões objetivas e subjetivas de forma adequada a cada seguimento de entrevistados, o universo em estudo foi delineado através da aplicação dos questionários, que demonstrou concepções sobre as ações da escola, a contribuição que cada um pode dar ao participar ativamente do processo educativo, visto que a qualidade da educação é de interesse de toda sociedade. Os resultados da pesquisa mostraram que a gestão participativa e democrática exige compromisso da escola, em permitir uma participação da comunidade através de ações que promovam o diálogo, contribuindo na tomada de decisões, visto que é necessário este acompanhamento para que todos possam se sentir seguros e confiantes quanto a responsabilidade pela formação de nossas crianças , Os resultados evidenciaram que cabem as escolas de ensino regular desenvolver uma nova cultura , pautada nos direitos humanos, em especial, ao direito de todos os alunos se beneficiarem de um ensino de qualidade. Portanto Que esta reflexão possa instigar o debate e o nascimento de consciências e a sensibilizar os atores da escola a serem parceiros na construção de uma sociedade mais justa através da educação.

Palavras – chave; Educação; ensino de qualidade; gestão escolar.

⁵ **Graduação:** Ciências Naturais, UFAM- Universidade Federal do Amazonas; **Pós-graduação:** Gestão Escolar, UEA - Universidade do Estadual do Amazonas. **Mestrado:** Ciências da Educação, UNIDA - Universidad de la Integración de las Américas. luizaribeiro_40@hotmail.com

⁶ **Graduação:** Pedagogia - Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Letras - Universidade Estadual do Amazonas - UEA. **Pós-graduação:** Alfabetização - Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Gestão Escolar - Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Língua Portuguesa - Faculdade Tahiri. **Mestrado:** Ciências da Educação, UNIDA - Universidad de la Integración de las Américas. anamaria_vieira1000@hotmail.com

⁷**Graduação:** Normal Superior – Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental - CNS- Universidade do Estado do Amazonas. Licenciado Em Pedagogia, EPT- Faculdade Latino-Americana de Educação. **Pós-graduação:** Língua Portuguesa E Docência Do Ensino Superior - LPDES, FCATEA- Faculdade De Ciências Administrativa e de Tecnologia Estado De Rondônia. **Mestrado:** Maestría em Ciencias de La Educación, UNIDA - Ciências da Educação, Universidad de la Integración de las Américas. antonio.carlos900@hotmail.com

⁸**Graduação:** Licenciatura em Letra – Língua e Literatura Inglesa, UFAM- Universidade Federal do Amazonas. **Pós-graduação:** Docência do Ensino Superior, UCAM – Universidade Candido Mendes. **Mestrado:** Ciências da Educação, UNADE - Universidad del Sol. **Doutorado:** Ciências da Educação, UNIDA - Universidad de la Integración de las Américas. zethmel@gmail.com

ABSTRACT

The reflection that we propose to promote wants to reveal the criticism about the importance of an adequate, responsible school management and focused on the achievement of organizational objectives, where a study guided by participatory research was carried out, whose objective is to analyze the main factors that contribute to implementation of democratic and participatory management in the School, so that the search for excellence becomes a point of reference for all involved, prioritizing the quality of the service offered and the dynamics of meeting the legal requirements of the educational system. This study was based on the theories of Libaneo, Paro and Saviane, in their approaches to education, management and administration. The research sample consisted of 15 teachers, members of the association of parents and teachers and the management team of the Vicente Geraldo de Mendonça Lima state school in the Municipality of Itacoatiara. Data collection was developed following the following steps; Presentation of the free consent form, application of questionnaires and interviews, prepared with objective and subjective questions in an appropriate way for each segment of interviewees, the universe under study was outlined through the application of questionnaires, which demonstrated conceptions about the actions of the school, the contribution that each one can give by actively participating in the educational process, since the quality of education is in the interest of the whole society. The research results showed that participatory and democratic management requires a commitment from the school, to allow community participation through actions that promote dialogue, contributing to decision-making, since this monitoring is necessary so that everyone can feel safe and secure. confident about the responsibility for the education of our children, The results showed that it is up to regular schools to develop a new culture, based on human rights, in particular, the right of all students to benefit from quality education. Therefore May this reflection instigate debate and the birth of consciences and sensitize school actors to be partners in building a fairer society through education.

Key words; Education; quality education; school management.

1. INTRODUÇÃO

A gestão democrática faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade. Essa luta constante em busca da democratização resultou na aprovação do princípio da gestão democrática instituída na Constituição Federal (BRASIL, C. F. art. 206, 2006). Desse modo, as escolas passaram a ter legitimidade para exercer a democratização da gestão enquanto possibilidade de melhoria do processo educacional.

Nesta perspectiva, efetivar uma gestão democrática implica na participação de todos os seguimentos da comunidade escolar levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola. A pesquisa tem como Tema: O papel do gestor escolar em uma perspectiva democrática e participativa na escola estadual professor Vicente Geraldo de Mendonça lima no município de Itacoatiara. Tem – se como problemática: Considerando que o gestor desempenha várias ações na escola,

se faz necessário conhecer como este profissional age frente às atividades que são de sua responsabilidade, pois exerce a função de manter a escola organizada e limpa, equipamentos funcionando, contas em dia, funcionários em ação, comunidade participativa - e, acima de tudo, alunos aprendendo.

Esse é o desafio enfrentado pelo gestor ao administrar uma instituição de ensino. Por que a gestão escolar da Escola pública estadual Prof. Vicente Geraldo de Mendonça Lima não tem o sucesso desejado e o ensino de qualidade? A gestão é algo importante no processo ensino aprendizagem. A gestora deve colocar todo o aparato da escola a serviço do pedagógico. Hipóteses: 1ª. Formação acadêmica do gestor? 2ª. Falta de compromisso dos professores com ensino de qualidade? 3ª. Centralização da administração escolar pelo gestor por falta de experiência e não socializar a gestão? Objetivo geral – Delimitar os fatores que influenciam a falta de gestão democrática na Escola pública estadual Prof. Vicente Geraldo de Mendonça Lima. Tem como Objetivos: Específicos: Identificar porque o gestor desconhece a gestão democrática no contexto da gestão escolar; investigar as causas do comportamento administrativo do gestor na gestão não democrática; analisar por que na gestão não democrática para o gestor é mais fácil centralizar a administração do que socializar. Metodologia: O primeiro momento foi à escolha da instituição; optou – se pela pesquisa bibliográfica através de documentos internos e nos registros oficiais preservados em arquivos na secretaria da escola; no segundo momento foi feita a seleção dos funcionários da instituição que participaram da Pesquisa: Gestora, Professores, Coordenação pedagógica, Alunos, Serviços Administrativos, Serviços gerais e APMC. Associação de Pais e Mestres, comunidade interna e externa escolar. Coleta de dados da pesquisa: questionários com perguntas abertas; Natureza da Pesquisa (Básica).

A classificação do estudo, constitui-se numa pesquisa de Campo e Bibliográfica. Segundo os objetivos: Descritiva e Explicativa; Método científico da pesquisa Dedutivo; Segundo a análise dos dados: Qualitativa. Todas as informações voltadas para as causas do problema científico da pesquisa. Aborda a Gestão escolar desafios a enfrentar no contexto educacional para uma educação com qualidade; procedimentos metodológicos da pesquisa e Análise dos Dados da Pesquisa.

2. O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Delegar e liderar devem ser as palavras de ordem. E mais: o bom gestor indica caminhos, é sensível às necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho da equipe e, é claro, resolve problemas. Quando se refere à escola pública, trata – se de uma unidade escolar que tem por principal função o atendimento ao cidadão no seu direito essencial de acesso a educação de qualidade. Essa unidade não funciona isoladamente, pois necessita de meios para se manter sua estrutura física e seus recursos materiais e humanos, necessita, também, de um conjunto de normas para reger todas as atividades e funções.

É nesse sentido que, do ponto de vista institucional e legal, a escola pública integra o sistema de administração pública da educação federal, estadual ou municipal, como está determinado na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por tal sistema entende – se a rede formada pelas escolas públicas e sua estrutura de sustentação, ou seja, os mecanismos necessários ao seu funcionamento. Entre esses mecanismos encontram – se a administração de recursos financeiros. Para compreender em que espaço se trabalha essa competência, é fundamental que se entenda as duas formas de aplicação dos recursos que financiam a escola: a centralizada e a descentralizada.

A aplicação centralizada, que compreende a maior parte dos recursos financeiros, é realizada por uma instância administrativa à qual a escola está submetida hierarquicamente, em geral a Secretária da Educação. Neste caso, os recursos para financiamento da escola chegam a ela na forma de benefícios, como a estrutura física, carteiras escolares, pagamento de servidores, é tudo aquilo que a escola não paga diretamente, mas recebe indiretamente por intermédio de um órgão executor. A aplicação descentralizada é realizada pela escola, em geral por uma unidade executora a ela associada.

Os recursos públicos, neste caso, financiam a aquisição de materiais e a contratação de serviços realizados diretamente pela escola, como material de consumo, equipamentos de manutenção e funcionamento e pequenos reparos, por exemplo. Para que toda a “engrenagem” de financiamento do ensino seja colocada em ação, é fundamental estar atento para as estruturas e as regras da administração pública. Em uma concepção formal, a administração pública retrata o conjunto de órgãos, funções e serviços concebidos e instituídos para executar as políticas governamentais.

Nesse sentido, a escola pública pode ser vista, também, como uma unidade administrativa, que funciona seguindo os princípios de legalidade (Obediência ao que a lei prescreve), moralidade (Aplicação de regras de correta administração regida pela ética, em perfeita conjugação com a lei, para resguardar o interesse público), impessoalidade (os atos devem atender aos interesses da comunidade, de forma impessoal) e publicidade (os atos devem ser divulgados o mais amplamente possível).

De acordo com os princípios necessários para se efetivar um bom trabalho, é importante visualizar as características da gestão, sendo que a Gestão Pública vem utilizando nas últimas décadas práticas novas da administração do setor público, recuperando o termo gestão para contexto público. A experiência na Gestão vem ligada a prática da gestão administração privada. As práticas antigas fortaleceram a gestão pública nos dias atuais, contribuindo para o desenvolvimento da organização cuja sua missão é o interesse público. Segundo Longo, (1996). Explica que:

[...] O fortalecimento da melhoria da gestão pública é uma conquista de nova modernização, nesse processo, os desafios é provocar mudanças, tomando foco na melhoria da qualidade no processo da gestão pública, é consenso que nenhuma transformação poderá ser obtida devidamente equacionada (LONGO, 1996, p. 67).

A organização da gestão pública fortalece as instituições que prestam serviços à população como um todo, esse fortalecimento provoca mudanças e supera desafios, objetivando a qualidade, com isso melhora-se o atendimento e a resolução dos serviços demandas pelos usuários do serviço público, evidenciando as novas conquistas modernizadoras no contexto da Constituição Federal dispõem sobre administração pública:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (CF 1988, Art. 37, p. 41)

As relações da gestão pública com os cidadãos e as organizações são disciplinadas pelo Direito Constitucional, cuja função é a de garantir que o Estado venha a estabelecer relações justas, racionais com os mais diferentes agentes com que entra cotidianamente em interação no exercício das suas funções, assegurando assim, a coerência da ação estatal que é exercida por diversas instituições que a compõe e desempenham funções específicas e interagem com os diversos públicos.

Para a garantia dos serviços e evitar ações arbitrárias por conta dos dirigentes, esses princípios são as regras gerais que vão sustentar a modernização e a qualidade. Para fundamentar o conhecimento sobre gestão e administração, é importante entender que

existem diferenças que podem servir de norte para o gestor, uma vez que ao entender esse processo, pode – se agir, de acordo com o que lhe foi estabelecido. A diferença entre gestão pública e administração contém muita analogia no sistema de cada uma, porque a gestão contém uma visão ampla das coisas que estão ao seu redor e na administração cuida dos princípios para que a execução seja bem trabalhada. Para argumentar o assunto que está sendo abordado Fortunati (2007, p. 16) Afirma que:

[...] Em seu sentido mais abrangente, a expressão administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesses públicos ou comuns em uma coletividade ou em uma organização estatal (FORTUNATI, 2007, p. 16).

Do ponto de vista da atividade, portanto, a noção de administração pública corresponde a uma gama bastante de ações que se reportam à coletividade estatal. Compreendem, de um lado, as atividades de governo relacionadas com os poderes de decisão e de comando e as de auxílio imediato ao exercício do governo. De outra parte, envolvem os empreendimentos voltados para a consecução dos objetivos públicos, definidos por leis e atos de governo.

Administrativa pública é um conjunto de atividades que concretiza as ações delegadas a uma organização e perpassa para o interesse público, nesse sentido a ação da administração que estudam formas de se organizar as coisas, como os adereços se comportam nas organizações, alguns padrões são diferentes das organizações. Na gestão pública é absolutamente diferente, embora se utilizem de técnicas e práticas parecidas, mas do ponto de vista de aprendizado é necessário desvincular.

No campo da gestão pública, hoje é marcado por uma grande variedade de abordagem bem como na gestão local, toda essa relação está nas instâncias que mantêm toda a área pública. Esse desafio consolida o aprofundamento na sociedade o empenho no desenvolvimento no campo do conhecimento da gestão de excelência.

A gestão pública passa por uma mutação social que atinge todos os setores, com melhorias significativas no serviço prestado com excelente qualidade na gestão, tudo isso vem colaborar a implementação das normas do bem-estar das ações. Segundo Bazaga, (2006, p. 19) explica que:

[...] Neste sentido, a Nova Gestão Pública está orientada no sentido de aumentar a eficácia e eficiência da administração pública. Esta busca é lógica e transcendente devido ao fato de que a ausência de eficácia e eficiência no setor público põe em risco sua legitimidade e estabilidade. Tal situação pode chegar a colocar em questão o próprio sistema político, uma vez que, na medida em que os governos não proporcionam com vigor as políticas e os serviços públicos emanados

socialmente, imperceptíveis apoios ao sistema político (BAZAGA, 2006, p. 19).

O modelo de organização burocrático foi à resposta às necessidades derivadas da modernidade. Uma modernidade racionalizadora que se manifestava no domínio da eficiência, da previsibilidade, da mensurabilidade e do controle tecnológico. A inspiração do modelo organizativo burocrático desenvolveu, com o tempo, disfunções bastante importantes que têm como resultado mais substantivo a falta de adaptação das organizações públicas ao contexto socioeconômico atual.

Na sociedade onde convivemos é fundamental o conhecimento para que as pessoas possam interagir e fazer uso de seus direitos sociais. Nessa perspectiva, de convívio social verificam-se e analisam-se quais as ações, utilizadas e as contribuições que o gestor desenvolve no contexto escolar com corpo toda a comunidade escolar com a finalidade de promover e envolver a todos, na tomada de decisões para o bom desempenho da escola, pois, as ações da escola, implica no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do sujeito.

Observamos no contexto escolar que o aluno age de acordo com os incentivos e determinações estabelecidas pelo sistema, observando – se principalmente o papel da família quanto a sua educação, na medida que o interesse pelos estudos são fundamentais para que a escola alcance os resultados pretendidos , no que tange aos seus objetivos, metas e índices .É fundamental conhecermos a função do gestor, quais posicionamentos devem ser adequados para que se promova uma educação de qualidade baseando – se em uma perspectiva democrática e participativa, primando pela eficiência do processo ensino e aprendizagem .

E, também, como é realizada a interação dialógica do gestor e os demais grupos que fazem parte da escola, como associação de pais e mestres, conselho escolar, grêmios estudantil, pois estes grupos também são responsáveis para que o sujeito tenha um desempenho promissor na sociedade onde convive. Pois, é necessária no contexto escolar a concretização de ações, metodologias que possam possibilitar, oportunizar conhecimentos que venham alicerçar o aprendizado para a efetivação de atitudes sociais dos sujeitos e com isso, poder contribuir com a construção de uma sociedade cidadã, onde os direitos e deveres sejam respeitados. Campos (2010, p. 86) comenda que:

[...] Compreendendo a escola como instituição aprendente, temos que banir a gestão comum e trazer para o interior da escola modelos de gestão que, sob o ponto de vista científico, possibilitem uma ação racional na organização, estrutura e funcionamento e viabilizem também a aplicação do processo pedagógico (CAMPOS, 2010, p. 86).

Ressaltando o pensamento de Campos (2010), a gestão é fundamental para que o processo ensino e aprendizagem aconteçam de forma promissora. Pois, com uma gestão alicerçada na democrática, na cidadania verificar-se-á que o processo pedagógico pode desenvolver um trabalho articulado, onde os alunos terão oportunidade de conhecer de forma significativa outros contextos, os quais contribuirão com uma aprendizagem de qualidade. Sendo assim, queremos verificar como a gestão, pode interagir para que o processo ensino e aprendizagem sejam eficazes para a construção do conhecimento e com isso, verificar sua interferência de forma eficiente na sociedade.

Nesta perspectiva é relevante que o gestor se aproprie de fundamentos, conhecimentos pertinentes à sua função para que contribua no processo de superação dos desafios de uma escola. Pois, a partir da função dele, o mesmo é capaz de articular, intervir e interagir em todos os seguimentos da escola e com isso, a comunidade escolar começa a ser valorizada quando sente a preocupação e o envolvimento daquele que é responsável por gerir o bem mais precioso destinado a cada indivíduo.

Assim, é necessário que conheçamos as contribuições que o gestor realiza para se promover uma gestão de qualidade para todos, pois se articula com todos os envolvidos afins de que essa participação seja algo natural para que possam contribuir para a melhoria da educação do país. Através desta investigação poderemos analisar os benefícios para a comunidade escolar, quando. Tem-se a frente alguém que atenda as expectativas diante das exigências da sociedade que é promover o envolvimento de todos para se encontrar soluções para os possíveis problemas. Segundo Freire (1996, p. 26) afirma que:

[...] O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis (Freire, 1996, p. 26).

Paulo Freire enfatiza a participação de todos em ações, atividades que se valorizem os conhecimentos a partir de informações adquiridos em contexto escolar, os quais lhe possibilitarão o desenvolvimento quanto aos aspectos social, cognitivo e cidadã. O gestor, quando realmente busca realizar um trabalho significativo e plausível procura dialogar frequentemente com todos os membros da escola, visita as salas de aula com frequência. Enfatizo a relevância da gestão na construção de uma sociedade melhor, apesar de nos encontrarmos em espaços pequenos e longínquos, muitas vezes sem estrutura, sem condições de materiais, mas é nas pequenas coisas e nos grandes desafios que podemos

ajudar na melhoria, na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de uma comunidade.

É importante salientar que, ao desempenhar o seu papel, através de suas atividades, está oportunizando a comunidade escolar e as pessoas as quais ele trabalha meios de crescimentos pessoais e coletivos, a descobertas de potencialidades e, principalmente, auxiliando no processo de cidadania e conhecimento próprio, não somente no ambiente educacional em que estão inseridos, mas em outros espaços, seja na família, no trabalho e na sociedade em geral.

A escola contemporânea gerenciada com a gestão democrática compreendendo a importância do papel da educação no desenvolvimento integral dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas numa filosofia marxista, no enfoque construtivista e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, advém à necessidade de as escolas construírem seus Projetos Político Pedagógico.

O projeto pedagógico torna-se fundamental para a escola por ser o elemento norteador da organização do seu trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos finalidade maior da escola como instituição social.

O projeto pedagógico é a bússola orientadora do trabalho da escola da gestão democrática por meio de diversas formas de planejamento, todas elas integradas no diálogo e na busca de solução dos problemas da escola com base na ação coletiva – alunos, professores, gestor, pessoal, técnico administrativo e de apoio, pais e comunidade local. Juntos, todos estarão procurando alternativas para promover inovação no cotidiano escolar.

Entretanto, é importante ter em mente que a construção do projeto pedagógico não é apenas uma obrigação legal a que a escola de gestão democrática deve atender, mas uma conquista que revela o seu poder de organização, procurando cada vez mais ter autonomia em suas decisões. Neste sentido, o projeto político-pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar. A Gestão Democrática vem selar esta liberdade, uma vez que fortalecida e mantida a democracia, os fatos decorrentes serão apenas parte de um tempero que será degustado em algum tempo.

Na administração democrática o aluno passa de um simples expectador para um formador de opiniões. O corpo docente planeja, pesquisa e executa o fazer pedagógico. As

sugestões são lançadas em pauta e decididas coletivamente. Diante de tais mudanças o espaço escolar agora é de todos. As decisões são tomadas em conjunto. A gestão colabora e interage com os discentes, estes têm livre arbítrio e exerce autonomia e decisões no âmbito escolar.

A gestão democrática age de forma universalizada em busca do ensino qualitativo para todos. O gestor ouve as sugestões dos docentes e acata as decisões de toda equipe de ensino. A comunidade tem outra visão da escola. Os pais são mais presentes e participam da vida dos filhos aprimorando sugestões para um bom desempenho educacional. Percebe-se que a democracia aos poucos está chegando às escolas, o coletivo interagindo para o bem comum. Apesar da evolução das escolas nos dias atuais, é preciso lembrar que os bons resultados só serão permanentes se mantivermos o foco voltado constantemente aos estudos e planejamento junto com o fazer pedagógico.

Por outro lado, se ignorarmos estas possibilidades de tempo e de espaço, também poderemos correr o risco de projetarmos uma gestão participativa para o cotidiano escolar que, na maioria das vezes se transforma em um documento resultante de encontros e reuniões. Brilhantemente escrito e magnificamente formatado, que apenas será apresentado a todas as instâncias e apresentado as autoridades educacionais, por mero modismo, ou por uma exigência burocrática. Embora tenhamos a maioria das escolas caminhando para novas transformações, há aquelas que ainda persistem em continuar com as mesmas regras e imposições ultrapassadas pelo tempo. É bom lembrar que pelas próprias circunstâncias, os objetivos não são mais os mesmos.

A sociedade evoluiu e os componentes de trabalho evoluíram também. Temos que guardar e colocar em prática aquilo que serviu e aperfeiçoá-los ao presente. É necessário que o ensino acompanhe as novas tendências e que o nosso aprendizado esteja entre os conceitos do mundo em termo de qualidade.

Diante dos pressupostos espera-se que a gestão democrática supra todas as necessidades desde a superação da criança ensinando-a os bons princípios da igualdade. Aos jovens o senso da responsabilidade e distinção de valores. E ao adulto, o mesmo descubra sua verdadeira identidade através de uma cidadania mais humana e igualitária. Nota-se que esses valores são regidos também pela Constituição Federal de 1988. A constituição detalha que caminharão juntos o estado e a família em prol da educação e promoverão desenvolvimento de igualdade e cidadania baseadas na democracia. No ápice de uma prática teórica e democrática, deve-se também levar em conta a criação do currículo para explicitar.

2.1. Resultados alcançados

Esta pesquisa foi realizada através de Bibliografias: documentos, registros oficiais preservados em arquivos na secretaria da escola. Pesquisa de campo feita com a Gestora, Professores, Coordenação pedagógica, Alunos, Serviços Administrativos, Serviços gerais e APMC. Associação de Pais e Mestres. Realizada através de questionários com perguntas abertas. Foram selecionadas: Gestora; 30- Professores: dez do turno matutino; dez do turno vespertino Coordenação pedagógica: três uma do turno matutino; uma do turno vespertino e uma do turno noturno; 60 – Alunos: vinte do turno matutino do 5º ano; vinte do turno vespertino do 5º ano e vinte do turno noturno do 5º ano; 15 - Serviços Administrativos: 5 do turno matutino; 5 do turno vespertino; 5 do turno noturno; 15 - Serviços gerais: 5 do turno matutino; 5 do turno vespertino; 5 do turno noturno; 3- Membros da APMC. Associação de Pais e Mestres. Presidente, Vice-presidente e o tesoureiro.

O primeiro passo da nossa caminhada consistiu em buscar, juntamente com os funcionários da escola informações sobre a gestão atual seu perfil e sua organização. Informações que nos dê apoio para a construção do nosso estudo. A Natureza da Pesquisa básica. Básica – porque gera conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. Porque consiste em sintetizar e sistemática objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões acerca das questões norteadoras do estudo. Classificação da Pesquisa - Pesquisa de Campo, que se caracteriza como pesquisa de campo porque buscou informações diretamente com a população pesquisada (Gestora, Professores, Coordenação pedagógica, Alunos, Serviços Administrativos, Serviços gerais e APMC. Associação de Pais e Mestres).

Exigiu um encontro mais direto da pesquisadora com o espaço onde o fenômeno ocorre a escola. Segundo os objetivos: Descritiva e Explicativa. Descritiva porque – envolve técnicas padronizadas de coletas de dados, como: questionários com perguntas abertas, entrevista oral e observação sistemática. Explicativa – explica o “porque” das coisas, visando identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos a não gestão democrática. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e explicativa porque procura apresentar características e identificar as causas porque não atende o objetivo da educação e o sucesso desejado o ensino de qualidade; segundo a análise dos dados: Qualitativa.

A partir das respostas dos entrevistados procede-se a uma categorização dos dados o que possibilitam um comentário da fala dos entrevistados. No contexto administrativo uma

gestão pedagógica pautada em uma concepção democrática, descentralizada, dinâmica, interativa, reflexiva, argumentativa, construtiva agindo sempre de forma coletiva para encaminhar as situações, ações e desafios encontrados no contexto escolar, como também foi apresentado as características específicas da administração escolar, que envolve tomada de decisões e postura adequada diante da sociedade. A legislação e a gestão foram abordadas tendo como referência a suas atribuições, sua função de acordo com as Leis, Diretrizes, Estatuto, Regimento enfim documentos primordiais para nortear todas as ações assumidas pelo gestor. Onde o mesmo exerce um papel apropriado para contribuir com o desenvolvimento do educando tendo em vista o desempenho da escola como um todo tanto nos aspectos cognitivo, cultural, afetivo quanto social. Contudo, diante das suas atribuições, precisa realizar ações de forma democrática, buscando a participação e o compromisso dos envolvidos para minimizar e/ou suprimir as dificuldades encontradas no contexto educacional, ou melhor, na escola. Busca parcerias com cada seguimento para que de fato sejam efetivadas intervenções apropriadas, significativas visando assim, resultados satisfatórios.

A temática envolve o papel do gestor em uma perspectiva participativa e democrática, foi feito uma abordagem enfatizando quanto à relevância das ações, seus objetivos e suas contribuições para o processo educativo. O gestor frente às referidas ações assume um papel fundamental neste contexto, pois pode articular possibilitar, buscar estratégias para oportunizar a participação de todos nas atividades desenvolvidas na escola, desde a regência de sala de aula, quando observa – se as metodologias, até a frequência e permanência do corpo docente e discente no espaço escolar, em que os quais enriquecem os conhecimentos e possibilita – se a vivência, a interação, o desenvolvimento para um bem viver em sociedade, atividades realizadas em contexto fora da escola.

No processo educacional é primordial buscar mecanismos de envolvimento de todos para que se possa conhecer os problemas e identificar as dificuldades e desafios no processo educativo, tendo um olhar de possibilitar alternativas, meio para que as dificuldades sejam minimizadas e com isso, se alcance as metas e objetivos propostos, principalmente, no que refere à aprendizagem. Bem como, dialogar com professores sobre as dificuldades encontradas no processo de ensino, verificar e orientar cada um os alunos que apresentam dificuldades de se inserir no processo de aprendizagem, visitar com frequência as salas de aula, fazer intervenções imediatas, organizar e planejar todas as ações previstas para o ano escolar. Realizar reuniões, encontros com pais e/ou responsáveis, envolver e acompanhar as atividades de toda equipe em suas atividades diárias para cobrar suas devidas

responsabilidades e outros e dentre outras ações analisar o rendimento durante o ano escolar. A escola possibilita a ampliação do conhecimento ao produzir o aumento da competência técnica e teórica do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que o acesso à escola e aos saberes escolares é condição indispensável para a conscientização sobre o tipo de sociedade que se deseja instituir e o tipo de homem que se deve formar. A função da escola está voltada para o saber, à escola deve estar atenta ao fato de que estes saberes devem estar ligados às experiências de vida, tornando estes saberes significativos às exigências na história da sociedade como um todo, de modo a organizar a reflexão sobre o modo de vida da sociedade com as formas como a sociedade se organiza. Na escola tem projetos e todas as ações devem ser articuladas, mobilizadas, orientadas, envolvente e acompanhadas pela comunidade escolar, o gestor participativo e democrático direciona e acompanha continuamente tudo o que acontece na escola, para se tomar as devidas providências, quando e se surgirem conflitos no desempenho das atividades, para contribuir com que os discentes tenham uma perspectiva de vida melhor, pautada em diretrizes que possibilite a sua inclusão na sociedade e ele se torne uma pessoa melhor.

As ações, desenvolvidas pelo gestor contribuem plausivelmente no desenvolvimento de uma escola cidadã, onde além do conhecimento sistematizado adquirido, da interação dos alunos em outros contextos diferentes, os mesmos serão protagonistas da cidadania. Contudo, é necessário agir com competência para coordenar e fazer funcionar uma escola interdisciplinar, coletiva, propondo e gerindo o projeto político pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liderando a inovação. Em ações em que todos sentem – se envolvidos e comprometidos observa-se que acontece aprendizagem significativa. Portanto, uma aprendizagem pautada na convivência, na interação, na socialização, no diálogo seja significativa para o desenvolvimento dos alunos, pois os conteúdos serão contextualizados e diante das possibilidades terão a oportunidade de exercer a cidadania, e com isso, terem perspectiva de vida melhor.

Compreende-se, que a escola é um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual todos reflitam, pensem, analisem, criem novas práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas administrativas. É possível dialogar, analisar, averiguar situações no contexto escolar visando detectar as

dificuldades para que de forma democrática, participativa, liberdade para que sejam articuladas alternativas educativas favoráveis ao desenvolvimento do ser humano, mas com o principal objetivo da escola, a aprendizagem dos alunos. O trabalho coletivo, a ação coletiva dos educadores é fundamental para o processo educativo, pois interfere no resultado da qualidade de ensino. A partir deste contexto, a qualidade do trabalho, melhora quando se potencializa toda gama de experiências, discernimento e capacidade criativa dos profissionais que fazem parte da escola.

Portanto, todos são parceiros, e devem ser valorizados, pois contribuem com efetivo compromisso e responsabilidade para se atingir os objetivos da escola, são capazes de ter mais iniciativa, responsabilidade e criatividade do que exigem ou permitem as atuais condições de trabalho nas escolas. O desenvolvimento do trabalho de um gestor é propiciar um ambiente no qual os professores possam contribuir, com toda a extensão de seus talentos, para a consecução dos objetivos da escola; socializar os recursos de forma criativa com os sua equipe; possibilitar em seu ambiente de trabalho o reconhecimento social e autoestima profissional de cada um; possibilitar e encorajar seu grupo a participar de assuntos importantes dentro do contexto escolar, relacionadas às atividades existentes na escola e não somente se restringir às decisões de rotina; tentar expandir continuamente as áreas sobre as quais se possam agir com autonomia para resolver alguma situação. Assim como a escola, a ciência é parte da sociedade, porém cabe à escola interagir conhecimento científico e vida social.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Mariza Vasques de. *PROGESTÃO: Como desenvolver a gestão dos servidores na escola*. Brasília; CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação. 2001.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. São Paulo. Ed. Loyola, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988* Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Gestão da educação escolar / Luiz Fernandes Dourado*. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 -2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. *Gestão Escolar e Inovação: reflexões sobre a avaliação, o currículo e a docência*. Curitiba: Editora Melo, 2010.

CORTELLA, Mário Sérgio. A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 12 ed. São Paulo: Cortes, 2008.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. A implementação das Medidas Socioeducativas. Documento preliminar para debate e aprofundamento. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância. Belo Horizonte, 1996.

DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Vozes

A GAMIFICAÇÃO NA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eranice Domingas de Souza Costa⁹
 Eliane Giselia Rondon Alves De Pinho¹⁰
 Helena Mota da Silva¹¹
 Paula Dolores Marques de Souza¹²

RESUMO

Este trabalho buscou realizar uma análise sobre a adoção de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em especial, a Gamificação no âmbito da Educação Infantil para crianças de 3 a 5 anos, sua viabilidade e benefícios. Foi realizado um estudo em referenciais teóricos sobre o tema das TIC nos processos de ensino e aprendizagem, também sobre a Educação Infantil e a adoção de jogos e brincadeiras no âmbito pedagógico, seguindo para um levantamento da Gamificação propriamente dita dentro da Educação Infantil e análise sobre o tema. Como resultados após as análises em todos os referenciais estudados e pesquisados, comprovou-se as vantagens da adoção da metodologia da inclusão e utilização de jogos digitais para construção do conhecimento com as crianças, levando a um patamar positivo com os relatos das crianças e com a análise observatória realizada ao longo do período da aplicação, que, de certa forma, brincaram de aprender de maneira fácil, colaborativa, motivada e lúdica.

Palavras-chave: Gamificação. Educação Infantil. Tecnologias Digitais.

ABSTRACT

This work sought to carry out an analysis on the adoption of Information and Communication Technology (ICT) resources, in particular, Gamification in the scope of Early Childhood Education for children from 3 to 5 years old, its feasibility and benefits. A study was carried out in theoretical references on the subject of ICT in the teaching and learning processes, also on Early Childhood Education and the adoption of games and games in the pedagogical scope, following for a survey of Gamification itself within Early Childhood Education and analysis on the theme. As a result, after analyzing all the studied and researched references, the advantages of adopting the methodology of inclusion and use of digital games to build knowledge with children were proven, leading to a positive level with the children's reports and with the Observatory analysis carried out throughout the

⁹ **Graduação:** Licenciada em Pedagogia. FAIARA / Faculdade Integrada de Araguatins. **Especializada** em Educação Infantil e Alfabetização. FIAVEC- Faculdades Integradas de Várzea Grande. eranicessouza@hotmail.com

¹⁰ **Graduação:** Licenciada em Pedagogia. Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia. **Especialista** em Educação Infantil e as Séries Iniciais. Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia. elianegiseliarondon@hotmail.com

¹¹ **Graduação:** Licenciada em Pedagogia. UFMT Universidade Federal de Mato Grosso. **Especialista** em Psicopedagogia- Faculdade de Rolim de Moura. leninhamota@hotmail.com

¹² **Graduação:** Licenciada em Pedagogia. Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia. **Especialista** em Educação Infantil e as Séries Iniciais. Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia. pauladoloresouza@gmail.com

application period, which, in a way, played at learning in an easy, collaborative, motivated and playful way.

Keywords: Gamification, Early Childhood Education, Digital Technologies

1. INTRODUÇÃO

Neste momento de aprendizagem iremos trabalhar com o tema Gamificação como uma proposta para a Educação Infantil, onde gamificação consiste em utilizar recursos de jogos em outros contextos, como na educação.

Trazendo assim, a discussão sobre a utilização da gamificação dentro da sala de aula, através da utilização de mecanismos de jogos em contexto fora do jogo, como processo educativo, estabelecendo assim paralelos com a perspectiva lúdica a forma criativa de abordar os conteúdos e a aprendizagem ativa, com isso surge o desafio de como elaborar um plano de aula voltado para Educação Infantil considerando a gamificação.

No contexto educacional, o potencial da gamificação é muito grande ele pode despertar interesse, aumentar a participação, desenvolver criatividade e autonomia, promover dialogo e sobretudo simular situações problemas, e a maneira de como resolvê-los.

Através da gamificação que envolve toda forma lúdica de aprendizado, não somente os jogos eletrônicos, podemos proporcionar a criança uma interatividade com o novo, aguçando assim a sua curiosidade para novas.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. Vem se consolidando na Educação Infantil a concepção que vincula educar e cuidar. A diretriz Curricular Nacional da Educação Infantil em seu artigo 4º define a criança como:

Sujeito histórico e de direito que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja,

observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Tendo em vistas os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da educação proposta pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) seis direitos de aprendizagem e desenvolvimentos asseguram na E\EDUCAÇÃO Infantil as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e asentirem-se provocadas a resolvê-los nas quais possam construir significados sobre os outros e o mundo social e natural.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Considerando as diferentes formas pedagógicas de utilização do celular em sala de aula, a gamificação tornou-se uma das propostas da educação no século XXI. Antes de definirmos o significado de gamificação devemos entender primeiro o que é um game. Para Kapp (2012) Game é “um sistema no qual os jogadores se envolvem em um desafio abstrato, definido por regras, interativa e feedback que resulta em uma quantificação, muitas vezes provocando uma reação emocional.”

Segundo o mesmo Kapp (2012), a gamificação é o uso de mecanismos, estéticos e pensamentos dos games para engajar pessoas, motivar ação, promover a aprendizagem e resolver problemas.

No contexto educacional, o potencial da gamificação é muito grande, ele pode despertar interesse, aumentar a participação, desenvolver criatividade e autonomia, promover diálogo e sobretudo situações problemas. Existem diversos recursos voltados para o ensino que já utilizam estratégia de gamificação com o intuito de gerar engajamento e motivação do aluno durante a aprendizagem. Pode ser trabalhada de várias formas, mas todas passam pela formação de professores.

A mediação docente pode fazer a contraposição a esse estímulo marcadamente comportamentalista e se usada com moderação não instituirá uma cultura competitiva tão pouco baseada apenas em reforço-estímulo permanente.

O caráter lúdico da gamificação da educação e seu potencial para o estímulo aprendizagem são os vieses que se buscou investir na formação implementada, aliando a adoção de uma tecnologia que viabiliza a inserção do sujeito na cibercultura, a sua adesão e a participação da atividade junto aos demais tendo em vista a aprendizagem individual e coletiva.

O desafio na criação de ambientes e artefatos que explorem a gamificação é saber como estimular as duas formas de motivação tanto no seu relacionamento como separadamente. Para a gamificação a combinação efetiva das motivações intrínseca e extrínseca aumenta o nível de motivação e engajamento do sujeito. O foco da gamificação é envolver emocionalmente o indivíduo dentro de uma gama de tarefas realizadas.

Assim, ver que a gamificação é uma estratégia, pois na educação as aulas se tornam mais atraentes, contextualizadas e produtivas, pois através da interatividade que ao invés de

receber informações digeridas os alunos precisam tomar decisões de acordo com a interação com diferentes cenários, personagens e acontecimentos, proporciona também o alcance aos objetivos pois toda informação serve a um propósito, seja ganhar pontos ou passar de fase. Auxilia no trabalho em equipe pois há a necessidade de combinar recursos e habilidades para que se possa atingir o resultado desejado, assim a linguagem tecnológica é familiar aos alunos que põem usar ferramentas rotineira (celular, tablete ou computador) para aprender, com isso devem utilizar a criatividade para resolver situações problemas com as informações e recursos disponíveis.

2.1. O que é Gamificação

É a aplicação das estratégias dos jogos nas atividades do dia a dia, com o objetivo de aumentar o engajamento dos participantes. Ela se baseia no game thinking, conceito que abrange a integração da gamificação com outros saberes do meio corporativo e do design. Todo jogo tem um objetivo que precisa ser cumprido e, para isso, os jogadores precisam superar obstáculos. A psicologia por trás da gamificação revela que a conquista e a superação movem o ser humano.

Com o uso das novas tecnologias, é possível estimular o aprendizado, motivar comportamentos e criar uma sensação de recompensa. A competição está no cerne do processo, por isso é comum vermos em empresas gamificadas o reconhecimento público dos colaboradores que têm o melhor desempenho. Para que a gamificação traga os melhores resultados possíveis, a participação precisa ser voluntária, ou seja, todos os jogadores precisam conhecer as regras e os objetivos da tarefa.

2.2. Os componentes da gamificação

Os elementos dinâmicos abrangem as características mais básicas do game, estruturando seu sistema de funcionamento:

1. Emoções: qual estado emocional deve ser despertado para manter o interesse dos jogadores?
2. Narrativa: qual é a história e a trajetória de eventos do jogo?

3. Progressão: quais são os indicadores que mostram ao jogador que ele está avançando?
4. Relacionamentos: como o jogador deve se relacionar com a equipe ou com os adversários?
5. Restrições: quais são as regras do jogo? O que é permitido e o que é proibido fazer?

Os elementos mecânicos são definidos a partir das restrições do jogo e orientação a ação dos participantes. Nem todos os fatores listados abaixo precisam aparecer em um jogo:

1. Aquisição de recursos: os itens necessários para prosseguir pelas etapas do jogo;
2. Avaliação ou feedback: o jogador precisa ter ciência de seu desempenho;
3. Chance: os resultados são revelados de forma aleatória, para surpreender o jogador;
4. Cooperação e Competição: o jogo precisa mostrar aos participantes se o desempenho em relação aos outros jogadores foi satisfatório;
5. Desafios: problema a ser resolvido pelo participante, de forma individual ou coletiva;
6. Recompensas: premiações recebidas após uma conquista ou finalização de uma etapa;
7. Transações: troca ou venda de recursos entre jogadores;
8. Turnos: período demarcado para a jogada de cada participante;
9. Vitória: finalização do jogo.

Os componentes são as aplicações mais específicas e concretas dos elementos da gamificação. Os mais comuns são: Avatar; Bens virtuais; Chefão (ou Boss); Coleção de itens; Conquistas; Conteúdos desbloqueáveis; Emblemas, medalhas ou badges; Gráfico social; Missão; Níveis; Pontos; Presentes; Ranking; Formação de times.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gamificação na educação é uma estratégia de engajamento que pode ser utilizada em diferentes momentos especialmente quando há a expectativa de que o aluno se expresse de forma autêntica, em um tipo de comunicação espontânea, o jogo é uma excelente saída.

A gamificação vem estimular a autonomia, o que vem favorecer a adaptação dos estudantes em relação ao ritmo que precisa manter até que consiga assimilar os materiais

apresentados, pois assim que os jogos e conteúdos forem inseridos ele terá mais facilidade para se ajustar.

A gamificação colabora para um aumento do engajamento das crianças nas atividades escolares e para o desenvolvimento de novas habilidades, como autonomia, criatividade, capacidade para solucionar problemas e trabalhar em equipe de forma colaborativa. Além disso, vale destacar que esse recurso também contribui para o amadurecimento e o desenvolvimento infantil.

Assim podemos observar que a introdução de jogos na Educação Infantil permite o intercâmbio entre o universo lúdico da infância, com sonhos e brincadeiras, e o mundo adulto, com regras lógico-rationais. Enquanto a ludicidade atua como a principal maneira que as crianças conhecem e entendem o mundo, novas normas e acordos são estabelecidos por meio dos jogos através de aprendizagens significativas e invertidas no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): “A etapa da Educação Infantil” (da página 35 até 52). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias

[=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 jul. 2020.

Gamificação: o que é e como pode transformar a aprendizagem. Disponível em: <https://www.geekie.com.br/blog/gamificacao/>. Acesso em: 17 jul. 2020

INÁCIO, Raul; RIBAS, Vania; MARIA, Luciane. A gamificação e a sistemática de jogo: conceitos sobre a gamificação como recurso motivacional. In: FADEL, Luciana Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Cláudia Regina. Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=r6TcBAAQBAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PT3#v=onepage&q&f=false>. Acesso: 17 jul. 2020.

<https://www.geekie.com.br/blog/gamificacao>. Acesso em 22/03/2022.

<https://posdigital.pucpr.br/blog/gamificacao-engajamento>. Acesso em 10 de abril de 2022.

SAÚDE DO PROFESSOR: DOENÇAS LABORAIS INERENTES À PROFISSÃO DOCENTE

Arlindomar Ruyllon da Silva Soares¹³

RESUMO

Sabe-se que o papel a ser exercido pela escola é, segundo a BNCC - Base Nacional Comum Curricular, se faz necessário atender as expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea, constituída por sujeitos heterogêneos, considerando suas múltiplas dimensões, biológicas e etárias, atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis. É dever da escola se reformular para ampliar as condições de inclusão social destes sujeitos atravessados e multifacetados, possibilitando o acesso à ciência, à tecnologia e ao trabalho. O educador inserido neste ambiente, executa seu trabalho como mediador e transformador da realidade de seus educandos, deparando-se com sujeitos heterogêneos, multifacetados e atravessados por seu ambiente social e familiar. Em alguns casos, sujeitos estudantes com pais encarcerados, alcólatras, traficantes e famílias desestruturadas. A escola brasileira então propõe um papel transformador social para os estudantes que adentram o ambiente escolar, porém conforme descrito pelos autores, a escola ainda carece de vários ajustes, tanto físicos como sociais, ocasionando em um conflito do que se espera da escola e o que se tem realmente.

Palavras-chave: Docente. Doenças. Saúde do Professor. Doenças Laborais

ABSTRACT

It is known that the role to be played by the school is, according to the BNCC - National Common Curricular Base, it is necessary to meet the expectations of students and the demands of contemporary society, made up of heterogeneous subjects, considering their multiple dimensions, biological and age, social and cultural crossings, producing multiple youth cultures. It is the school's duty to reformulate itself to expand the conditions of social inclusion of these crossed and multifaceted subjects, enabling access to science, technology and work. The educator inserted in this environment, performs his work as a mediator and transformer of the reality of his students, facing heterogeneous subjects, multifaceted and crossed by their social and family environment. In some cases, students with incarcerated parents, alcoholics, drug dealers and dysfunctional families. The Brazilian school then proposes a social transforming role for students who enter the school environment, but as described by the authors, the school still lacks several adjustments, both physical and social, causing a conflict of what is expected of the school and what if you really have.

Keywords: Teacher. Illnesses. Teacher Health. Occupational Diseases

Graduação: Educação Física - E.S.E.F.A Escola superior de Educação Física e Técnicas Desportiva De Andradina. **Pós-graduação:** Educação Especial - F.I.P.A.R Faculdades Integradas De Paranaíba. **Mestrado:** Mestrado em Ciências da Educação - UNIGRAN Universidade Gran Asunción. arlindomar-ruyllon@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisas sobre o tema exposto, compreende-se que a precarização do ensino tem se tornando cada vez mais recorrente, sucateando os ambientes escolares, tornando o lugar insalubre de conviver, causando danos à saúde dos docentes e dos discentes que o frequentam diariamente. O trabalho docente tem causado cada vez mais a ocorrência de problemas de saúde mentais, de voz e ortopédicos nos profissionais da educação.

Segundo Marques e Firkowski (2013), o adoecimento escolar é decorrente de diversos fatores, como as cargas de trabalho às quais estão submetidos, a relação entre o desgaste e a reprodução da força de trabalho, as mudanças nas condições e no status da profissão no neoliberalismo, entre outros. Estas rotinas laborais se inserem na lógica de produção capitalista e reproduzem o processo caracterizado pelo adoecimento dos trabalhadores inseridos neste contexto.

Conforme apontado pelas autoras, com a ascensão do capitalismo:

[...] observa-se um modo de produção marcado essencialmente pela exploração do homem pelo homem; exploração daquele que vende sua força de trabalho ao que detém os meios de produzir e reproduzir a vida. Saber situar historicamente o conceito sobre o qual falamos é essencial para que mostremos seu caráter social: se para a concepção biológica ou biomédica, a saúde significa a ausência de doença, deve-se buscar compreender de onde vem esta necessidade. No capitalismo, a ausência de doença significa, na prática, estar apto para trabalhar, para continuar a vender a força de trabalho, ganhar seu salário e se manter vivo.” (MARQUES E FIRKOWSKI, 2013).

Assim, as autoras demonstram a compreensão do processo saúde-doença, ou seja, esta dicotomia deve ser negada. Segundo a visão marxista do trabalho das autoras, para elas, estar doente não significa estar absolutamente saudável e vice-versa.

Por ser um processo, há níveis não-absolutos entre a doença e a saúde, ou seja, encontra-se em movimento de acordo com as condições materiais de vida da pessoa ou do grupo social. Marques e Firkowski citam Laurell (1982) em sua visão psicanalista, partindo do ponto de vista da constituição do sujeito pela coletividade, somente analisando esta questão a partir da coletividade humana é que podemos constatar seu caráter social “a natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos” (LAURELL, 1982, p. 3).

As autoras introduzem o conceito de “perfil patológico” como determinante para se compreender como e o porquê as pessoas adoecem em cada momento histórico,

relacionando sempre a doença às condições de vida de determinada população e, mais especificamente, à classe social em que se encontra “(...) dentro de uma mesma sociedade, as classes que a compõem mostrarão condições de saúde diferentes” (LAURELL, 1982, p. 4).

Ressaltando o conceito e visão marxista da compreensão da relação entre saúde e trabalho das autoras, o fundamento teórico específico, por usar o “processo de trabalho” em sua acepção marxista de lutas de classes, na qual o trabalhador paga para trabalhar, como categoria central na análise da produção do nexos biopsíquico humano, é que permite dar conta das formas sociais específicas sob as quais se dá a relação entre o homem e a natureza. O caráter social do processo biopsíquico humano no processo através do qual o homem se apropria da natureza transformando-a e transformando a si mesmo, ou seja, no processo de trabalho (LAURELL e NORIEGA, 1989, p. 103). Assim, deve-se buscar entender as condições de trabalho e de vida de cada população e classe social para analisar coerentemente o processo saúde-doença específico.

Marques e Firkowski (2013), ilustram o arquétipo do professor que atua no cenário docente brasileiro, este sujeito:

[...] trabalha diariamente, numa sala de aula com capacidade física para 30 alunos, mas que na realidade comporta 50, com pouco isolamento acústico (cargas físicas). A escola está situada num local em que há fábricas em volta e, por isso, tanto os estudantes quanto professores estão expostos à fumaça e sujeira do bairro (cargas químicas e biológicas). Além disso, o quadro negro e os materiais didáticos – instrumentos de trabalho do professor – estão velhos e em menor quantidade do que deveria (cargas mecânicas). Para conseguir dar conta de uma turma com 50 estudantes, o professor precisa falar mais alto que o normal (carga fisiológica), tomar conta, ensinar, garantir boas notas e bons resultados para a escola da imensa quantidade de estudantes pelos quais é responsável (carga psíquica)”. (MARQUES E FIRKOWSKI, 2013)

Esta pequena demonstração da relação entre cada uma dessas cargas, se faz necessária para que possamos compreender a influência mútua entre elas, as autoras apontam que as cargas se correlacionam no exemplo ilustrado por elas:

[...] a sala de aula com 50 estudantes tem relação direta com o fato de o professor ter que falar mais alto, bem como com o fato de que há ruído externo e fumaça. Cada uma das cargas isoladamente poderia não ser tão prejudicial à saúde do docente, mas a totalidade delas revela de fato as condições de trabalho às quais está submetido. A concepção de carga de trabalho está diretamente relacionada com o conceito de desgaste: “O desgaste pode ser definido, então, como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica ou psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos (LAURELL e NORIEGA, 1989, p. 115).

Assim, o processo de desgaste afeta tanto aquilo que já está desenvolvido, quanto aquilo que poderia ser desenvolvido, mas que é cindido antes mesmo de se desenvolver.” (Marques e Firkowski, 2013).

No exemplo do professor realizado pelas autoras, “o desgaste se dá tanto na questão de problemas relacionadas à voz e à respiração, quanto à incapacidade de desenvolver novas formas de ensino dadas à limitação do número de alunos.”

2. BREVE HISTÓRICO DA CONCEITUAÇÃO DE DOENÇAS

Vista de forma tácita, a saúde é silenciosa, e normalmente não é notória em sua plenitude, pois ela só se evidencia, quando a doença se sobressai. Logo, a conceituação das doenças, abrange várias dimensões da vida humana, não podendo deste modo, limita-se sua compreensão por meio das medições fisiopatológicas, pois quem estabelece o estado da doença é o sofrimento, a dor, o prazer, enfim, os valores e sentimentos expressos pelo corpo subjetivo que adocece (CANGUILHEM; CAPONI, 1995).

De acordo com Louredo (2012), a palavra doença vem do latim *dolentia*, significa “sentir ou causar dor, afligir-se, amargura-se, padecimento”. Sua conceituação pauta de diversas correntes epistemológicas, e saber defini-la implica variantes condições, tais como os fatores históricos, físicos, patológicos etc. Ao longo da história, os povos viam as doenças reflexo divino, oriundos de causas externas, associados à natureza do mundo espiritual (BRÊTAS; GAMBA, 2006).

Na visão de Nogueira (2010), a doença é o oposto da saúde. Para o autor:

[...] A saúde é um fenômeno eminentemente humano e não um fato biológico-natural. Portanto, defendemos o ponto de vista onde o esforço por entender a determinação da saúde vai além da utilização de esquemas de causalidade e não deve ser confundido com uma associação empiricista entre condições de saúde e fatores sociais. (NOGUEIRA, 2010, p. 8).

Dentro deste contexto de conceituação de doença voltado ao âmbito espiritual, Lourenço e Danczuk (2006), salientam que nas civilizações antigas, aliados ao fator saúde x doenças, incluem-se fatores comportamentais e de moral, dentro de uma relação de que ser saudável, está estritamente interligado as atitudes e condutas dos indivíduos, a não violação de crenças e regras culturais e religiosas.

Ainda de acordo com estes autores, o conceito de doença teve uma evolução a partir da cultura clássica grega, por meio da racionalização dos fatos, e posteriormente, a concepção de doença-saúde passou a agregar uma ponte com os pensamentos filosóficos:

[...] O pai da medicina ocidental, Hipócrates, identificou a saúde como fruto do equilíbrio dos humores (os humores são quatro: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. Supunha-se que a saúde de uma pessoa dependia de uma mistura correta desses quatro humores em seu corpo), sendo a doença, por oposição, resultado do desequilíbrio dos mesmos. Ele via o homem como um elemento organizado e entendia a doença como uma desorganização desse estado e a saúde, enquanto decorrente do seu equilíbrio total (LOURENÇO E DANCZUK Et al: 2006, p. 22).

Talcott Parsons (1951), foi um dos primeiros estudiosos a conceituar saúde/doença, definindo-a como “um desvio e deve ser analisada como um resultado da inter-relação, determinada por direitos e deveres, entre o doente e o terapeuta”.

Atualmente, diversos teóricos também, apresentaram estudos a fim de definir o que é doença, dentre eles, destacam-se os trabalhos de Anthony Giddens, que defende que a patologia é interpretada como um desarranjo no corpo humano, que lhe traz a sensação de anormalidade (GIDDENS, 2012, p. 284).

Outro autor contemporâneo, Lourenço e Danczuk Et al: (2006, p. 10), argumenta que a...

[...] saúde implica poder adoecer e sair do estado patológico. Em outras palavras, a saúde é entendida por referência a possibilidade de enfrentar situações novas, pela margem de tolerância ou segurança que cada um possui para enfrentar e superar as infidelidades do meio. (LOURENÇO e DANCZUK Et al: 2006, p. 25).

Nota-se nestes teóricos atuais, que a conceituação de doença ficou mais abrangente e sua concepção não limitou somente pelas medições fisiopatológicas, agregando-se conceitos patológicos relacionados ao sofrimento, a dor, o prazer, enfim, os valores e sentimentos expressos pelo corpo subjetivo que adoece (GAMBA, 2006).

2.1. Doenças e o lado social do doente

A doença torna-se presente na vida humana, por fatores determinantes ligados à área biológica, psicológica e social. Sua identificação nos induz a refletir sobre o processo de

adoecimento, pode suceder de maneira desigual entre as classes, sob influência das condições financeiras, locais de habitação e segregações sociais (BRÊTAS; GAMBA, 2006).

Para Novaes (1976, p. 26) “saúde e doença são muito mais valores sociais, historicamente colocados, do que a simples expressão da situação biológica do organismo (em geral), em um meio dado e, portanto, devem ser pensados em termos de sua historicidade”.

Historicamente, têm-se realizado uma busca pela conceituação sobre as doenças, constituindo uma forte corrente na História Natural das Doenças (HND), denominada de estudos de modelo processual dos fenômenos patológicos (LEAVELL E CLARK, 1976). Em suas pesquisas, estes autores, delimitaram a história natural da doença como:

[...] o conjunto de processos interativos que cria o estímulo patológico no meio ambiente ou em qualquer outro lugar, passando da resposta do homem ao estímulo, até as alterações que levam a um defeito, invalidez, recuperação ou morte (ALMEIDA FILHO e ROUQUAYROL, 2002, p. 15).

Pioneiro, Mechanic (1968) realizou estudos de sobre a conceituação e comportamentos sobre os doentes, onde definiu que para o doente, o sofrimento e a dor possuem um processo de significação coletivo, ou seja, são “socialmente rotulados”, de modo que a ajuda de familiares e da sociedade é sempre requisitada e todo regime de vida do doente sofre alterações substanciais.

Mechanic (1968), um dos primeiros estudiosos sobre o “comportamento do doente”, define este processo em:

- a dor e os sintomas são definidos, dotados de significação
- e socialmente rotulados;
- a ajuda é requisitada;
- o regime de vida é transformado.

Assumindo a sua condição de doente, isto é, adotando o papel de enfermo (*sick rôle*), a pessoa não é responsabilizada pelo seu estado de saúde, assumindo uma isenção legítima de suas obrigações sociais cotidianas, desde que procure o profissional responsável e colabore com o tratamento indicado (ALMEIDA FILHO e ROUQUAYROL, 2002).

Segundo os autores, a conceituação de doente não se encontra meramente num estado de sofrimento físico/psicológico, sobretudo, está com uma patologia social.

De acordo com Minayo (1998):

[...] A saúde, enquanto questão humana e existencial é uma problemática compartilhada, indistintamente, por todos os segmentos sociais. Porém, as condições de vida e trabalho qualificam de forma diferenciada a maneira pela qual, as classes e seus segmentos pensam, sentem e agem a respeito dela (p.13).

Nesta linha, Brêtas e Gamba (2006) salienta que o doente vive uma experiência de vida, sentida no seu eixo interior/individual e refletida no seu mundo exterior (sociedade). De acordo com os autores, a experiência do doente ouvir seu próprio corpo, e entender que está sofrendo de alguma enfermidade, é um momento importante no desenvolvido pessoal do indivíduo, uma vez que ele passa a entender um limite preciso entre a saúde e a doença, havendo uma relação de reciprocidade entre ambas; entre a normalidade e a patologia, na qual “os mesmos fatores que permitem ao homem viver (alimento, água, ar, clima, habitação, trabalho, tecnologia, relações familiares e sociais) podem causar doença, se agem com determinada intensidade, se pesam em excesso ou faltam, se agem sem controle” (BRÊTAS e GAMBÁ, 2006, p. 14).

Deste modo, Brasil (1986) enfatiza que a doença é o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986).

Nesta perspectiva, de que a conceituação da doença é um conceito de epidemiologia social, Rouquayrol (1993) correlaciona a saúde e a doença como agentes fundamentais na geração de condições concretas de vida das pessoas e dos diversos grupos sociais; cada situação de saúde específica, individual ou coletiva, é o resultado, em dado momento, de um conjunto de determinantes históricos, sociais, econômicos, culturais e biológicos.

De acordo com Esteve (1999), alguns fenômenos sociais tendem a influenciar na imagem que o próprio docente tem de si mesmo, e contribuir para gerar uma crise de identidade, autodepreciação pessoal e profissional. De acordo com este autor, estes fatores são:

- Aumento das exigências em relação à eficácia do trabalho do professor;
- Presença de outros agentes de socialização, para além da família, como a mídia, grupos de pares, etc.;

- Desenvolvimento de outras fontes de informação, como os meios de comunicação de massa, que competem com o conhecimento escolar;
- Ruptura do consenso social sobre educação;
- Aumento das contradições no exercício da docência, como por exemplo, respeitar o ritmo de desenvolvimento pedagógico dos alunos e simultaneamente corresponder às regras de avaliação seletiva e classificatória, impostas pela instituição de ensino;
- Menor valorização social do professor;
- Mudanças dos conteúdos curriculares;
- Escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho;
- Mudanças nas relações professor-aluno;
- Fragmentação do trabalho do professor;
- Violência nas instituições escolares;
- Esgotamento docente.

2.2. Doenças: fatores causais

Assim como a saúde, a doença é causada pelos mesmos fatores, inter-relacionados entre si: condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (BRASIL, 1986). Estes fatores causais, de acordo com Louredo (2012), são classificadas como manifestações patológicas que interferem na qualidade de vida, reduzindo as capacidades humanas.

Refletindo sobre a causa as doenças nos dias atuais, Louredo (2012), apresenta vários fatores que influenciam para o processo do adoecimento, destacando os fatores biológicos, psicológicos, socioculturais e antropológicos.

2.2.1 Fatores biológicos

Fatores biológicos ou também classificados como fatores médicos, referem-se aos fatores ligados a uma pré-disposição genética do organismo humano (LOUREDO, 2012). Ainda de acordo com o autor, referem-se a estes fatores, os processos de mutação que determinam o desenvolvimento corporal em geral, o funcionamento do organismo e o metabolismo, etc.

Louredo (2012), salienta ainda, que estes fatores biológicos podem ser gerados por meio de um distúrbio das funções de um órgão, e está associada a sinais e sintomas específicos, podendo ser causada por fatores de um ou mais órgãos, podendo ser causada por fatores externos, ou por um problema de mau funcionamento interno do um órgão.

2.2.2 Fatores psicológicos

Os fatores psicológicos referem-se as preferências, expectativas e medos, reações emocionais, processos cognitivos e interpretação das percepções, etc. Como estão relacionadas as doenças psicológicas, seus resultados não costumam apresentar manifestações físicas aparentes. Chamadas de distúrbios, disfunções, transtornos ou perturbações, muitas doenças psicológicas são conhecidas e atribuídas ao estilo de vida, da cultura e da sociedade em que o indivíduo vive (LOUREDO, 2012).

2.2.3 Fatores socioculturais

Os fatores socioculturais são determinantes sociais que podem aumentar ou diminuir os riscos de contrair tais doenças, proveniente das condições sociais e ambientais. A forma de trabalhar, pode ser uma destas condições, pois estes fatores referem-se sobre a presença de outras pessoas, expectativas da sociedade e do meio cultural, influência do círculo familiar, de amigos, modelos de papéis sociais, etc. (LOUREDO, 2012).

2.2.4 Fatores antropológicos

De acordo Louredo (2012), a existência da doença é uma forma de experiência humana como a felicidade, tristeza, luto, morte. De acordo com o autor, o ser "doente" implica um determinado antropológico que provoca em outras pessoas compaixão, atenção, apoio; além disso, certos tipos de comportamento geralmente indesejáveis são aceitos (resmungar, não participar de atividades sociais, isolamento, preconceito...).

2.3. Doenças Laborais

O ambiente de trabalho apresenta riscos que afetam a saúde do trabalhador, denominadas de doenças laborais, que podem ser oriundos de poeiras, ruídos, calor, bactérias, produtos químicos e muitas outras fontes, ou ainda, provenientes de riscos

decorrentes do esforço do trabalho, que podem causar doenças osteomusculares (como, por exemplo, dores nas costas, ou mesmo LER - Lesões por Esforços Repetitivos) e transtornos mentais (BRASIL, 2018).

Também chamadas de doenças ocupacionais ou ergonômicas, estas patologias estão diretamente interligadas às condições de trabalho em que o trabalhador exerce seu serviço, contando também com situações pessoais do indivíduo que podem atrapalhar suas atividades, de modo que estas doenças modificam a realidade cotidiana dos trabalhadores e afeta sua identidade, desencadeando (re)significações em suas concepções e posições acerca das doenças (OLIVEIRA, 1997).

Nos dias atuais, os empregadores têm dada grande atenção à saúde física e mental de seus colaboradores, evidenciando um grande movimento de prevenção que as empresas aplicam para diminuir esse tipo de doença, principalmente, para estarem quites com a legislação de saúde e segurança dos trabalhadores.

A CFB - Constituição Federal Brasileira prevê que todos os trabalhadores têm direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável:

Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social..
XXII: redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (BRASIL, 2019).

Em seu artigo 157, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT também exige ambientes de trabalho seguros e saudáveis:

Art. 157 - Cabe às empresas
I - cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
II - instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
III - adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente.

Além destes importantes instrumentos jurídicos, no Brasil, as condições ergonômicas laborais dos trabalhadores são normatizadas pela NR 17 - Norma Regulamentadora nº 17, que visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, por meio da disposição de normas sobre a utilização de materiais, mobiliário, condições ambientais, jornada de trabalho, pausas, folgas e normas de produção (BRASIL, 2015).

CONCLUSÃO

Um conjunto de dados coletados neste estudo lança luz sobre aspectos importantes da realidade docente, assim, atual cenário político educacional brasileiro traz inúmeros fatores que contribuem para o adoecimento dos docentes, ligados ao ambiente de trabalho propiciados nas escolas, ao reconhecimento social e a longa jornada de trabalho.

Compreender e reconhecer essa realidade é necessário para incluir os docentes nas medidas de políticas públicas voltadas para essa categoria de saúde e bem-estar, bem como a importância e necessidade da implantação de programas de saúde docente para prevenção de doenças crônicas, as variáveis que interferem no desenvolvimento dessa doença ocupacional passam por intervenções.

Nesse sentido, os resultados podem subsidiar formas de ajudar as comunidades escolares a buscar uma melhor qualidade de vida no trabalho e instituições que proporcionem à sociedade um trabalho eficiente e qualificado. Revelando que a saúde vocal, a saúde mental e a saúde musculoesquelética são as questões mais afetadas na prática docente profissional.

Diante da reflexão deste trabalho, sugere-se que a gestão escolar deve desenvolver ações conjuntas de prevenção e promoção da saúde para os profissionais da educação para promover a efetiva melhoria das condições de trabalho e incentivar Políticas públicas para avaliar e compensar riscos à saúde e reduzir gastos financeiros devido a doenças frequentes.

Para futuras pesquisas, recomenda-se aprofundar este tema e elaborar diagnósticos e intervenções, com foco na melhoria da infraestrutura escolar, ao nível das condições de trabalho dos docentes e da promoção e proteção da sua saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N; ROUQUAYROL, M. Z. **Modelos de saúde-doença:** introdução à epidemiologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Medci Ed., 2002. p. 27-64.

ARAÚJO, T. M.; SENA. I. P.; VIANA M.A. **Mal-estar docente:** Avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. Revista Baiana de Saúde Pública, Bahia, v. 29, n. 1, p. 6-21, jan./ jun. 2006.

BARBOSA, L. **Fisioterapia Preventiva nos Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho – DORTs**. A fisioterapia do trabalho aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília:Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 20 jul. 2005.

_____.Ministério do Trabalho. **Cartilha Adoecimento Ocupacional: Um mal invisível e silencioso**, Brasília/DF, 2018.

_____.Ministério da Saúde. **Especialização em Saúde da Família: processo saúde-doença**, 2015.

_____. Ministério da Saúde.Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **Distritos Sanitários: concepção e organização o conceito de saúde e do processo saúde-doença**, 1986, p.11-13.

BRÊTAS, A.C.P.; GAMBA, M.A.(Org.). **Enfermagem e saúde do adulto**. São Paulo: Manole, 2006.

CANGUILHEM, G.O.; CAPONI, S. **O normal e o patológico**.4.ed.Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GIDDENS, A. **A sociologia da saúde e da doença**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LEAVELL, H.R.; CLARK, E.G. **Medicina Preventiva**. SP, McGraw-Hill do Brasil, RJ FENAME, 1976.

LOUREDO, P. **Contaminação dos alimentos**. 2012. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol3num1artigo2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

LOURENÇO, L.F.L.; DANCZUK, R.F.T. Et al. **A Historicidade filosófica do Conceito Saúde**. Disponível: <<http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol3num1artigo2.pdf>> Acessa em 15 junh. 2019.

MARQUES, G. **O Professor do Direito Brasileiro Orientações fundamentais de Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Método, 2009.

MARQUES, Laura Boletta. FIRKOWSKI, Nicole de Freitas. **Saúde como objeto do conhecimento: história e cultura**. VII JORNADA DE SOCIOLOGIA DA SAÚDE ISSN: 1982-5544 Curitiba –08 de novembro de 2013.

TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO - SEM OUTRA ESPECIFICAÇÃO (PDD-NOS)

Andreia Souza da Costa¹⁴

Fabiane Deluque Viana¹⁵

RESUMO

A categoria diagnóstica de transtornos invasivos do desenvolvimento (TID) refere-se a um grupo de transtornos caracterizados por atrasos no desenvolvimento de habilidades de socialização e comunicação. Os pais podem notar os sintomas já na infância, embora a idade típica de início seja antes dos 3 anos de idade. Os sintomas podem incluir problemas com o uso e compreensão da linguagem; dificuldade em se relacionar com pessoas, objetos e eventos; brincadeiras inusitadas com brinquedos e outros objetos; dificuldade com mudanças na rotina ou ambiente familiar e movimentos corporais repetitivos ou padrões de comportamento. O autismo (um transtorno cerebral do desenvolvimento caracterizado por habilidades de interação e comunicação social prejudicadas e uma gama limitada de atividades e interesses) é o TID mais característico e mais bem estudado. Outros tipos de PDD incluem Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Síndrome de Rett. Crianças com PDD variam muito em habilidades, inteligência e comportamentos. Algumas crianças não falam nada, outras falam em frases ou conversas limitadas e algumas têm desenvolvimento de linguagem relativamente normal. Habilidades de brincadeiras repetitivas e habilidades sociais limitadas são geralmente evidentes. Respostas incomuns a informações sensoriais, como ruídos altos e luzes, também são comuns.

Palavras-chave: Transtornos globais; Educação especial; Inclusão.

ABSTRACT

The diagnostic category of invasive developmental disorders (IDD) refers to a group of disorders characterized by non-developmental delays in socialization and communication skills. The country can notice the symptoms as early as childhood, with the typical age beginning before two to three years of age. Symptoms may include problems with the use and understanding of language; difficulty in relating to people, objects and events; unusual brincadeiras with brinquedos and other objects; Difficulty with routine changes or family environment and repetitive body movements or behavior patterns. Or autism (a developmental brain disorder characterized by impaired interaction and social communication skills and a limited range of activities and interests) is or DID more characteristic and more studied. Other types of PDD include Asperger Syndrome, Childhood Disintegrative Disorder, and Rett Syndrome. Children with PDD vary greatly in skills, intelligence, and behaviors. Some children do not speak at all, others fail in sentences or limited conversations, and some have relatively normal language development. Repetitive jumping skills and limited social skills are usually evident. Uncommon responses to sensory information, such as loud noises and lights, are also common.

¹⁴ **Graduação:** em Pedagogia pela Faculdade de Sorriso. **Pós-graduação** em: Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade do Pantanal. E-mail: andreia_costa2013@hotmail.com.

¹⁵ **Graduação:** em Pedagogia pela Unemat. **Mestre** em Educação pela Unemat. E-mail: faby_delvi@hotmail.com

Palavras-chave: Global disorders; special education; inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Autismo e Transtorno Global do Desenvolvimento-SOE (sem outra especificação) são deficiências de desenvolvimento que compartilham muitas das mesmas características. Geralmente evidente aos três anos de idade, o autismo e o PDD-NOS são distúrbios neurológicos que afetam a capacidade da criança de se comunicar, entender a linguagem, brincar e se relacionar com os outros.

No manual de diagnóstico usado para classificar as deficiências, o DSM-IV (American Psychiatric Association, 2000), "transtorno autista" é listado como uma categoria sob o título de "Transtornos invasivos do desenvolvimento". Um diagnóstico de transtorno autista é feito quando um indivíduo apresenta 6 ou mais dos 12 sintomas listados em três áreas principais: interação social, comunicação e comportamento. Quando as crianças exibem comportamentos semelhantes, mas não atendem aos critérios para transtorno autista, elas podem receber um diagnóstico de Transtorno Global do Desenvolvimento-SOE (TID sem outra especificação). Embora o diagnóstico seja referido como PDD-NOS, ao longo do restante desta ficha informativa, nos referiremos ao diagnóstico como PDD, como é mais comumente conhecido.

O transtorno autista é uma das deficiências especificamente definidas na Lei de Educação para Indivíduos com Deficiências (IDEA), a legislação federal sob a qual crianças e jovens com deficiência recebem educação especial e serviços relacionados. O IDEA, que usa o termo "autismo", define o transtorno como "uma deficiência de desenvolvimento que afeta significativamente a comunicação verbal e não verbal e a interação social, geralmente evidente antes dos 3 anos, que afeta negativamente o desempenho educacional da criança. Outras características frequentemente associadas ao autismo são o envolvimento em atividades repetitivas e movimentos estereotipados, resistência a mudanças ambientais ou mudanças nas rotinas diárias e respostas incomuns a experiências sensoriais". (De acordo com a IDEA e a forma como esse transtorno é geralmente referido no campo,

Devido à semelhança de comportamentos associados ao autismo e ao TID, o uso do termo transtorno invasivo do desenvolvimento tem causado alguma confusão entre pais e profissionais. No entanto, o tratamento e as necessidades educacionais são semelhantes para ambos os diagnósticos.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO

A história da educação ao sujeito deficiente teve início no século XVI no mundo. Percusores desse movimento foram os médicos e pedagogos, no qual os próprios desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais com aspectos pedagógicos. Acreditaram nas possibilidades que as pessoas com deficiências poderiam ser educáveis. Pedro Ponce de León (1520-1584) foi um exemplo desses precusores juntamente com Monge espanhol beneditino formam os primeiros educadores de surdo da história. Em 1664 Tomas Willis lançou seu livro *Cerebri Anatome*, trazendo conceitos científicos para explicar a deficiência como produto de estruturas cerebrais defeituosas ou eventos neurais falhos (SILVA, 2010).

Em 1690 John Locke publicou a obra “An essay concerning human understanding”, esse quadro de abandono dos indivíduos com deficiência se modificou porque a propagação da doutrina cristã incutia na população o pensamento de que o homem era uma criatura divina, portanto, todos deveriam ser aceitos e amados como tal. Assim, a morte de criança não desejada pelo pai passou a ser condenadas (SILVA, 2010).

A obra de John Locke contribuiu devidamente para o processo de ensino das pessoas com deficiência, pois a deficiência passou a ser considerada a partir do campo científico “teoria organicista”, como sendo fatores orgânicos, tais como modificações estruturais no cérebro no início do desenvolvimento e dificilmente poderiam ser modificados ao longo da vida do deficiente. Essa descoberta corroborou para/com o processo de ensino das pessoas com deficiências (SILVA, 2010).

Segundo Silva (2010), ao enfatizar que a experiência sensorial deve ser basear a prática pedagógica, que deve haver individualidade no processo de aprendizagem, que a experiência é condição preliminar dos processos complexos de pensamento e que objetos concretos são importantes para a aquisição de noções. Na metade do século XVII, o abade Charles Michel de L'Épée, fundou a primeira escola pública para surdo em Paris. Uns dos seus diferenciais foi a implementação de uma língua por meio do qual os surdos poderiam se comunicar (MAZZOTTA, 2011).

Em 1784 Valentin Háuy fundou o Instituto Nacional dos jovens Cegos, em Paris. Além de abrigar os cegos o fundador preocupava com os ensinamentos dos internos, utilizava,

desse modo, letras em relevos no processo de aprendizagem dos cegos, inicialmente chamado de sonografia e posteriormente Braille. (MAZZOTTA, 2011).

Outro grande ícone da história da educação especial foi o médico francês Jean Gaspard Itard (1774-1838), que desempenhou a tarefa de educar o menino selvagem, que havia encontrado na floresta de Aveyron, no sul da França por volta de 1800. Segundo Mazzotta (1987), Itard foi reconhecido pelo modo em que ensinou uma linguagem aos surdos quanto sua perspicácia na reeducação de Victor. Sendo o primeiro a empregar método sistematizado para ensinar uma pessoa com deficiência mental. Com isso fez com que desenvolvesse uma ressignificação às crianças com deficiência, ou seja, utilizou o processo de educação como resposta aos problemas associados a deficiência (SILVA, 2010).

Além da criação das instituições anteriormente mencionada, voltadas para o atendimento das pessoas com deficiência sensorial, no ano de 1832, na Alemanha, em Munique, foi fundada uma instituição para prestar atendimento aos PNEE (MAZZOTTA, 2011). Deste modo a evolução da educação voltada ao sujeito deficiente vai criando ramificações no mundo todo. Diante disso, estudos específicos nesta área propagou da área medicinal ao campo educacional. Um exemplo é a obra de Edouard Seguin publicada em 1846, intitulada “The moral treatment, hygiene, and éducation of idiots and other backward children”, que foi considerada o primeiro tratado na área de educação especial que tem como foco as necessidades das crianças com deficiência.

De acordo com Mazzotta apud Silva (2010, p. 20), Maria Montessori (1870-1956), médica italiana, também contribuiu com a evolução da educação especial ao desenvolver um programa de treinamento para crianças com deficiência mental nos internatos de Roma. Em seu programa de treinamento atentava-se para à autoaprendizagem por meio do “uso de materiais didáticos que incluíam entre outros, blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letras em relevo”. Montessori desenvolveu seu trabalho inicialmente com crianças com deficiências cognitivas e mostrou que elas poderiam aprender por meio de experiências concretas, quando expostas a ambientes ricos em materiais passíveis de manipulação.

Segundo Brito (2015), contudo após essa breve retomada do percurso histórico da Educação do sujeito deficiente, podemos observar que foi uma conquista gradativa que transcorreu da passagem do extermínio absoluto à condição de filho de Deus; da passagem de pesquisas médico-científicas ao atendimento clínico-terapêutico, em instituição até a criação de escolas especiais e, hoje a interação/inclusão no sistema público e regular de

ensino. Mesmo que a priori esse processo de educacional do deficiente, tenha como intuito o processo de segregação e marginalização.

De acordo com Mantoan (2009), o surgimento de hospícios e instituições para PNEE teve por objetivo o isolamento de uma parcela da população cujas características de sua anormalidade impossibilitavam sua cura. Segundo a autora, o surgimento dos hospícios que ocorreu mais ou menos um século antes das instituições para PNEE “[...] tinham como objetivo a proteção do meio social, por meio do isolamento de indivíduos cujas manifestações interferissem na nova ordem social”, pois, ao se acreditar na deficiência como impossibilidade, o que restava ao deficiente era o isolamento, a segregação. Deste modo vamos, a partir de agora, iremos apresentar como essa área desenvolveu em nosso país.

2.1. Transtorno Global de Desenvolvimento

O Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) é o termo geral usado para descrever uma condição que ocorre durante o período de desenvolvimento de uma criança entre o nascimento e 18 anos. Geralmente é definido pela criança sendo diagnosticada com um funcionamento intelectual menor do que o que é percebido como 'normal'. Geralmente é acompanhado por limitações significativas na comunicação. Diz-se que afeta cerca de 1-3% da população (VASQUEZ, BATISTA, 2014).

As causas mais comuns de TGD são anormalidades cromossômicas e / ou genéticas, como Síndrome de Down e Síndrome do X Frágil ou anormalidades com a estrutura ou o desenvolvimento do cérebro ou da medula espinhal, como Paralisia Cerebral ou Espinha Bífida (BRASIL, 2013).

Outras causas podem incluir prematuridade - nascer cedo demais - ou infecções, como rubéola congênita ou meningite.

Há vários testes de diagnóstico que podem ser feitos para identificar a causa subjacente do TGD. Essas causas podem ser tratadas para curar o atraso do desenvolvimento, ou pelo menos para evitar que ele se agrave. No entanto, muitas vezes a causa nunca pode ser totalmente determinada (VASQUEZ, BATISTA, 2014).

Dentre os sinais mais comuns de TGD incluem:

- A criança é incapaz de se sentar no chão sem apoio por 8 meses;
- A criança é incapaz de engatinhar por 12 meses;
- A criança tem pouca habilidade social / julgamento;
- A criança não consegue passar mais de 6 meses;
- A criança tem problemas de comunicação
- A criança tem dificuldades motoras finas / grossas
- A criança mostra comportamento agressivo como habilidade de enfrentamento

Em algumas crianças, o TGD é suspeitado logo após o nascimento devido a dificuldades de alimentação ou tônus muscular. Em outros, suspeita-se mais tarde quando ocorrem dificuldades de aprendizagem ou de comportamento na escola.

2.1.1. Incidência

Autismo e PDD ocorrem em aproximadamente 5 a 15 por 10.000 nascimentos. Esses distúrbios são quatro vezes mais comuns em meninos do que em meninas. As causas do autismo e PDD são desconhecidas. Atualmente, os pesquisadores estão investigando áreas como danos neurológicos e desequilíbrio bioquímico no cérebro. Esses distúrbios não são causados por fatores psicológicos.

2.1.2. Características

Algumas ou todas as seguintes características podem ser observadas em formas leves a graves:

- Problemas de comunicação (por exemplo, uso e compreensão da linguagem);
- Dificuldade em se relacionar com pessoas, objetos e eventos;
- Brincadeiras inusitadas com brinquedos e outros objetos;
- Dificuldade com mudanças na rotina ou ambiente familiar; e
- Movimentos corporais repetitivos ou padrões de comportamento.

Crianças com autismo ou PDD variam muito em habilidades, inteligência e comportamentos. Algumas crianças não falam; outros têm linguagem limitada que geralmente inclui frases ou conversas repetidas. Pessoas com habilidades linguísticas mais avançadas tendem a usar uma pequena variedade de tópicos e têm dificuldade com conceitos

abstratos. Habilidades de brincadeiras repetitivas, uma gama limitada de interesses e habilidades sociais prejudicadas também são geralmente evidentes. Respostas incomuns a informações sensoriais – por exemplo, ruídos altos, luzes, certas texturas de alimentos ou tecidos – também são comuns.

2.2. Implicações educacionais

O diagnóstico precoce e programas educacionais adequados são muito importantes para crianças com autismo ou PDD. A partir dos três anos de idade, as crianças com autismo e PDD são elegíveis para um programa educacional adequado às suas necessidades individuais. Os programas educacionais para alunos com autismo ou PDD se concentram em melhorar as habilidades de comunicação, sociais, acadêmicas, comportamentais e de vida diária. Problemas de comportamento e comunicação que interferem na aprendizagem às vezes requerem a assistência de um profissional experiente no campo do autismo que desenvolve e ajuda a implementar um plano que pode ser realizado em casa e na escola.

O ambiente da sala de aula deve ser estruturado de modo que o programa seja consistente e previsível. Alunos com autismo ou PDD aprendem melhor e ficam menos confusos quando as informações são apresentadas visualmente e verbalmente.

A interação com colegas sem deficiência também é importante, pois esses alunos fornecem modelos de habilidades linguísticas, sociais e comportamentais apropriadas. Para superar problemas frequentes na generalização das habilidades aprendidas na escola, é muito importante desenvolver programas com os pais, para que as atividades de aprendizagem, experiências e abordagens possam ser transportadas para o lar e a comunidade.

Com programas educacionais projetados para atender às necessidades individuais do aluno e serviços especializados de apoio a adultos em condições de emprego e moradia, crianças e adultos com autismo ou PDD podem viver e trabalhar na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar destaca-se que no que diz respeito ao papel do educador em relação ao autismo e PDD, este deve certificar-se de que as instruções sejam dadas passo a passo, verbalmente, visualmente e fornecendo suporte físico ou instruções, conforme necessário pelo aluno.

Alunos com transtornos do espectro do autismo geralmente têm problemas para interpretar expressões faciais, linguagem corporal e tom de voz. Seja o mais concreto e explícito possível em suas instruções e feedback para o aluno.

É necessário descobrir quais são os pontos fortes e os interesses do aluno e enfatizá-los. Construir oportunidades para que o aluno tenha interações sociais/colaborativas durante todo o dia escolar regular. Forneça suporte, estrutura e muito feedback.

Se o comportamento for um problema significativo para o aluno, procure ajuda de recursos profissionais especializados (incluindo pais) para entender os significados dos comportamentos e desenvolver uma abordagem unificada e positiva para resolvê-los.

Trabalhar em conjunto com os pais do aluno e outros funcionários da escola para criar e implementar um plano educacional adaptado às necessidades do aluno. Compartilhe regularmente informações sobre como o aluno está se saindo na escola e em casa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://portalses.saude.sc.gov.br/phocadownload/Regulacao/protocolos/17%20Transtornos%20invasivos%20ou%20globais%20do%20desenvolvimento%20\(inclusive%20autismo\).pdf](http://portalses.saude.sc.gov.br/phocadownload/Regulacao/protocolos/17%20Transtornos%20invasivos%20ou%20globais%20do%20desenvolvimento%20(inclusive%20autismo).pdf) . Acesso em 20 abr. 2022.

BRITO, E. R. A inclusão do autista a partir da educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso. Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015. Disponível em <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1873/1422> - Acesso em 22 abr. 2022.

GADIA, Carlos A. TUCHMAN. Roberto. ROTTA, Newra T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento.** Jornal de Pediatria - Vol. 80, N°2(supl), 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10.pdf> acessado em 25 abr. 2022.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Comparando a interação social das crianças autistas: as contribuições do programa TEACCH e do currículo funcional natural.** Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2005.

KING, BH, NAVOT, N., BERNIER, R., & WEBB, SJ (2014). *Atualização sobre classificação diagnóstica no autismo. Opinião atual em Psychiatry*, 27 (2), 105–109. <http://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000040>.

MANTOAN, Teresa Egler Mantoan. **Inclusão escolar.** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2009.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais.** Caderno CRH, Salvador. 2006.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** 2. ed. São Paulo: Ltr, 2000.

RODRIGUES, Marcell. **A função social das classes especiais para deficientes mentais numa perspectiva crítica de inclusão escolar.** Dissertação (Mestrado). São Paulo - SP. Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Rio de Janeiro ed. Vozes Petrópolis 2001.

SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, Vozes, 2000.

VASQUES, C. K. and BAPTISTA, C. R. Transtornos globais do desenvolvimento e escolarização: o conhecimento em perspectiva. *Educ. Real.* [online]. 2014, vol.39, n.3, pp.665-685. ISSN 2175-6236. Dispo <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300003>.

VYGOTSKY. **A formação social da mente,** São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1984.

ZANATA, S. D. R. CAETANO, N. M. O. A inclusão da criança com espectro autista na educação básica: uma análise sobre as ações pedagógicas na Escola Municipal de Dourados. *INTERLETRAS*, ISSN N° 1807-1597. V. 7, Edição número 27, Abril/Setembro de 2018. Disponível em <https://www.unigran.br/interletras/conteudo/artigos/4.pdf> - Acessado em 28 abr. 2022

APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Mariza da Silva Santos¹⁶

RESUMO

Este artigo discute a complexidade do processo de alfabetização que compreende a leitura e escrita como processos de aprendizagem, que ocorrem ao longo da vida e que envolvem uma série de fios, também bastante complexos, que devem ser coordenados entre si para alcançar o sucesso na tarefa de ler ou escrever. Embasado nos autores como: como Vygotsky, Ferreiro, Piaget, aponta-se como o trabalho proposto em sala de aula deve levar em consideração esses aspectos, para desenhar estratégias e atividades que levem em conta os conhecimentos prévios dos alunos, a fim de apoiá-los e promover o progresso nos processos de leitura e escrita.

Palavras-chave: leitura-escrita, ensino de línguas, aprendizagem escolar, inovação educacional.

ABSTRACT

This article discusses the complexity of the literacy process, which understands reading and writing as learning processes, which occur throughout life and which involve a series of threads, also quite complex, that must be coordinated with each other to achieve success in the task. to read or write. Based on authors such as: such as Vygotsky, Ferreiro, Piaget, it is pointed out how the proposed work in the classroom should take these aspects into account, to design strategies and activities that take into account the students' prior knowledge, in order to support them. them and promote progress in reading and writing processes.

Keywords: reading-writing, language teaching, school learning, educational innovation.

¹⁶ **Graduação:** História (UNEMAT) - Pedagogia (FAEL) - Letras Português (UNOPAR)- **Pós-graduação:** Educação do Campo (Universidade Candido Mendes) - Psicopedagogia e Educação Infantil (Universidade Candido Mendes) - Interdisciplinaridade e o Currículo da Educação Básica (Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia Darwin). lumaryy6@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem escolar implica, entre outros, um processo social de construção do conhecimento por professores e alunos. Estes últimos atuam como aprendizes das diferentes disciplinas propostas pelo currículo para os diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior. Nesse sentido, ler e escrever são aprendizagens que perduram na vida de qualquer pessoa e a combinação de ambas representa o uso adequado da linguagem escrita, daí a importância da leitura e da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois ambas são ferramentas básicas que ajudam as crianças a adquirir conhecimentos e desenvolver novas habilidades.

A alfabetização deve ser ensinada desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, e é uma das aprendizagens que está em constante prática e progresso, pois a complexidade aumenta à medida que as crianças passam de um ano letivo para outro. Diante disso, professores e pais têm um papel importante no incentivo a esse conhecimento que passa a fazer parte dos hábitos.

Embora pareça que a leitura e a escrita é algo mecânico no cotidiano escolar, para as crianças que estão no ensino fundamental é um desafio que implica muita concentração e dedicação, pois não se aprende individualmente; este conhecimento é adquirido através de um processo integrado e dinâmico.

A importância da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental está em desenvolver nas crianças a capacidade de se expressar por meio da linguagem escrita e, ao mesmo tempo, enriquecer a linguagem oral, pois para ambas as habilidades os textos devem ser interpretados e a mensagem que transmitem deve ser compreendida. Além disso, a alfabetização é uma excelente ferramenta que estimula a criatividade e a imaginação das crianças porque lhes dá a oportunidade de ler histórias ou criá-las, o que fala de uma capacidade cognitiva que lhes permite amadurecer várias áreas do conhecimento que perdurarão pelo resto de sua vida na medida de seu exercício constante.

1. APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Aproximadamente no ano de 1980 aconteceu no Brasil a criação do sistema de letramento, que foi denominado desta maneira para distinguir da alfabetização - termo que era utilizado na França e em Portugal. Nesta mesma época nos Estados Unidos e na Inglaterra que esse tema se tornou foco de atenção e de discussão nas áreas da educação e da linguagem, evidenciando a elaboração de artigos e livros publicados nesses países desenvolvidos, o que operacionalizou vários programas de avaliação do nível de competências de leitura e de escrita da população, especificamente sobre problemas da aprendizagem inicial da escrita. Segundo Soares com destaque de dois problemas que são:

[...] O domínio precário de competências de leitura e de escrita necessárias para a participação em práticas sociais letradas e as dificuldades no processo de aprendizagem do sistema de escrita, ou da tecnologia da escrita que são tratados de forma independente, o que revela o reconhecimento de suas especificidades e uma relação de não-causalidade entre eles (SOARES, 2004, p. 7).

Entretanto, Soares 2004 também destaca que no Brasil o foco foi dado a necessidade de competências e habilidades de leitura e escrita, vinculada a aprendizagem da escrita, desenvolvido com questionamento do conceito de alfabetização. Enquanto na França e Estados Unidos a aprendizagem inicial da leitura e da escrita – mantém sua especificidade no contexto das discussões sobre problemas de letramento e de domínio das habilidades de uso da leitura e da escrita. Ainda acrescenta que no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se sobrepõem e frequentemente se confundem.

Como afirma autores, no Brasil a discussão do letramento surgiu sempre enraizada no conceito de alfabetização sobre problemas da aprendizagem inicial da escrita, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento (SOARES 2004, REBELLO VIEGAS 2007, THOMAZ 2009).

1.1. Leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental

O presente projeto se fundamenta nas teorias desenvolvidas por alguns autores como Vygotsky, Ferreiro, Piaget e outros. Acredita-se que se faz necessário conhecer um pouco dos estudos realizados por estes autores consagrados, que, graças a competência trouxe para os dias atuais contribuições para entender o desenvolvimento intelectual do ser humano. As

ideias e as descobertas destes autores possibilitaram a busca de mudanças significativas e urgentes ao realizar o pedagógico nas salas de aula e em todas as modalidades e graus de ensino, em especial, na área de alfabetização.

Piaget desde o início privilegiou o caráter epistêmico da ação humana, dizendo que a lógica não é inata, mas que se desenvolve pouco a pouco de acordo com o desenvolvimento intelectual e cognitivo da criança (RIBEIRO, 1999, p. 18. apud PIAGET), este cientista descobriu que o aprendizado é um processo gradual no qual a criança vai se capacitando a níveis cada vez mais complexos do conhecimento, seguindo uma sequência lógica de pensamento e mostrando que as crianças passam por estágios de estruturação do pensamento em crescente complexidade psicogenética.

Segundo Piaget (FALCÃO, 1984, p. 84,85,86 e 87 apud PIAGET) existe uma maneira prática de trabalhar leitura e escrita de forma que os alunos se interessem pelas aulas, isso porque as vezes ficar só em sala de aula limita a forma de trabalhar com os alunos fazendo com que as aulas deixem, de ser um mundo de faz de conta para constituir-se em encontro de subjetividades, mediante planos elaborados e executados em conjunto.

A pedagogia por projetos proposta por Joli Bert (1994: 11-42) "diz que ensinar alguém é ajudar em seus próprios processos de aprendizado", desta forma, há importância nas várias escolhas que afetam a vida dentro da instituição, com ênfase na busca da cooperação em sala de aula para organização do tempo, do espaço, das regras de convivência, das atividades e projetos nos quais se inserem as situações de leitura e escrita.

Prevê que a vida proporciona situações de leitura afetivas e diversificadas, mas o objetivo dessa proposta é a de que as crianças aprendam a ler e a escrever em suas interações com a escrita em situações de algum significado para elas, ou seja, cada criança realiza essas atividades em situações reais de comunicação, de acordo com os conhecimentos que adquiriu até o momento. Hoje em dia pode-se dizer que a questão leitura e escrita está muito complicada, pois, o governo não se importa com o que as crianças sabem e sim com os números passando a ser proibido reter um aluno, por exemplo, na rede pública alguns alunos chegam ao quinto ano sem saber ler e escrever corretamente.

2.2. O Que é Escrever?

A escrita não é simplesmente um código que transpõe graficamente as unidades sonoras das falas os fonemas, mas sim um sistema de representação escrita e notação dos segmentos sonoros da fala (FERREIRO, 1995; MORAIS 2005).

Trata se, portanto de uma nova construção de conceito e não de uma aprendizagem de consolidação da escrita, de um conhecimento de correspondências som- grafia com o desenvolvimento de habilidades de consciência fonológica que consiste na capacidade de refletir sobre as unidades das palavras e de manipulá-las de modo intencional tratando do conhecer bem as palavras e conhecer também o cognitivo que se fortalecem mutuamente, em especial, no exercício da leitura e da escrita.

2.3. Alfabetização e letramento e suas etapas

Muito se discute sobre o que precisa ser proporcionado às crianças entre quatro e cinco anos em plena fase de desenvolvimento na Educação Infantil. O que percebo, é que muitas vezes esta etapa é considerada menos importante para as escolas, educadores e pais. Pensar desta forma é um equívoco, por isso discutir o ambiente da Educação Infantil me remete a pensar que etapa é essa e qual sua função pedagógica no âmbito escolar.

Nos anos iniciais do ensino fundamental é a etapa no qual, as crianças tem seu contato com o mundo da leitura, a partir daí encontram-se inseridas no contexto escolar. Proporciona às crianças a compreensão do universo, percebendo o espaço, o tempo, a escola, o lugar em que mora e costuma frequentar, bem como as pessoas que as rodeiam. Mas, além delas integrarem-se na sociedade, são seres que estão em desenvolvimento e por isso precisam ser estimulados. Assim possibilita vivências significativas aos sujeitos atuantes. Ao referir-me em vivências significativas ressalto que nessa fase todas as vivências proporcionadas devem e tem de ter um significado, já que estão em pleno desenvolvimento e esta é a função da escola.

A escola se define como um ambiente em que sua principal função é ensinar, entretanto, ensinar significa também oferecer vivências e experiências significativas na vida desses sujeitos, estimulando-os a agirem de forma cidadã perante a sociedade no qual estão inseridos. É neste local em que os sujeitos permanecem grande parte de seu dia, alguns em

período integral, outros somente por um período, mas independentemente do tempo em que a frequentam, todos estão em um ambiente que precisa proporcionar a aprendizagem.

[...] A escola não precisa se preocupar muito com a aprendizagem: isto as crianças farão por si. Precisa preocupar-se com dar chances às crianças para vivenciarem o que precisam aprender; sentirem que o que fazem é significativo e vale a pena ser feito. Sem esse interesse realmente sentido pelas crianças, as atividades da escola podem não passar de um jogo, de um brinquedo, de uma obrigação, que alguns podem realizar e, outros, inconformados, deixar de lado (ROJO, 1998, p. 64).

Esta é uma etapa que precisa proporcionar as crianças vivências e experiências articuladas a descobertas, por meio do brincar, de maneira que interpretem e conheçam o mundo em que vive. Sendo que é fundamental para o desenvolvimento das crianças e por isso precisa ser bem aproveitada pelos educadores, estando preparados para assumir a sua função, oferecendo oportunidades para a aprendizagem e, tendo conhecimento da importância da etapa da Educação Infantil, agindo de modo que alcance os objetivos que delimitou para as que nela atuam. “Assim, a importância de o professor apropriar-se, antes de tudo de sua identidade como profissional de educação infantil, apoiando-se em pressupostos teóricos consistentes, definindo o seu norte e traçando linhas norteadoras de ação junto à criança” (RODRIGUES; AMODEO, 2002, p. 13).

2.4. Aprendizagem na perspectiva de Vygotsky

Nesta perspectiva a aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento infantil do conhecimento e dos saberes, considerando que todo processo de aprendizagem é também processo de ensino. Ou seja, ensino-aprendizagem (VYGOTSKY, 1989). Sendo ainda especificada esta conexão, através da zona de desenvolvimento proximal - distância entre os níveis de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento real, como:

[...] Um “espaço dinâmico” entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (nível de desenvolvimento real) e os que deverá resolver com a ajuda de outro sujeito mais capaz no momento, para em seguida, chegar a dominá-los por si mesma (nível de desenvolvimento potencial). (VYGOTSKY, 1989, p. 43).

Portanto, desenvolvimento real é o que a criança consegue realizar por si mesma. O desenvolvimento potencial, que é o que a criança consegue realizar com a ajuda de terceiros, através da imitação, ou com fornecimento de pistas. A zona de desenvolvimento proximal é a diferença entre a idade mental (determinada pelo desenvolvimento real), e a capacidade potencial do sujeito, ou seja, sua capacidade de resolução com mediação.

As crianças podem imitar diferentes ações e muitas vão além dos limites de suas próprias capacidades. Quando estão em uma atividade orientada por um adulto utilizando de imitação, elas são capazes de realizar variadas tarefas. Este ponto “é de fundamental importância na medida em que demanda uma alteração radical de toda doutrina que trata da relação entre aprendizado e desenvolvimento na criança” (VYGOTSKY, 2007, p. 101).

Para Vygotsky o aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente no desenvolvimento. Ele simplesmente se utilizaria dos avanços do desenvolvimento ao invés de fornecer um impulso para modificar seu curso. O desenvolvimento nas crianças nunca acompanha o aprendizado escolar da mesma maneira como uma sombra acompanha o objeto que o projeta.

2.5. O desenvolvimento da linguagem

Ainda na perspectiva de Vygotsky ele contribui com a visão de que o desenvolvimento da linguagem escrita não reproduz os processos de desenvolvimento da linguagem oral, explicitando que a linguagem escrita não é uma simples tradução da linguagem oral em signos escritos e nem o domínio da linguagem escrita, entretanto, se reduz a assimilar a técnica da escrita. Exemplificando que:

[...] Se a linguagem escrita se restringisse à tradução da linguagem oral em signos escritos, no momento em que a criança dominasse essa técnica, alcançaria o mesmo grau de desenvolvimento da linguagem oral. A linguagem escrita, segundo o autor, “é uma função especial da linguagem, que se diferencia da linguagem oral como a linguagem interior se diferencia do exterior em sua estrutura e no seu modo de funcionamento” (VYGOTSKY, 1993, p. 229).

Sendo que a linguagem está profundamente associada ao desenvolvimento cognitivo, ajudando a desenvolver o pensamento e a manifestá-lo, exercendo um papel preponderante nas relações sociais. Por meio dela e através dela expressamos o próprio mundo interior, sabendo o que ocorre com outra pessoa e aprender através da exteriorização da experiência de outras pessoas.

Através dessas trocas, enriquece o vocabulário e consegue condições de expressar o que pensa e obtendo capacidade para compreender os outros, responder de maneira lógica, ampliar seus conhecimentos, desenvolver capacidade crítica. Sendo essencial no processo de aprendizagem em que adquire linguagem que a criança participe da comunidade linguística –

o convívio com falantes para que aprenda a falar. Entretanto, para adquirir a leitura e escrita não é suficiente à convivência, escrever e ler exigem o domínio da capacidade de refletir sobre a linguagem, ou seja, requerem o domínio de capacidades metalinguísticas (ALENCAR, 1992). De forma técnica:

[...] A linguagem interior é reduzida ao máximo, taquigráfica. A linguagem escrita é desenvolvida ao máximo, formalmente mais refinada, inclusive em relação à linguagem oral. Nela não há elipses como na linguagem interior. Quanto à sua estruturação sintática, é quase exclusivamente predicativa. De modo semelhante, na linguagem oral, a sintaxe se converte em predicativa quando o sujeito e os componentes da oração que se referem a ela são conhecidos dos interlocutores (VYGOTSKY, 1993, p. 231-2).

Portanto, a alfabetização e linguagem estão intrinsecamente ligadas, é um pilar fundamental no ser humano. Não é apenas uma ferramenta indispensável para obter fins educacionais, mas um dos andaimes da cultura de hoje. De acordo com isso, ler e escrever exigem esforço, dedicação, dinamismo e entusiasmo; para desenvolver essa habilidade, todo esse processo da alfabetização.

Hoje ser alfabetizado torna a pessoa importante, porque saber ler e escrever é fundamental para a educação, abre as portas para um amanhã esperançoso, mas sobretudo ajuda a libertar-se da pobreza, tanto mental quanto econômica, porque torna mais reflexivo, analítico, crítico e criativo, capaz de gerar e defender suas ideias, assumir compromissos e aceitar erros. Esta é a razão pela qual existem países do terceiro mundo, pois quando o percentual de analfabetos é muito alto, torna o desenvolvimento daquele país mais lento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, então, destacar que o letramento, a linguagem a alfabetização não consiste apenas no saber ler ou escrever, mas também desenvolver plenamente as habilidades de leitura, compreensão de um texto e extraíndo o melhor para o crescimento como pessoa, estudante e profissional. Implica interpretação e expressão crítica das realidades sociais, políticas e econômicas em que uma pessoa vive. A alfabetização é um fator essencial para erradicar a pobreza, reduzir o abuso infantil, frear o crescimento populacional, estabelecer a igualdade entre os sexos e garantir o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia.

Portanto, o letramento, a linguagem a alfabetização se estruturam como processos de aprendizagem e devem alicerçar o trabalho proposto em sala de aula, deve levar em

consideração esses aspectos, para desenhar estratégias alfabetização que contribui para a vida pois, não somente é ler e escrever, é a libertação de povos, comunidades e barreiras pessoais. Assim como, é a libertação do pensamento autônomo, a confiança em ser ele mesmo para poder construir e transformar sua própria história, olhando-a com um pensamento crítico capaz de buscar sempre mais por melhores dias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de and FERREIRA, Andréa Tereza Brito. **As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras?**. Rev. Bras. Educ.[online]. 2008, vol.13, n.38, pp. 252-264. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/05.pdf>. Acesso em 07 de Novembro de 2020.

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti de 1; Alessandra Corrêa Farago. **A importância do letramento nas séries iniciais. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP**, 1 (1): 204-218, 2014.

AMARAL, JOÃO J. F. Como Fazer Uma Pesquisa Bibliográfica. Fortaleza, janeiro de 2007. Disponível em https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C5_Como_fazer_pesquisa_bibliografica.pdf Acesso em 20 de Outubro de 2020.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A., (1991). **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas.

FERREIRO, Emília. **O processo de construção da escrita e da leitura**. Disponível em: <<http://centrorefeducacional.pro.br/contribu.html>>. Acesso em: out. 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez,2001.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2004, n.25, pp. 5-17. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>. Acesso em 07 de Novembro de 2020.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKY, L. S. Et al. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 8. ed. São Paulo: ícone, 1993

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989

PSICOPEDAGOGIA E INTERATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreia Souza da Costa¹⁷

Fabiane Deluque Viana¹⁸

RESUMO:

Ao se referir ao termo psicopedagogia, uma ampla gama de conteúdos pode ser encontrada que geram ideias para a compreensão do comportamento humano e daquelas situações congênitas ou adquiridas que podem ocorrer no desenvolvimento de habilidades escolares do pessoas. A psicopedagogia busca otimizar o processo ensino-aprendizagem contribuindo com uma orientação abrangente para a comunidade educativa através da aplicação adequada de: métodos e recursos didáticos, estes facilitarão o desenvolvimento e a construção do conhecimento com base nas limitações ou competências dos alunos. Ao estimular o aprendizado através da criatividade sem dúvida alguns facilitarão a compreensão do estilo de aprendizagem, o alcance do conhecimento e a desenvolvimento das capacidades educativas dos alunos. O objetivo deste artigo é discorrer sobre a importância da psicopedagogia e a aprendizagem criativa através de métodos documentais indutivos, dedutivos e exploratórios, para saber se existe algum tipo de ligação das partes com o todo, vários documentos obtidos de diversas fontes bibliográficas, facilitando o entendimento do problema, obtendo como resposta que a aplicação de um ensino criativo estimula e ativa o desenvolvimento de habilidades escolares.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Aprendizagem Criativa; Habilidades Escolares; Estratégias Educacional; Recursos Didáticos.

ABSTRACT:

When referring to the term psychopedagogy, a wide range of contents can be found that generate ideas for the understanding of human behavior and those congenital or acquired situations that can occur in the development of people's school skills. Psychopedagogy seeks to optimize the teaching-learning process, contributing with a comprehensive orientation to the educational community through the appropriate application of: didactic methods and resources, these will facilitate the development and construction of knowledge based on the limitations or competences of the students. By stimulating learning through creativity, some will undoubtedly facilitate the understanding of the learning style, the reach of knowledge and the development of students' educational skills. The purpose of this article is to discuss the importance of psychopedagogy and creative learning through inductive, deductive and exploratory documentary methods, of the problem, obtaining as an answer that the application of a creative teaching stimulates and activates the development of school skills.

Keywords: Psychopedagogy; Creative Learning; School Skills; Strategies Educational; Didactic resources.

¹⁷ **Graduação** em Pedagogia pela Faculdade de Sorriso. **Pós-graduação** em: Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade do Pantanal. E-mail: andreia_costa2013@hotmail.com.

¹⁸ **Graduação** em Pedagogia pela Unemat. **Mestre** em Educação pela Unemat. E-mail: faby_delvi@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento não é suficiente para a formação do desenvolvimento integral da ser humano se isso não foi adquirido com base no estilo de aprendizagem de cada pessoa, considerando suas qualidades, habilidades e habilidades.

A psicopedagogia é uma disciplina, com uma história curta, que visa prevenir e/ou resolver dificuldades que poderiam dificultar essas aprendizagens obrigatórias. Explica que é preciso considerar as necessidades e potencialidades que cada pessoa possui construir seu estilo de entender e canalizar o processo de ensino-aprendizagem, hoje pode-se chegar a pensar que a psicopedagogia tenta encontrar explicações diante das preocupações que surgem no quadro da educação atual.

O problema de estabelecer fronteiras precisas entre Psicologia da Educação, Educação e a psicopedagogia na Ibero-América tem sido notavelmente reconhecida por diferentes referentes. Não faça, no entanto, a literatura acadêmica indica que quando o psicopedagógico é entendido como ramo ou especialidade do psicólogo ligado à aprendizagem escolar é relativamente mais fácil distinguir seus campos de atuação e modelos de intervenção.

Sem dúvida, o profissional que atua no contexto educacional desempenha um papel extremamente essencial, exigirá uma atualização constante de suas estratégias para gerenciar e entender os estilos e a forma de aprender de cada aluno.

A psicopedagogia é o resultado de um avanço permanente cujas raízes aparecem no desenvolvimento da Educação Especial e na integração da Psicologia como ciência que estuda os processos cognitivos, afirmando que esta disciplina o que pretende é tornar-se um processo evolutivo de acordo com o contexto educacional atual, reconhecendo cada vez mais o grande papel que o profissional da educação tem na transferência de informação aos seus alunos (FERREIRA, 2008).

Atualmente, é urgentemente necessário detectar as falhas mais relevantes e específicas na disciplina psicopedagógica dos professores, desta forma será possível intervir para encontrar soluções possíveis e viáveis para que a aprendizagem seja inclusiva e equitativa.

Sem dúvida, no sistema educacional atual, o professor torna-se um conselheiro, a partir de sua função relacionada com a responsabilidade e o papel assumido no cuidado de crianças e adolescente, não apenas para prestar-lhe a assistência de que necessita, mas

também para participar do processo baseado em monitoramento e avaliação para potencializar seu desenvolvimento, desde a diagnóstico psicopedagógico.

O professor desempenha um papel muito importante na formação e aquisição do conhecimento. é aquele que à primeira impressão pode desenvolver uma avaliação diagnóstica e exploratória para poder iniciar um processo de intervenção psicopedagógica individualizada, razão pela qual é necessário do professor um compromisso profissional com o desenvolvimento das competências escolares.

Esta pesquisa tem como objetivo considerar a importância da psicopedagogia e a aprendizagem criativa, e é por isso que os professores precisam ser empoderados por essa situação como um processo contínuo e ativo para resultados positivos e inclusivos

2. PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia ajuda a melhorar os processos de ensino-aprendizagem, ou seja, é onde intervém com novas técnicas e métodos para o desenvolvimento de habilidades nos alunos para assim, ter ganhos em seu desenvolvimento escolar segundo a Unir a define como:

A psicopedagogia é a ciência social que estuda os processos de aprendizagem e ensino. É uma disciplina bastante recente. Sua prática começou nos Estados Unidos por volta de final do século XIX; embora o termo não tenha sido cunhado até 1908, na França, por G. Persigot, que a definiu como "paidotécnica experimental" em seu livro de ensaios sobre Pedagogia (BASSEI, 2008).

O principal objetivo da psicopedagogia é alcançar processos cognitivos que ajudem os alunos a para desenvolver habilidades e habilidades para servi-lo por toda a vida. O ramo da psicopedagogia exerce muita pressão sobre os profissionais que estão ligados à tema, cada um deles administra seus ensinamentos e métodos de acordo com a perspectiva que esses seus alunos, usuários ou pacientes possuem envelopes, então definimos abaixo vários Anotações de como deve ser o profissional em psicopedagogia. O profissional em psicopedagogia deve manejar as bases epistemológicas do conhecimento psicopedagógico, com suas noções básicas e eixos conceituais. Você também deve conhecer as ciências auxiliares que contextualizam sua atuação profissional e todas as aplicações que esses levarem ao pensamento e ao desenvolvimento como ser humano (BOSSA, 2007).

Os psicopedagogos concentram-se especificamente nos problemas de aprendizagem. ambiente escolar, desempenham um papel fundamental na atenção à diversidade e fazer dentro de um contexto interdisciplinar, ou seja, como um dos profissionais envolvidos na resolução do problema.

Deve-se desenvolver os fundamentos psicopedagógicos da abordagem construtivista, conhecendo as processo de ensino-aprendizagem, as características e as relações entre os diferentes elementos e agentes que compõem o sistema educacional

Intervém nos processos de ensino-aprendizagem, para os quais existem estratégias de intervenção da área, por isso é preciso ir além e tratá-la como mediadora de aprendendo com o conhecimento dos estágios de desenvolvimento biológico de qualquer estudante.

Diferentes autores compartilham que o objetivo fundamental do psicólogo educacional é fortalecer os processos de ensino-aprendizagem, mas a diferença existe em como cada um deles lida com o técnicas adequadas para o desenvolvimento integral e a adaptação correspondente em cada um de seus alunos, observamos como a revista une menciona que os profissionais devem ser envolvidos na resolução de problemas, ou seja, devem buscar as técnicas adequadas para tentar encaixar o aluno partindo do problema para chegar à solução; Rodrigues afirma que este trabalho deve partir da construção do conhecimento, tendo você pode ver onde você realmente quer chegar com o aluno; enquanto Tello menciona que É necessário intervir no processo de ensino procurando estratégias que estejam de acordo com a área da estudante (BOSSA, 2007).

Esses autores têm em comum que buscam fortalecer o processo de ensino-aprendizagem no aluno a partir do objetivo provincial do psicopedagogo que é alcançar resultados positivo neles, fortalecendo suas áreas cognitivas. Os psicólogos educacionais são responsáveis pela resolução de problemas relacionados à área de educação, este aqui olha para os fatores que estão influenciando negativamente o aluno propondo estratégias para obter uma mudança favorável. Segundo Arroyo, há benefícios que são alcançadas com a psicopedagogia e a subdivide em duas áreas:

Nos alunos: maior autoconfiança; melhora o desempenho acadêmico; diminuição e controle dos níveis de ansiedade; superando os problemas de aprendizagem; autorregulação do seu comportamento e maior autoestima.

Na instituição de ensino: apoio na redução da taxa de baixo desempenho e evasão escolar; oferece aos estudantes uma educação compreensiva; atenção e orientação aos pais

de família; apoio e orientação para a escola; participação ativa no projeto e criação de programas de intervenção para problemas de aprendizagem.

Se for feita uma correta adaptação psicopedagógica em cada instituição, o processo de aprendizagem do aluno pode alcançar resultados que beneficiem seu desenvolvimento na educação, e o benefícios mencionados acima de grande utilidade para o desenvolvimento do indivíduo fora das salas de aula, uma vez que obtêm benefícios para si e para a instituição de ensino, tornando assim uma triangulação de conhecimentos que podem ser utilizados pelo aluno (FERREIRA, 2008).

2.1 Aprendizagem criativa

Conceitos claros sobre aprendizagem e criatividade devem ser estabelecidos para estabelecer um relacionamento estratégico em sala de aula com os alunos sobre a aprendizagem criativa.

Tomando um conceito básico da Wikipedia sobre aprendizagem temos que é um processo pelo qual habilidades, habilidades, conhecimentos, comportamentos e valores são modificados e adquiridos. Isso como resultado de estudo, experiência, instrução, raciocínio e observação. Este processo pode ser analisado de diferentes perspectivas, por isso existem diferentes teorias de aprendizagem (BOSSA, 2007).

Por outro lado, a criatividade pode ser chamada de pensamento original, ou pensamento criativo, uma vez que que fomenta a imaginação construtiva ou o pensamento divergente, é a capacidade de criar, inventar ou inovar, ou também gerar novas ideias ou conceitos, novas associações entre ideias e conceitos conhecidos, que geralmente levam a conclusões, que conseguem resolver problemas, ao mesmo tempo, produzem soluções originais e valiosas (FERREIRA, 2008).

Segundo Ramírez, aprender criativamente significa expressar-se de forma diferente, pois cada indivíduo tem seu próprio pensamento sobre como você vê as coisas, no ambiente escolar a aprendizagem criativa e pode expressar na forma que o aluno dá a sua própria identidade. Esse aprendizado estimula o sujeito para gerar uma solução para um problema a partir da experiência obtida anteriormente, onde prevalece a ideia de que não existem respostas corretas, mas múltiplas soluções para um mesmo problema. (HOFFMANN, SILVA, 2014).

Dessa forma, os alunos podem gerar diversas alternativas ao buscar soluções para um problema estabelecido em sala de aula, para razão pela qual a criatividade estimula a aprendizagem no ambiente escolar.

Aprendizagem criativa: o que é? Depende do que? Qual é a sua importância? são perguntas-chave para aprender mais sobre aprendizagem criativa. Ao se referir à aprendizagem criativa, pode-se dizer que é uma forma de aprendizagem em que a criatividade tem um papel importante que se destaca neste conceito, depende do estímulo dado para gerar uma ideia que se torna importante porque resolve um problema estabelecido. A criatividade torna-se um processo de produção de ideias novas e inusitadas porque vai além do estabelecido, pois o indivíduo está envolvido na ação de expressar e produzir recursos que alcancem a aprendizagem, a aprendizagem torna-se um processo em que a criatividade é a essência do indivíduo (BOSSA, 2007).

A educação da criatividade, focada desde o ângulo de sua orientação para o desenvolvimento, também permite especificar as modificações sofridas pela atividade dos professores. Neste caso, o autor expõe a educação como um guia para a criatividade, que deve ser orientado para o desenvolvimento criativo do aluno que deve gerar recursos por si mesmo. Quando falamos de aprendizagem criativa, manifestam-se conceitos muito semelhantes.

Um elemento indispensável no desenvolvimento da criatividade do aluno é a sua expressão através etapas de reflexão, onde o aluno toma consciência e autoconhecimento de sua própria criatividade, bem como a de seus colegas e professor, bem como os motivos e orientações os principais são direcionados ao desenvolvimento criativo e ao aprendizado.

Neste caso, a responsabilidade baseia-se no desenvolvimento da criatividade, o que leva a demandas sobre o momento de formação do aluno, que ao mesmo tempo envolve todos os participantes da aprendizagem criativa, alterando os papéis previamente estabelecidos e colocando-os em novas mudanças (FERREIRA, 2008).

Extraído do livro "Criatividade e Aprendizagem" (o jogo como ferramenta pedagógica) onde seu autor Andy Goldstein um fotógrafo profissional funda uma escola de fotografia criativa e desenvolve um currículo que se concentra na teoria dos jogos e pesquisa sobre criatividade e aprendizado, desta forma procura fomentar a capacidade criativa dos futuros artistas da sua escola. A princípio os alunos ficaram surpresos com esse método que usaram, mas aos poucos foram deixando adaptados de forma agradável e respeitosa, levando

também a promover valores com seus colegas e com seus professores. (HOFFMANN, SILVA, 2014).

1.2. Estratégias para o desenvolvimento de habilidades escolares.

O desenvolvimento de competências escolares é um tema de grande interesse nos centros educativos, que isso ajuda a instituição a obter lucros que beneficiam o desenvolvimento dos alunos e por sua vez a instituição obtém lucros cumprindo as normas estabelecidas na educação, mas quais são as habilidades que Villaseñor menciona que: Habilidades são a capacidade de fazer algo bem-feito. Assim como o conhecimento se refere a como percebemos, entendemos e lembramos de informações, as habilidades são referem-se à maneira como escolhemos, usamos e aplicamos o conhecimento em diferentes circunstâncias, diante de desafios diversos e frequentemente imprevisíveis (BOSSA, 2007).

Portanto, a capacidade de fazer as coisas bem especificamente dentro dos centros educacionais é o que será alcançado exercitando pensamentos positivos em torno das habilidades e habilidades que são desenvolver em sala de aula.

O ser humano sempre gostará de descobrir coisas novas, mas há uma lacuna de diferença entre o que ele pode fazer e o que ele realmente faz, uma pessoa brilhante pode alcançar, habilidades extraordinárias em seus estudos, mas devemos ver como ele que esses lucros frutifiquem fora da instituição, ou seja, ela deve administrar e obter os forma de explorar todo o seu talento fora da sala de aula.

Quais são essas habilidades interconectadas tão necessárias? Essas são as habilidades que permitem um desenvolvimento positivo nos alunos, podendo ser promovidos e desenvolvidos em diversos contextos, de forma a estimular as crianças a viverem a sua vida de forma plena, as medidas padronizadas com as quais hoje avaliamos seu sucesso. Os autores mencionam alguns das habilidades que podem gerar lucro dentro e fora da sala de aula (HOFFMANN, SILVA, 2014).

Para o desenvolvimento de habilidades dentro da sala de aula, menciona parede que deve ser relacionadas não só ao lado cognitivo, mas também a vários aspectos que são mencionado no gráfico em questão, onde o lado social está envolvido com a empatia, sociabilidade e residência; o lado pessoal, como os aspectos de curiosidade, autoconsciência, integridade; e o lado cognitivo que envolve a área de ingenuidade e criatividade, esses oito

aspectos são fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo e, por sua vez, para o desenvolvimento de habilidades educacional.

O aluno hoje é parte fundamental do ensino-aprendizagem, pois passou reformar a educação com o passar do tempo para atingir os objetivos e obter resultados positivos neles, com isso queremos que o aluno alcance aprender e aplicar em sua vida depois da escola.

Para gerar habilidades dentro da sala de aula, ele menciona a teia de habilidades do professor que deve ser desenvolvido (FERREIRA, 2008):

As atividades propostas coincidem muito com o exposto no gráfico anterior, mas o site do professor implica as TIC nas competências, mencionando-as como uma ferramenta que ajuda a alargar o horizonte de aprendizagem, pela sua capacidade de abranger áreas específicas dentro da educação.

A resolução entre esses autores é muito bem-sucedida para desenvolver habilidades estratégicas nos alunos para que possam exercitar e ter a capacidade de aplicar o que aprenderam dentro da sala de aula em seu cotidiano, ou seja, aprender para a vida, alcançar e vivenciar estratégias neles desenvolvidas (VERA, 2011).

1.3. Recursos didáticos para aprender

O material didático que chamamos de todas as ferramentas ou utensílios que os alunos manipulam desenvolver uma aula motivadora, isso facilita o processo de compreensão dos alunos para que consigam apreender os conteúdos e assimilar os conceitos novos ou mais complexos.

Os profissionais da educação têm um papel e responsabilidade social, dia após dia têm a árduo trabalho de formação integral de pessoas não só no fortalecimento dos conteúdos mas sim na construção de capacidades, competências e potencialidades individuais. “Em geral, os diferentes recursos e materiais didáticos podem referir-se a todos os elementos que um centro educacional deve possuir, desde a própria edificação até todo aquele material de mobiliário, audiovisual, bibliográfico, etc.” (HOFFMANN, SILVA, 2014).

Indica que usar uma variedade de ferramentas sobre o processo ensino-aprendizagem. Hoje, Instituições de Ensino e profissionais da educação consideram o uso de elementos tangíveis que facilitam a transferência de informações para seus alunos. Do ponto de vista didático poderíamos dizer que um recurso é uma forma de agir, ou melhor a

capacidade de decidir sobre o tipo de estratégias a serem usadas nos processos de ensino; é, portanto, uma característica inerente à capacidade de ação das pessoas. Os meios didáticos poderíamos defini-los como o instrumento que usamos para a construção do conhecimento; e, por fim, os materiais didáticos seriam os produtos projetado para ajudar nos processos de aprendizagem (BOSSA, 2007).

Então, o uso de recursos para o ensino visa melhorar a construção de conhecimento e desenvolver condições específicas para que professores e alunos possam ter um relacionamento interpessoal em um ambiente acolhedor dentro da sala de aula. Nesta tarefa - fruto de um trabalho contínuo, sistemático e consensual, entre tantos outros são definidas as ações e determinações, as necessidades e a forma de utilização dos recursos (VERA, 2011).

materiais e recursos didáticos que serão utilizados como definidores de uma linha específica de ação pedagógica. O fim é o mesmo, o bom uso e desenvolvimento dos recursos didáticos, sem dúvida. Alguns geram uma conexão direta e interessante entre professor-aluno, ambos responsáveis de comunicação ativa.

“Entre os recursos didáticos estão material audiovisual, meios didáticos computadores, suportes físicos e outros, que ajudarão o treinador a desenvolver sua atuação em sala de aula”. Mostra que existe uma grande variedade e interessante em termos de materiais lúdicos que podem servir de apoio dentro e fora do sala de aula, considerando os estilos de aprendizagem de cada aluno (HOFFMANN, SILVA, 2014).

Os materiais didáticos de origem reciclável são um elemento essencial que auxilia o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem seja eficaz e que, além disso, os alunos beneficiam diretamente, sendo transcendental que o professor as aplique durante as diversas temas que deve transmitir aos seus discípulos.

Sem dúvida, a criatividade e o cuidado com o meio ambiente hoje também fazem parte da inovação quanto ao uso de elementos educacionais, facilitará e fortalecerá a inteligência de cada aluno, obtendo resultados a curto, médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicopedagogia é a área responsável por resolver os problemas de aprendizagem dos alunos. Alunos, é quem faz uma correta integração de métodos e estratégias para que o benefício disso é de grande alcance no sistema educacional, por isso é muito importante que

no instituições de ensino existem psicopedagogos a fim de ter maiores benefícios no campo educacional em nível nacional.

O sistema educacional é muito importante dar ênfase à implementação de sistemas ou programas que auxiliam no aprendizado do aluno, muitos deles são cópias de outros países para poder resolver os problemas que surgem nos estabelecimentos de ensino e que no final refletir sobre o desempenho do aluno. A aprendizagem criativa torna-se um fator importante no campo educacional, pois permite que o aluno expresse suas ideias e conhecimentos de forma livre e criativa onde procura uma forma de resolver um problema estabelecido, onde suas experiências o levarão ao aprendizado (VERA, 2011).

O desenvolvimento de estratégias dentro das instituições de ensino é uma habilidade que deve ser dentro de cada sala de aula, pois isso ajuda o aluno a aprender para a vida e não tão apenas manter o conhecimento dentro do curso, mas aplicá-lo nas áreas em que é envolver-se. Os recursos ou materiais didáticos são um conjunto de elementos essenciais no processo ensino-aprendizagem a ser aplicado pelo profissional docente como estratégia para a construção dos conteúdos em seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASEI, A. P. A Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. **Revista IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN**, 2008. Disponível em: <http://rieoei.org/2563.htm> Acesso: 10 abr. 2022.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. RS, Artmed, 2007.

FERREIRA, Lúcia Gracia. **Dois visões psicopedagógicas sobre o fracasso escolar**. Revista de Psicopedagogia. São Paulo: ABPp, n. 77, p. 139- 145.2008.

HOFFMANN, Jussara. SILVA, Ana Beatriz Gomes da Silva. Apresentação. In: REDIN, Maria Martins. et al. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil**. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014

SANTOS, Rogério Augusto. **O Psicopedagogo na instituição escolar: Intervenções psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem**. Disponível em: Acesso em 20 ABR. 2022.

VERA Barros de Oliveira, Nádía Aparecida Bossa. **Avaliação Psicopedagógica da Criança de Zero a Seis anos**. Editora Vozes Brasil, 19ª edição, 2011.

A IMPORTÂNCIA DO NEUROPSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Celina Aparecida Gamba¹⁹

RESUMO

Este trabalho vem mostrar a importância do neuropsicopedagogo na instituição escolar, narrando um pouco da sua história como, quando e a onde surgiu o profissional neuropsicopedagogo através de relatos, artigos e citações de autores que estudam sobre o assunto. O objetivo do neuropsicopedagogo nas dificuldades de aprendizagem é ser um companheiro do educando que está com deficiência em aprender, ajudando-o na construção recursos metacognitivos, isto é, mediando nas percepções de si mesmo que vão permitir a descoberta de possibilidades pessoais e construir saberes sobre os entraves que estão ocorrendo dentro do processo educativo e cognitivo do educando.

Palavras-Chave: Deficiência na Aprendizagem. Neuropsicopedagogia.

ABSTRACT

This work shows the importance of the neuropsychopedagogue in the school institution, narrating a little of its history as, when and where the neuropsychopedagogue professional emerged through reports, articles and quotes from authors who study on the subject. The goal of the neuropsychopedagogue in learning difficulties is to be a companion of the student who has a learning disability, helping him to build metacognitive resources, that is, mediating in the perceptions of himself that will allow the discovery of personal possibilities and the construction of knowledge about himself. the obstacles that are occurring within the educational and cognitive process of the student.

Keywords: Learning Disabilities. Neuropsychopedagogy.

¹⁹**Graduação:** Curso Licenciatura em pedagogia, UNOPAR Universidade Norte do Paraná. **Pós-graduação:** Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Afirmativa, Instituto de Educação “Bom Jesus” de Cuiabá-MT. **Pós-graduação:** Especialista em Metodologia da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, Médio e EJA Clínica e Institucional, Afirmativa, Instituto de Educação “Bom Jesus” de Cuiabá-MT. **Pós-graduação:** Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia e Clínica Institucional 800hs, FAVENI, Faculdade Venda Nova do Imigrante. celinace2009@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente instrumento limita-se a ciência que estuda a aprendizagem humana, e construção do conhecimento.

O objetivo deste artigo é focar na importância de ter um profissional de neuropsicopedagogia atuando na instituição e auxiliando na instituição e dentro da família da criança com dificuldade na aprendizagem, focando sobretudo soluções que visa a ajudar a resolver problemas que atingem vários educandos dentro do contexto familiar, escolar e social.

As práticas pedagógicas na instituição devem ser desenvolvidas em equipe e não sozinhas, contudo, tem que haver uma parceria entre profissionais da instituição e na família, porque o problema não é só da instituição e devem ser resolvidos com o apoio de todos juntamente com o neuropsicopedagogo, professores, funcionários que auxiliarão em um diagnóstico perfeito.

Segundo Freire (1979): para transformar uma realidade é preciso conhecê-la, mas a realidade muitas vezes se mostra de maneira tão dura que, mudar uma realidade é difícil ainda mais quando é com outras pessoas, dá pra se notar que a exclusão está sempre dialeticamente construída na relação com a inclusão. O neuropsicopedagogo tenta mostrar uma nova realidade, e vêm como forma de resistência. Precisa-se conhecer a realidade em sua complexibilidade, identificar e corrigir as distintas falhas que ocorrem em nossa sociedade.

2. O QUE É UM NEUROPSICOPEDADOGO

Neuropsicopedagogo é um profissional especializado que descobre habilidades que o educando já possuem através da valorização da mesma, buscando métodos para melhorar o aprendizado do educando, usa a psicologia experimental juntamente com a graduação de pedagogia, onde o mesmo estuda casos que dificulta o aprendizado, entende-se que a neuropsicopedagogia constitui de uma área que recorre os conhecimentos da psicologia, pedagogia, psicanálise, linguística e fonoaudiólogo médico, que traça seu objeto de estudo através de um corpo.

A neuropsicopedagogia organiza em uma coincide de dois conhecimentos - psicologia e pedagogia - que vai muito além da simples ligação dessas duas palavras. Isto significa que é muito mais complexa do que a simples agrupamento de duas palavras, visto que visa a identificar a complexidade inerente ao que produz o saber e o não saber.

É um conhecimento que estuda o processo de aprendizagem humana, sendo o seu objeto de estudo o ser em processo de construção do conhecimento. O profissional de neuropsicopedagogia trabalha com a aprendizagem da classe dos educandos, onde ele baseia-se nas teorias de vários estudiosos, por exemplo Freire, que não considera a inteligência como algo conato e nem obtido, mas construído através de conhecimento adquirido no cotidiano escolar.

E de acordo com Freire (1979):

[...] Enquanto a mudança implica, em si mesma, uma constante ruptura, ora lenta ora brusca, da inércia, a estabilidade encarna a tendência desta pela cristalização. Enquanto a estrutura social se renova através da mudança de suas formas, da mudança de suas instituições econômicas, públicas, sociais, culturais a estabilidade representa a tendência a normalização da estrutura. Desta forma, não se pode estudar a mudança sem estudar a estabilidade; estudar uma e estudar a outra. (FREIRE; 1979 p. 47).

Para viver é preciso conhecimento e à medida que a tecnologia evolui é preciso aprimorar-se e não ficar parado. O homem evolui, de acordo com a cultura rodeia e de acordo com o conhecimento adquirido constrói outros novos conhecimentos.

[...] O movimento da sociedade é explicado como parte de uma evolução “natural”. Esse modo de conceber o movimento social tem grande aceitabilidade no Brasil e a partir do início do século XX, deixa de modo mais evidente suas contribuições nos rumos da educação Brasileira, trazendo implicações na forma como entender e promover a educação especial. Portanto a valorização do pensamento científico, presente a partir do século XIX, penetra no discurso educacional e de forma marcante no século XX. (GAIO; MENEGHETTI; p. 20).

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos e uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual afetiva moral e espiritual.

2.1. Formação do Neuropsicopedagogo

Atualmente no Brasil a formação neuropsicopedagogo vem sendo voltados aos profissionais de educação, como: pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas e outros.

Esta formação foi regulamentada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em cursos de pós-graduação e especialização, com carga horária mínima de 360h. De acordo, as atividades e atribuições do profissional em Psicopedagogia, servem de base para os da Neuropsicopedagogia, conforme dispõe o art. 4º do Projeto de Lei 3.512 de 2008, que regulamenta a função do Neuropsicopedagogo.

O curso deve atender às exigências mínimas do Conselho Federal de Educação quanto à carga horária, critérios de avaliação, corpo docente e outras. Não há normas e critérios para a estrutura curricular, o que leva a uma grande diversificação na formação.

2.2. Áreas de Atuação do Neuropsicopedagogo

Os especialistas em neuropsicopedagogia pode atuar em diversas áreas, de forma preventiva e terapêutica ocupacionais, para compreender os processos de desenvolvimento e das aprendizagens, recorrendo a várias táticas objetivando se ocupar dos problemas que surgiram ou venha a surgir no decorrer da aprendizagem.

O neuropsicopedagogo pode auxiliar os profissionais da educação, na prevenção e a preparação para resolver os problemas que venham a surgir no aprendizado dos alunos, atuando dentro e fora da escola em parceria com pais professores e até mesmo funcionários da escola.

Sua função preventiva cabe ao neuropsicopedagogo detectar possíveis agitações no processo de aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; praticar orientação educacional, vocacional e ocupacional, individual ou em grupo. O psicopedagogo trata das dificuldades de aprendizagem, diagnosticando, desenvolvendo técnicas, orientando pais e professores, estabelecendo um vínculo com outros profissionais das áreas psicológica, psicomotora. Fonoaudiológica e educacional, pois tais dificuldades são multifatoriais em sua origem e, muitas vezes, no seu tratamento. Esse profissional deve ser um intermediário em todo esse processo, indo além da simples conexão dos conhecimentos da psicologia e da pedagogia.

O psicopedagogo pode atuar tanto na Saúde como na Educação ou no campo empresarial, já que o conhecimento compreende mais variadas dimensões da aprendizagem

humana. Podendo trabalhar com crianças hospitalizadas e seu processo de aprendizagem em parceria com a equipe multidisciplinar da instituição hospitalar, tais como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e médicos. Já no campo empresarial, o neuropsicopedagogo pode contribuir com as semelhanças, ou seja, com a melhoria da qualidade das relações inter e intrapessoais dos funcionários da empresa, mostrando para os mesmo como o bom relacionamento entre os colegas é importante para o rendimento no trabalho.

Além de acolher todas as crianças, garante uma dinamicidade curricular que mude o caráter discriminatório do fazer pedagógico, a partir das necessidades dos alunos.

[...] Segundo Mitler (1999), a escola inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com necessidades educativas especiais incluídos nas turmas regulares, lhes oferecem apoio de acordo com as suas capacidades individuais. Ambos se beneficiando dessa convivência.

Acredita-se que não são os especialistas e nem os métodos exclusivos mais sofisticados que garantirão aos alunos com dificuldade de aprendizagem que muitas vezes são rotulados pela sociedade, como incapazes a possibilidade de se integrarem a escola comum, mas um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalharem com diferenças e diversidades. Ela é possibilitada pelos professores que entendam que o processo de conhecimento é tão importante quanto seu produto final. O neuropsicopedagogo não prescreve a individualização do ensino para alunos com necessidades, mas a diminuição ou a eliminação de obstáculos, para que professores aperfeiçoem práticas, despertando competências, sejam elas amplas ou restritas, cumprindo assim com suas responsabilidades.

2.3. A Atuação do Neuropsicopedagogo na Instituição Escolar.

Com o baixo índice de aprendizagem as escolas estão cada vez mais preocupadas com os alunos com dificuldades da aprendizagem não sabem mais o que fazer com as crianças que não aprendem de acordo com o processo considerado normal e não possuem uma política de intervenção capaz de contribuir para a superação dos problemas de aprendizagem.

O neuropsicopedagogo institucional é um profissional qualificado para trabalhar na área da educação, auxiliando os professores e a outros profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, prevenir problemas de aprendizagem.

Segundo Dembo (apud FERMINO ET AL, 1994, p. 57), "Evidências sugerem que um grande número de alunos possui características que requerem atenção educacional diferenciada". De acordo com o autor o trabalho neuropsicopedagógico pode colaborar muito, dando assistência educadora a aprofundarem seus conhecimentos sobre ensino-aprendizagem. Esse trabalho auxilia o educador se olhar como uma pessoa que aprende e ensina ao mesmo tempo entendendo melhor a dificuldades de nossos alunos.

Usando técnicas e métodos próprios, o psicopedagogo possibilita uma intervenção neuropsicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem. Juntamente com toda a equipe escolar, está movimentando na construção de um espaço apto às condições de aprendizagem de forma a evitar comprometimentos. Usa metodologia ou forma de intervenção que facilitar desobstruir tal processo.

Geralmente, as pessoas com deficiência ficam à margem do convívio com grupos sociais, sendo privados de uma convivência cidadã. O neuropsicopedagogo dentro de um contexto social baseia-se no princípio.

[...] A inclusão pode estar associada á idéia de uma comunidade de aprendizagem diferente, dentro do qual as pessoas atingem nível mais alto de desenvolvimento juntas do que conseguiram separadamente. A suposição básica é que todas as crianças possuem necessidades especiais a serem satisfeitas, e aquelas cujas necessidades são bastante óbvias. Esses princípios implicam uma procura sem fim por uma melhoria nas condições. Preocupações sobre o crescimento afetivo e emocional das crianças são relevantes, assim com a qualidade da relação pedagógica e a necessidade de disponibilizar um apoio contínuo a todos os alunos. Existem muitas maneiras de se criar um contexto educacional inclusivo. Isso envolve a criação de condições organizacionais e curriculares nas quais cada um e todos os alunos possam aprender. Também pode ser antecipado que os processos inclusivos não terão como objetivo meramente os indivíduos, mas também a comunidade de alunos. (PACHECO 2007, p. 115)

A neuropsicopedagogia abrange todas as camadas da sociedade em geral as menos favorecidas não apenas aqueles que tem necessidades visíveis como os portadores de necessidades educativas especiais, mas também os excluídos da sociedade do mundo capitalista envolvendo complexo a padrões de comportamento tais como crenças manifestações artística e culturais, intelectuais dentre outras transmitidos coletivamente e típicos de uma sociedade.

Segundo Bossa (1994, p. 23), cabe ao neuropsicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o neuropsicopedagogo participa de equipes

responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem.

A neuropsicopedagogia atinge seus objetivos quando, ampliando a concepção sobre as características e necessidades de aprendizagem, abrindo espaço para que a escola encontre recursos para atender às necessidades de aprendizagem do aluno com dificuldade. Contudo, o fazer neuropsicopedagógico se transforma podendo se tornar uma ferramenta poderosa no auxílio de aprendizagem.

Os desafios que surgem para o neuropsicopedagogo dentro da instituição escolar relacionam-se de modo expressivo. A sua formação pessoal e profissional implica a configuração de uma identidade própria e singular que seja capaz de reunir qualidades, habilidades e competências de atuação na instituição escolar.

O neuropsicopedagogo deve estar em busca constante de superação de limites e quebras de estigmas evoluindo e quebrando conceitos pré estabelecidos.

[...] De um lado é preciso uma práxis, uma ação sobre o outro, mas para que ato educativo tenha efeito essa ação deve ser superada pela ação do outro. É a dialética da autoridade e da liberdade. Sem essa dialética não há educação. Toda pedagogia que tentar suprimir um dos polos da relação cedo fracassará” (VASCONCELOS:1994).

Em relação aos que aprendem no ritmo que é esperado, e que têm atitudes consideradas “anormais.

A neuropsicopedagogia é uma área que estuda o processo de aprendizagem e seus problemas decorrentes dele. Se todas as instituições escolares tivessem um profissional neuropsicopedagogo trabalhando com essas dificuldades, o número de crianças com problemas seria bem menor. Cabe ao psicopedagogo avaliar o aluno e identificar os problemas de aprendizagem, buscando conhecê-lo em seus possíveis construtivos e em suas dificuldades, encaminhando-o, por meio de um relatório, quando necessário, para outros profissionais - psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista, etc. que realizam diagnóstico especializado e exames complementares com a finalidade de favorecer o desenvolvimento do potencial humano no processo da construção do saber.

2.4. O Neuropsicopedagogo Junto a Família.

A família é a principal responsável por grande parte da sua educação e da sua aprendizagem. Muitos conhecimentos são adquiridos junto com o convívio familiar, é onde a criança tem seu primeiro contato com o mundo e a sociedade. A escola é mediadora que ajuda aperfeiçoar o que eles já conhecem dentro da convivência familiar.

Sendo a maior deficiência da humanidade o preconceito implantado, dentro de um contexto cultural romper com essas barreiras, requer reflexão e conhecimento. Aceitar que o outro é diferente e não inferior requer quebrar padrões de comportamento os quais a mídia e a própria sociedade propõe como padrão.

Pacheco (2007, p.14), descreve a inclusão como uma tentativa de atender as necessidades educacionais dos alunos na escola[...].

Sendo a família o primeiro passo para se integrar socialmente, escola e família devem caminhar juntas.

Segundo Pacheco (2007)

[...] A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange a justiça social, ela se relaciona nos valores de igualdade e aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional.(PACHECO,2007, p 15).

Primeiramente esta transformação deve ocorrer na família e para que essa aceitação ocorra é preciso romper barreiras descentrando conceitos pré estabelecidos dentro de um contexto familiar e juntamente com a escola formar sujeitos sociais abertos a diversidade garantindo padrões de respeito e direitos sociais.

Educar para a diversidade é fazer das diferenças um triunfo, explorá-las proceder como grupo, entender que o acontecer humano é dentro de avanços e limites. E que busca o novo do diverso, que impulsiona a nossa vida e deve orientar para a adoção de práticas pedagógicas, sociais e políticas em que as diferenças sejam vividas como parte de nossas vivências, e não como algo exótico ou como desvio ou desvantagem. (GOMES, 2002 p. 117).

É por meio desses conhecimentos que a criança é introduzida no mundo cultural, simbólico e começa a construir e aperfeiçoar seus próprios conhecimentos ou saberes. Contudo, na realidade, as famílias estão enfrentando problemas, não estão conseguindo se adaptar a novas situações: pais trabalhando fora o dia inteiro, pais desempregados, brigas, drogas, pais analfabetos, pais separados e mães solteiras. Onde a escola acaba ficando com toda a responsabilidade que antes eram divididas, dessa forma em consequência disso,

deparamos gerações cada vez mais dependentes e a escola tendo que se adaptar aos alunos para suprir essas necessidades.

Remover as barreiras à aprendizagem pressupõem conhecer as características do processo aprender, bem como as características do aprendiz, o que exige o conhecimento na ação e a reflexão sobre a ação. Tal concepção sustenta a formação do professor com um profissional prático – reflexivo e profissional da aprendizagem em que se reconhece a riqueza da experiência vivenciada, iluminada por um conjunto de saberes próprios do fazer do sempre.

Conforme diz Sánches e Romeu (1996, p. 69) afirma que:

[...] O professor requer uma série de estratégias organizativas e metodológicas em sala de aula. Estratégias capazes de guiar sua intervenção desde processos reflexíveis, que facilitem a construção de uma escola onde se favoreça a aprendizagem dos alunos como uma reinterpretação do conhecimento e não como uma mera transmissão de cultura.

O favorecimento da aprendizagem implica, para o professor, saber o que é o processo da aprendizagem e como ela se dá, também é importante conhecer sobre o processo de desenvolvimento do ser humano em suas diversas faces, examinando suas relações como a aprendizagem.

De acordo com pressuposto acima, cabe ao neuropsicopedagogo interferir junto à família das crianças que apresentam dificuldades, através de entrevista preenchendo uma ficha de uma anamnese com essa família, para adquirir e informações sobre a sua vida orgânica, cognitiva, emocional e social. Tentando auxiliar a família observando o que pensam seus anseios, seus objetivos e expectativas com relação ao desenvolvimento de seu filho com grande importância para o neuropsicopedagogo chegar a um diagnóstico para resolução do problema detectado.

Vale lembrar o que diz Bossa (1994, p. 74) sobre o diagnóstico: O diagnóstico neuropsicopedagógico é um processo, um contínuo sempre revisável, onde a intervenção do neuropsicopedagogo inicia segundo vimos afirmando, numa atitude investigadora, até a intervenção. É preciso observar que esta atitude investigadora, de fato, prossegue durante todo o trabalho, na própria intervenção, com o objetivo de observação ou acompanhamento da evolução do sujeito.

Muitas vezes, quando o fracasso escolar não está associado problema neurológicas, a familiar é que tem grande participação nesse fracasso. Alguns dos problemas encontrados é lentidão de raciocínio, falta de atenção e desinteresse. Essas dificuldades precisam ser

trabalhadas para se ter rendimento intelectual. A escola e o meio social têm alguma responsabilidade no que se refere ao fracasso escolar.

O ambiente familiar tem um papel fundamental na solução dos problemas enfrentados, juntamente com a o auxílio do profissional neuropsicopedagogo. E muitas das vezes a família não enxerga que a criança precisa de ajuda e acaba dificultando mais as coisas, a falta de carinho atenção, a carência de afeto faz com que a criança chame a atenção do educador pedido sua atenção, onde é através do afeto demonstrado pelo educador é que poderá ajudá-lo a ter um bom desempenho em sala.

O estudo neuropsicopedagógico atinge seus objetivos quando, ampliando a compreensão sobre as características e necessidades de aprendizagem de determinado aluno, abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender às necessidades de aprendizagem. Para isso, devem analisar o Projeto Político-Pedagógico, sobretudo quais as suas propostas de ensino e o que é valorizado como aprendizagem.

CONCLUSÃO

Concluindo, a neuropsicopedagogia, pode fazer um trabalho entre os muitos profissionais, marcando a descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, bem como pode colaborar para que os alunos consistissem em seres capazes de olhar esse mundo em que vive de saber interpretá-lo e de nele ter condições de interferir com segurança e competência. Assim, o neuropsicopedagogo não só contribuirá com o desenvolvimento da criança, como também colabora com a evolução de um mundo em melhores condições de vida para a maioria da humanidade.

O ser humano aprende durante toda a vida e em situações diversas, sejam familiares, educacionais, sociais, profissionais, dentre outros. E como o aprendizado é constante, as dificuldades aparecem a todo o momento.

REFERÊNCIAS

FERMINO, Fernandes Sisto; BORUCHOVITH, Evely; DIEHL, Tolaine Lucila Fin. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 10.891. Disponível em <http://www.psicopedagogiaonline.com.br>. Acesso em 25 de julho de 2005.

BOSSA, Nádya. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

A Importância Do Psicopedagogo publicado 14/06/2006 por Juliane Feldmann em <http://www.webartigos.com>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer n 017/2001.** MEC/SEESP, Brasília, 2001.

BRASIL, SEESP/SEED/MEC. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado- Deficiência Mental-** Brasília/ DF - 2007.

ALVES, Rubens. **Conversa com quem gosta de ensinar.** São Paulo: Cortês, 1991.

ARANHA, M.S.F. **Visão Histórica.....** Em Manzini, E. (org.) Educação Especial: temas atuais. Marília: UNESP, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto - **Secretária de Educação Especial** - CARVALHO, Erenice Natalia Soares. **Educação Especial - Deficiência Mental.** Brasília, SEESP, 1997.

BONETTI, Lindomar Wessler. **Exclusão como estratégia de desenvolvimento.** Caderno dos CEAS, Salvador, n. 170, p.33-49, jul./ago. 1997.

CAPUTO, Maria Elisa Ferreira; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

_. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades especiais.** 2º ed. Brasília, CORDE, 1997.

FRANÇA. Elvira Eliza. **Indisciplina escolar como indício da expressividade infantil.** São Paulo:Zahar, 1979.

FREIRE, Paulo. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. **Educação e Mudança;** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

GAIO, Roberta. MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial.** Rio de Janeiro: 3º ed. Vozes, 2004.

GOMES, N. L. **“Juventude Práticas Culturais e identidade negra”.** Revista Palmares em ação, Brasília. Fundação cultural Palmares, 2002.

_____. MEC. Em aberto. **Plano Decenal de Educação para todos.** nº 59 (especial) Brasília, 1993.

_____. MEC. SEESP. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Ministério da Educação. Diretrizes para Educação especial na educação básica. Brasília: Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Gestão Democrática da Educação no Contexto da Reforma do Estado.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB.** In: MINTO, César Augusto [et.al]. **Gestão, financiamento e direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal.** OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.) São Paulo: Xamã, 2001.

_____, **Plano Nacional de Educação/ Lei nº 10.172/2001.**

_____. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Promulgada em 20 de Dezembro de 1996.** Brasília 1996.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Construção da disciplina consciente e interativa na sala de aula e na escola:** Vozes.1994.

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alexandra Gonçalves dos Santos²⁰

Clério Vanuzo dos Santos²¹

Cláudia Rosana Nunes Henrique²²

Elizandra Maria Mayer Babinski²³

RESUMO:

Este artigo apresenta a importância da literatura na educação infantil e tem como objetivo analisar como a literatura pode auxiliar no desenvolvimento infantil. Enfatiza a história da literatura infantil desde seu surgimento até a atualidade, e sua presença em sala de aula; aponta que a ajuda do professor é essencial para a produção da literatura infantil, e discute os mais diversos métodos que ele utiliza para atrair a atenção das crianças; e demonstrar algumas ferramentas pedagógicas que auxiliam na leitura da literatura, desde que válidas para os resultados. Como método, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Verificou-se que através dessas obras de literatura que as habilidades de leitura são aprimoradas, possibilitando que as crianças se tornem leitores reflexivos, capazes de se destacar como cidadãos, enxergar sua realidade na sociedade e, assim, mudar seu futuro.

Palavras-chave: Educação Infantil. Leitura. Literatura.

ABSTRACT:

This article presents the importance of literature in early childhood education and aims to analyze how literature can help in child development. It emphasizes the history of children's literature from its inception to the present, and its presence in the classroom; points out that the teacher's help is essential for the production of children's literature, and discusses the most diverse methods he uses to attract children's attention; and demonstrate some pedagogical tools that help in reading the literature, as long as they are valid for the results. As a method, bibliographic research was used. It was found that through these works of literature that reading skills are improved, enabling children to become reflective readers, able to stand out as citizens, see their reality in society and, thus, change their future.

Keywords: Early Childhood Education; Reading; Literature.

²⁰ **Graduação:** em Pedagogia pela Faculdade Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. **Pós-graduação** em: Psicopedagogia Clínica pelo Instituto Cuiabano de Educação. E-mail: g_s_alexandra@hotmail.com.

²¹ **Graduação:** em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. **Pós-graduação** em História e Geografia pela EAD-Eduon. E-mail: cvssantos@hotmail.com

²² **Graduação:** em Pedagogia pela Faculdade Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. **Pós-graduação** em: Psicopedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação. E-mail: claudiariosananunes@hotmail.com.

²³ **Graduação:** em Pedagogia pela Faculdade Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. **Pós-graduação** em: Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Afirmativo. E-mail: elizandr Rambaldi@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, como destaca Coracini (2005, p. 79), “é a etapa mais importante e delicada da formação de uma pessoa”, pois ali são construídas as bases do eu pessoal e social, bases que marcarão, de maneira categórica e definitiva, o restante da educação e da vida de um indivíduo.

A literatura infantil segundo Kramer (2009) é um recurso importante e muito valioso na vida das crianças, porque as ajuda a direcionar seus pensamentos e enriquecer sua vida interior, fornecendo também elementos que lhes permitirão aprender, apreciar as coisas mais simples da vida e adquirir sentimentos que o tornam mais humano.

As crianças aprendem com a linguagem que ouvem; portanto, quanto mais rico o ambiente linguístico, mais rico o desenvolvimento da linguagem. O processo de apropriação da linguagem continua ao longo dos anos escolares, por isso esses anos devem ser preenchidos com as imagens e o vocabulário emocionantes que a literatura infantil oferece.

O termo literatura pode ser definido a partir de uma perspectiva histórica ou cultural, do ponto de vista de um ou outro crítico, ou de um ou outro leitor. Como promotores de leitura, entendemos a literatura como a construção imaginária da vida e do pensamento em formas e estruturas de linguagem, integradas a um conjunto de símbolos que provocam uma experiência estética. Esta experiência pode ser a reconstrução viva ou a expansão de eventos anteriores, ou a criação de novas experiências a partir da interação com diferentes gêneros.

O fundamento de todos esses gêneros é a função imaginativa da literatura que permite ao aluno o enriquecimento pessoal, o conhecimento da herança cultural de seu contexto social, a reafirmação de sua identidade e o contato com mundos diferentes, o que favorece o desenvolvimento de um pensamento divergente. Assim, a literatura infantil, majoritariamente escrita por adultos, é aquela que pode ou não ter a criança como protagonista, reflete suas emoções e vivências; é aquela que, tendo como centro a perspectiva da criança, lhe oferece, nem sempre, finais felizes. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar como a literatura pode auxiliar no desenvolvimento infantil.

2. LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para Oswald (2007), as aquisições que as crianças têm nos primeiros anos durarão o resto de suas vidas. Todas as palavras, ideias e sonhos que as crianças recebem nas primeiras leituras de histórias, poemas, músicas, enigmas etc., sempre o acompanharão e fortalecerão sua personalidade, se forem leituras positivas, que o enriquecerá duplamente sua sensibilidade e seu espírito literário.

Kramer (2009) fala que o principal objetivo da incorporação de períodos permanentes de leitura na sala de aula deve ser guiado por recreação e curiosidade, e não como tarefa escolar. Para isso, o contato inicial dos primeiros anos deve ser interessante e agradável, onde o professor utiliza como recurso o momento de ler e contar histórias para as crianças usando livros com ilustrações atraentes. Durante a primeira etapa da Educação Infantil deve ser feito contatos agradáveis com a literatura infantil, devem ser oferecidos por meio de dramatizações, histórias ou atividades da área de linguagem. Para o autor, é importante o cultivo de atitudes favoráveis em relação a diferentes gêneros literários. Acreditamos que é importante lembrar que o professor é o mediador entre a criança e o texto, porque aprende a ler lendo boas leituras, dirigidas de maneira inteligente e avançando gradualmente.

Para Colomer (2007) embora seja verdade, que a literatura não deve ter fins didáticos, isso não significa que a literatura infantil não possa ser utilizada no processo educacional, como um excelente recurso para o desenvolvimento de diversas atividades.

De acordo com Oliveira (2014) a Literatura Infantil também tem uma função pedagógica, pois deve satisfazer a fantasia da criança, criar um mundo rico em possibilidades recreativas e gratificantes, dar entrada desimpedida a interesses morais, sociais e técnicos, facilitar um prazer estético adequado à idade dos leitores.

A Literatura Infantil como recurso pedagógico por meio da seleção de histórias ou poemas segundo Vieira (2009), que serão contados às crianças é muito importante, pois através deles os pequenos se relacionam com o meio ambiente, tornando-o agradável e interessante, digno de uma convivência feliz. Para o autor:

[...] os textos literários e principalmente a literatura infantil são instrumentos de múltiplos usos: portadores de ensinamentos, como mostrar comportamentos e exemplos de vida, para informar; explicar; ou simplesmente apreciar a beleza da

mensagem poética. Isso fez com que a literatura infantil parasse de cumprir sua função como objeto de conhecimento (SMOLKA, 2003, p. 56).

Para a autora, o mais importante é que a literatura infantil é, e será considerada um fato importante, que compartilha algumas características da literatura geral. Os contos infantis constituem uma mensagem que deve impactar a criança, capaz de ser tocado por ele. Esse choque assume várias formas: emoção, criação, sensação, fantasia, beleza, prazer, etc.

Zilberman (2008) explica que, como recurso pedagógico, através da literatura as crianças aprendem a comunicar suas emoções, desejos, desenvolver habilidades de compreensão. Passam a adquirir e aperfeiçoar seu linguajar até os cinco anos de idade e usar com propriedade na comunicação diária. Segundo a autora, até os seis anos de idade, ele é o possuidor de linguagem verbal e não verbal: imitação-gestual (imitação de ações e experiências), movimentos de dança e brincadeiras, iconográficas: comunica seu mundo interior através do desenho.

Coelho (2000) descreve que as crianças pequenas gostam muito de livros e gostam de olhar para elas próprias, no começo elas não percebem que talvez o livro esteja de cabeça para baixo, mas são atraídas por desenhos, cores etc. Ajudando, por sua vez, o desenvolvimento de vocabulário e imaginação. Durante o processo de maturidade fisiológica e intelectual, a criança adquire a linguagem com a qual pode expressar o que é bom e o que é ruim no mundo e se relaciona com os outros. A criança, à medida que cresce, aprende por imitação de sons articulados entre o primeiro e o segundo ano de vida, é por essa razão a importância de falar com uma boa pronúncia e, claramente, repetir versos e músicas, colocar que as crianças aprendem fazendo.

Para Colomer (2002):

[...] É importante motivar o interesse pela leitura desde a infância. O prazer de ler é a ferramenta básica para a aquisição de conhecimento. O menino e a menina gostam de ler porque imaginam, brincam, se divertem com o mundo sonoro das palavras, rimas, versos e também porque, ao lerem suas ideias, surgem e os motivam a se expressar (COLOMER, 2002, p. 76).

Segundo a autora, todos os professores, pais e mães devem motivar as crianças a aprenderem a amar livros. Os professores, que têm contato direto com experiências de pré-leitura, precisam enriquecer a vida das crianças com a literatura de várias maneiras, para criar nelas o desejo de aprender a ler.

A literatura infantil para crianças é um instrumento que permite que meninas e meninos construam sua compreensão do mundo. Conforme explica Voli (2005), o professor ao desempenhar o seu papel, deve buscar através da sua metodologia, estar em constante

pesquisa, ter conhecimento daquilo que propõem ensinar, para que suas aulas sejam transmitidas com clareza e alcance resultados. No ensino da Literatura, a motivação do aluno é primordial para o seu desenvolvimento cognitivo, oferece oportunidades para as crianças se relacionarem, lerem e expandirem a variedade de literatura infantil, um componente essencial para o desenvolvimento de todas as atividades.

[...] os contos infantis são uma atividade, além de prazerosa, necessária para o desenvolvimento cognitivo (intelectual) e afetivo (emocional) do aluno. A metodologia trabalhada por meio da leitura espontânea promove maturação e pensamento criativo (MÜLLER, 2007, p. 34).

De acordo com o autor, o pleno desenvolvimento da criança deve ser estimulado pela leitura, utilizar como recurso as histórias infantis como motivadora no estágio de aquisição da leitura e da escrita, pois é um dos meios mais eficazes para criar e estimular o prazer nos livros.

Huizinga (2000) explica que os contos de fada se constituem num excelente recurso, pois estes permitem desenvolver a sensibilidade, permite trabalhar o universo da criança. Quando o professor conta as histórias com emoção, perceberá a manifestação de alegria, emitem diferentes emoções. A narração é parte essencial dos contos, pois desperta o imaginário, a vontade de desenhar, de contar suas próprias histórias, liberar a fantasia, passam a folhear os livros, que certamente contribuirá para o processo da leitura.

De acordo com Bordini (2008), na maioria das vezes grande parte dos problemas enfrentados inicialmente para dar início ao processo de leitura, consiste na falta de concentração dos alunos ou da introdução de diferentes atividades e estratégias. Percebe-se que a maioria dos educadores na Educação Infantil não consegue relacionar a Literatura Infantil com o desenvolvimento integral das crianças

Ao referir sobre os diferentes recursos empregados no cotidiano escolar, Coracini (2005) opina sobre a fase do desenvolvimento da criança, que este não basta ter repertório muito extenso de contos, mas deve oferecer diferentes livros para ela escolher a história que quer ouvir, pois a literatura expressa sentimentos de beleza, satisfazem as fantasias e contribui para recriarem outras histórias, enriquecendo sua personalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com este estudo sobre a importância da literatura na educação infantil, concluiu-se que a literatura é fundamental para o desenvolvimento da leitura dos alunos. A literatura na educação infantil melhora o vocabulário dos alunos, a escrita e a facilidade de leitura, despertando o desejo de sempre continuar lendo por meio de histórias, contos e clássicos.

As crianças são formadas como leitores literários através da leitura de livros infantis. Saber como são esses textos, que temas abordam, que características apresentam e que valores transmitem é conhecimento essencial para todos aqueles que se interessam em formar as novas gerações como leitores.

A tarefa de mediadores da literatura para crianças na escola leva a identificar, analisar, compreender e explicar os múltiplos fatores que intervêm para que a literatura chegue aos leitores, tais como: ambiente familiar e escolar, prática pedagógica, formação de professores, contato com textos, experiência de leitura ou contexto cultural.

Estudos têm demonstrado que as crianças têm muito interesse em ouvir histórias e não precisam ler livros, apenas por meio de ilustrações, as crianças podem contar o que veem, aumentando assim seu vocabulário.

É preciso ressaltar que a literatura é uma das formas mais eficazes de aprendizagem, principalmente nas séries iniciais, pois a partir daí as crianças vão despertar o interesse pela leitura e assim terão um melhor desenvolvimento na escrita, e todo o processo de ensino de literatura é muito importante para a aprendizagem das crianças é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDINI, M. da G. e AGUIAR, V. T. de. **Literatura: a formação do leitor** – alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conversa com Educadores** / Literatura para todos. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Língua Portuguesa** / Parâmetros Curriculares Nacional - MEC. 3 Ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 abril. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

COELHO, Nelly Novaes; **Literatura Infantil: Teoria Análise Didática**. Edit. Moderna, 1º Ed. São Paulo 2000.

COLOMER, Teresa. CAMPS, Ana. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CORACINI, M.J.R.F. **Diversidade e semelhanças em aulas de leitura**. São Paulo: Pontes. 2005.

CORRÊA, L. S. **A importância do lúdico para a aprendizagem na educação infantil**. 2011. Disponível em: <http://www.unijipa.edu.br/media/files/54/54_218.pdf>. Acesso em: 23 abr 2022.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo, Perspectiva, 2000.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**. 14. ed. São Paulo Ática, 2009.

KRAMER, S. **Infância e pesquisa: opções teóricas e interações com políticas e práticas**. Campinas-São Paulo: Papirus, 2005.

OLIVEIRA, L. S. de. **A importância da música na educação infantil**. 2011. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-musica-na-educacao-infantil.htm#capitulo_7.2>. Acesso em: 12 abr. 2022.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação infantil: muitos olhares**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Docência em formação educação infantil: fundamentos e métodos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, J. B. A. Políticas e práticas de atendimento a primeira infância: lições da experiência internacional. **Ciclo de Seminários Internacionais Educação no Século XXI: modelos de sucesso; Educação Infantil. Seminários**. Rio de Janeiro: SENAC:

Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados: Confederação Nacional do Comércio e Instituto Alfa e Beto, 2008.

OSWALD, Maria Luiza. **Aprender com a literatura**: uma leitura benjaminiana de Lima Barreto. 1997. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo/ Ana Maria Bustamante Smolka - 6ª ed.- São Paulo: Cortez, 2003.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. 9 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, Alice. **A formação de leitores de literatura na escola brasileira: caminhadas e labirintos**, 2009. Disponível em: <Arial,sans-serif"><http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0938134.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na escola**. 10ª edição – São Paulo: Global, 2008.

INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO FRENTE À NECESSIDADE ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA QUANTO ATO DE CIDADANIA

José Gregório da Silva Filho ²⁴

RESUMO

O presente artigo tem a intenção em demonstrar, as novas práticas voltadas para as pessoas portadoras de Síndromes, Transtornos, e dificuldades na aprendizagem, apresentam questionamentos e possibilidades importantes que perpassam e leva à reflexão sobre como combater. Como também a busca por um reconhecimento, como ato de cidadania, a luta das famílias menos abastadas por atendimento e acompanhamento, e o que diz a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, a Lei Romeo Mion e toda a evolução e conquistas, para as pessoas portadoras de T.E. A (Transtornos e Espectro de Autismo). Contudo não apresenta a pretensão de um tema exaurido em sua abordagem, pois o mesmo varia em nível e grau de pessoa a pessoa. A busca de Intervenção Comportamental, como forma de atenuar os efeitos desse tipo de intervenção no desenvolvimento de crianças e adultos com autismo, precocemente por meio da capacitação de cuidadores, em ambiente domiciliar. Lançar mãos de instrumentos foi utilizado, antes e após a intervenção, para medir o desenvolvimento e avaliar possíveis ganhos decorrentes do processo.

Palavras chaves: Síndromes. Transtornos. Autismo. Cidadania. Família

ABSTRACT

This article intends to demonstrate, the new practices aimed to people with Syndromes, Disorders, and learning difficulties, presenting important questions and possibilities that permeate and lead to the reflection on how to combat them. As well as the search for recognition, as an act of citizenship, the struggle of less wealthy families for care and monitoring, and what the Federal Constitution and the Law of Directives and Bases of National Education, the Romeo Mion Law and all the evolution and achievements, for people with ASDs (Autism Spectrum Disorder). However, it does not present the pretension of an exhausted theme in its approach, as it varies in level and degrees from person to person. The search for Behavioral Intervention, as a way to mitigate the effects of this type of intervention on the development of children and adults with autism, early through the training of caregivers, in a home environment. Using instruments, before and after the intervention, to measure the development and evaluate possible gains resulting from the process.

Keywords: Syndromes. disorders. Autism. Citizenship. Family

²⁴ **Graduação:** Pedagogia - FAFIRE; Faculdade de Filosofia do Recife; **Pós-graduação:** Especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela FAMA – Faculdade da Amazônia; Neuropsicopedagogia, pela Faculdade de Tecnologia de Curitiba. Professor da Universidade Paulista, curso Pedagogia. Campus Dom Augusto – Ji-Paraná/RO. gregorio.direito57@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As novas práticas voltadas para as pessoas portadoras de Síndromes, Transtornos, e dificuldades na aprendizagem apresentam questionamentos e possibilidades importantes que perpassam e leva à reflexão sobre como fazer intervenções.

Plasticidade cerebral, ou Neuroplasticidade, é a habilidade vital desenvolvida pelo cérebro em reorganizar suas vias neurais tendo por princípio as novas experiências (Cruz & Fernandes, 2007). Essa capacidade está presente ao longo de toda a vida do sujeito, mas para algumas habilidades, podendo ser mais comum no início do desenvolvimento.

Joenk (2002) faz destaque para a ação da plasticidade cerebral:

[...] Diante das imensas possibilidades de realização do ser humano, essa plasticidade é essencial: o cérebro pode servir a novas funções criadas pela cultura na história do ser humano, sem que sejam necessárias transformações na estrutura do órgão físico. O funcionamento cerebral é moldado tanto ao longo da história da espécie como no desenvolvimento individual, isto é, a estrutura e o funcionamento do cérebro não são inatos, fixos e imutáveis, mas passam por mudanças no decorrer do desenvolvimento do indivíduo devido á interação do ser humano com o meio físico e social. (JOENK, 2002, p. 03).

Segundo Luria em seus estudos (1984) apresenta que os desenvolvimentos mentais humanos configuram sistemas funcionais bastantes complexos, ocorrem por meio da participação de grupos de estruturas cerebrais que operam de modo que todos concorrem com a sua própria contribuição individualizada para a organização desse sistema funcional complexo. As lesões ocasionadas no cérebro podem ocasionar e desorientar de sobremaneira todo o sistema funcional, contudo, em razão de todo um trabalho integrado em todas as áreas, possibilita novos rearranjos neurofuncionais, de esta forma levar a restabelecer ou a reorganizar as funções comprometidas, que nesta oportunidade chamamos de plasticidade neuronal.

Para Damasceno (1990), “o modelo luriano de funcionamento neuropsicológico pressupõe um sistema dinâmico, plástico, produto de evolução sócio-históricas e da experiência social do indivíduo, internalizada, sedimentada no cérebro” (p. 149).

Vale destacar que ao analisarmos a historicidade da educação brasileira, foi constatado que a culpa para o fracasso escolar sempre foi direcionada à aprendizagem do aluno e, assim, todos os envolvidos foram e são destituídos de qualquer culpa, como também

a escola e a sociedade. Para melhor refletir essa questão na atualidade, cabe pontuar que a Neurociências veio mudar este pensamento no que refere que:

[...] A Neurociência tem apresentado diariamente novas descobertas que não era possível saber antes. Hoje, talvez, a melhor e a mais importante descoberta da ciência que estuda o cérebro seja a questão da plasticidade cerebral, ou seja, no passado, acreditava-se que quem não aprendia e ponto final. Seu cérebro não dava conta e nunca poderia dar conta da aprendizagem, e, dessa forma, cabia ao indivíduo desaparecer dos meios acadêmicos e sociais. Era uma exclusão fundamentada até mesmo pela ciência. (ALMEIDA, 2012, p. 44).

Quanto profissional voltado ao transtorno relacionado à aprendizagem, o neuropsicopedagogo deve, acima de tudo, estar presente na linha de frente para a implantação da Educação Especial Inclusiva, uma educação mais voltada para um trabalho mais humanizado, como também ressignificar as práticas educativas de forma que possa restabelecer e promover práticas pedagógicas significativas, mais transformadoras e emancipatórias, levando em consideração como o cérebro aprende, além de estimular o neuroaprendiz a utilizar suas múltiplas inteligências, como selecionar, memorizar, armazenar e evocar informações e, posteriormente, transformá-los em conhecimentos significativos em sua própria vida, onde será o sujeito e capaz de construir suas próprias aprendizagens, partindo de suas próprias experiências, sendo sujeito e objeto do conhecimento em constante interação.

Buscando um melhor entendimento, cabe a seguinte reflexão: de que forma o insucesso escolar deve ser visto pelos professores, a escola, pela família e, em especial, o neuropsicopedagogo. Cabe mencionar que existe uma necessidade em buscar dirimir este impasse deve ser visto como um obstáculo a ser superado, pois, se o aluno fracassar nos estudos estará implicando que todos, também, fracassaram na atribuição de educá-lo. Nesse sentido, todos devem agir de forma consciente, lembrando-se que é responsabilidade de todos, família, escola e, políticas públicas como suporte, estímulos e motivação para que o aluno venha a se manifestar o desejo de aprender ao longo de sua trajetória escolar. A esse respeito, é importante esclarecer que:

[...] Toda criança pode aprender a ler e a escrever, mas não em qualquer situação. Mas está claro, também que não é em qualquer situação para todas as crianças. As condições para que ocorra aprendizagem vão variar de acordo com seu período de formação, pois todo processo de aprendizagem deve estar articulado com a história de cada indivíduo. (LIMA, 2002, p. 15).

Em relação a aprendizagem, Luria (1984) assevera em sua pesquisa uma maior atenção aos processos mentais, percepção e memória, relacionando-os ao processo de

aprendizagem e retenção e compreensão de suas dificuldades neste contexto universal. Enfatizando em que os processos mentais envolvem o funcionamento coordenado em série e em paralelo, de diversas zonas cerebrais, tendo a linguagem como aspecto mediador.

2. UM BREVE RELATO HISTÓRICO

A questão de cidadania usada dentro do mundo antigo vinha carregada, de alguma exigência para a pessoa dentro da “sociedade” romana, como também dentro do mundo grego, razão pela qual onde, o cidadão era visto como um sujeito “perfeito”, ou seja, corpo e mente perfeito. “A exigência do Estado em um cidadão “perfeito” advinha de a necessidade em o mesmo vir pertencer as fileiras militar assim servir ao estado, deste modo receberia como recompensa os benefícios da cidadania” DIREITOS” em participar da vida política do estado romano. No estado grego a cidadania havia uma maior rigidez, para exercer a cidadania, não poderia existir nenhum problema, físico ou mental e deveria servir ao país, ser obediente as leis e não questionar as ordens.

Na visão de Charles Michel de L’Epée , em meados do século XVII e início do século XVIII, a Europa começa a fervilhar com revoluções e movimentos políticos em busca de uma “igualdade” entre as pessoas o que podemos entender como cidadania, contudo a questão social, econômica e um comportamento previamente exigível para as pessoas que faziam parte do chamado cidadão, no mesmo espaço havia grupos de pessoas denominadas *comuns*, mas entre estas havia grande diferença entre os que eram ricos, que compunham a *burguesia*, e os outros que, por não terem riqueza, viviam de seu trabalho, no campo ou na cidade. Neste período da história da humanidade, a questão política, praticamente não muda quem tem poder continua no poder, ou seja, o absolutismo continua a reinar.

Michel Foucaul, durante todo o período da alta Idade Média e até o final das Cruzadas, a população vem a sofrer com a questão dos leprosários, haviam multiplicados, praticamente por toda a Europa, e suas cidades malditas. Na visão de Mathieu, chegou a existir aproximadamente 19.000 delas em todo o período da cristandade. Com o final do período das Cruzadas, também vem a diminuir a circulação dos leprosos pelas ruas da Europa, neste instante entra em cena Pobres, vagabundos, presidiários e "cabeças alienadas" sendo entendidos pelo estado como “loucos” assumirão o papel de excluídos e lazarento, e

veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem. Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente, as formas subsistirão — essencialmente, essa forma maior de uma partilha rigorosa que é a exclusão social, mas reintegração espiritual.

A nova modalidade de exclusão, desta feita agora de modo de internato, não mais as doenças veneras, porém as doenças tidas como loucura, onde se evidenciou a exclusão de determinada parte de sociedade pobre. O novo fenômeno é a loucura, contudo seguirá por um longo período de tempo, este tipo de exclusão vem só a corroborar em uma maior separação da sociedade e purificação, antes de o fenômeno “loucura” vier a ser denominada, fez ressuscitar alguns velhos hábitos. A sociedade não reconhece que a loucura é decorrente da fraqueza, que se impede e do desatino social em privar uma população em ter acesso a questão mais elementar da humanidade “alimentação” onde está simples ação vem desencadear algo irreversível de futuro. Pois se existe razão, é justamente na aceitação desse círculo contínuo da sabedoria e da loucura, é na clara consciência de sua reciprocidade e de sua impossível partilha. A verdadeira razão não está isenta de todo compromisso com a loucura; pelo contrário, ela tem mesmo de tomar os caminhos que está lhe traça

Em conformidade com o Dicionário Aurélio Junior, conceitua inclusão como:

Incluir; verbo trans.dir 1. Compreender, abranger: O livro inclui vários contos. 2. Conter em si. 3. Fazer tomar parte; inserir, introduzir. 4. Fazer constar de uma lista, de uma série, etc; relacionar. Trans.dir. e indir.5 incluir(3) Pronominal 6. Estar incluído ou compreendido; fazer parte; inserir-se. Inclusão subst. fem. ato de incluir(-se) ou o resultado deste ato.(dicionário Aurélio junior p. 502.. 2011).

2.1 A Contribuição de John Dewey e a visão de nova visão para a Educação

Segundo John Dewey, a Educação deve ocupar em especial, a escola uma mediação de coordenar a vida mental de cada indivíduo nas diversas influências dentro do meio social onde o indivíduo vive e faz parte. Deste modo a visão de Dewey, em relação a Educação além de mais que atual já vislumbra o que seria a função social da escola, com sendo uma necessidade de vida, onde a vida é renovada através da transmissão de um conhecimento de um indivíduo ao outro e isto diferencia o homem dos seres inanimados, assim, afirma Dewey que "a mais notável distinção entre os seres vivos e inanimados é que os primeiros se conservam pela renovação.

[...] Assim, a Educação em Dewey é um "processo pelo qual uma cultura é transmitida de geração para geração, acontecendo por meio da comunicação de hábitos, atividades, pensamentos e sentimentos dos membros mais velhos da cultura aos mais novos" Ozmon; Craver (2004: 151).

Segundo Dewey, busca concretizar o ideal democrático da sociedade, recorreu à Educação como um fenômeno de extrema importância, capaz de proporcionar um espaço democrático para diferentes indivíduos e através de uma metodologia fundamentada no interesse e na experiência do indivíduo, visando garantir uma igualdade dos valores básicos, como a liberdade, a solidariedade e oportunidades.

Para Vera Barros (2015), afirma que o enfoque na avaliação lúdica e gráfica como sendo um dos vários caminhos que vem vislumbrar e possibilitar uma nova visão em iniciar a criança em seu processo de entrada e de adaptação á nova realidade através de uma conquista física, prática, funcional e vindo a aprender de modo mais flexível e intencional.

Continua Vera Barros (2015) Quanto mais se amplia o horizonte da realidade interna de uma criança mais ela vai buscar e organizar sua nova realidade externa, é como as suas estruturas mentais internas e externas tivessem fome e mais liberdade para expandir ao serem criadas elas passam a exigir uma maior ação ao sujeito para se alimentarem, se manterem vivas e atuantes.

Quanto maior for o desenvolvimento motor e psicomotor, mais a criança se organiza e se sistematiza de forma mais consciente as suas representações de imagem e verbais, deste modo ela caminha para um período que pode ser operatório, concreto, aumentando a sua compreensão para escrita e numérica.

2.3. A CONTRIBUIÇÃO DA LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em relação a igualdade de condições e direitos a uma educação de qualidade a todas as pessoas vistas como portadores de necessidades Especiais.

Desta forma assim estabelece o artigo 58 da LDB: Art. 58 in verbis:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Os Princípios e fins da educação nacional também estabelecem, de modo imperativo a obrigatoriedade do Estado e da Família a educação a seguir transcreve o artigo 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art.2º in verbis

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (transcreve e negritei)

O conceito de exercício de cidadania abordado acima no Art.2º e, ao focar, entre os objetivos da educação básica, o de “fornecer ao aluno, os meios de progredir e desenvolver no trabalho e em estudos posteriores”, de um modo indireto, o legislador estabeleceu uma ruptura de cunho teleológico (interpretativo), em relação á Lei 5.692/71. É inegável que a lei anterior de fato falava apenas da qualificação para o trabalho. Contudo a expressão pedagogicamente incorreta, pois traduz a ideia de uma ação concluída, estado acabado, produto definido. Ou seja, cumpridas as etapas da educação básica, entendendo-se que o aluno estaria pronto ou preparado para enfrentar o trabalho, pois teria um certificado. A escola jamais terá tamanha força! Cada etapa de ensino, cada avanço na aprendizagem, potencializa, agrega capacidade adicionais para que o educando adquira novas competências e habilidades para progredir no trabalho. Este conceito e esta nova visão, portanto apresenta uma idéia de qualificação para o trabalho, acrescentando-lhe um sentido e dinamismo e, como tal, de uma educação continuada.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º e 205º, vem corroborar com a questão da Cidadania.

Art.5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes nos Pais a inviolabilidade do direito á vida, á liberdade, á igualdade, á segurança e á propriedade;

Art. 205º

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

2.3 A Educação Especial no Brasil E a questão Médico- Pedagógica

Em conformidade com Jannuzi (2004), as Santas Casas de Misericórdia desempenharam papel importante, para as pessoas com deficiência mental, contudo trazia consigo os mesmos moldes de atuação como acontecia na Europa, ou seja, atendendo aos pobres e aos doentes, após um longo período a Santa Casa de Misericórdia em São Paulo, começou a atender crianças em estado de rua e abandono.

“acrescentou ela. Tu poderias cuidar de mim”. (extraído do livro pequeno Príncipe. p. 29. SAINT- Exupéry, Antoine de)

Contudo é possível destacar ou até mesmo asseverar que, embora implicitamente, o direito das pessoas com deficiências a educação estava previsto, desde a primeira Constituição Imperial do Brasil, em 1824.

De acordo com Mazzotta (2005, p. 22), Maria Montessori (1870-1956), contribuiu com a evolução da educação especial ao desenvolver programa e treinamento direcionado para crianças com deficiência mental nos internatos.

Em seu programa de treinamento havia a ênfase para a autoaprendizagem, através de uso de materiais didáticos que incluíam blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letras em relevo. O trabalho, inicialmente direcionado para crianças com deficiência cognitiva e mostrou que seria possível elas aprenderem, por meio de experiências concretas, isto ocorria quando expostas a ambientes ricos em materiais passíveis de manipulação.

De acordo com Jannuzzi (2004), a educação das pessoas com deficiência passou a ter um olhar mais sensibilizado quando se conseguiu o apoio do governamental, mesmo que de modo precário. Contudo a educação das pessoas com deficiência como a educação da população em geral foi condenada ao descaso. Isso porque a educação não se fazia necessária para produzir, ainda segundo a autora (2004, p. 21), “mão de obra compulsoriamente escrava e nem como fator de ideologização, uma ruralização intensa, em que poucos contatos sociais se faziam nas grandes propriedades latifundiárias”.

A educação do indivíduo apresentado com deficiência, passou a ser vinculada ao campo médico desde os seus primórdios. Assim os médicos foram apresentados como

pioneiros no campo da produção teórica, e seguidos pelos pedagogos, aonde foram por sua vez, influenciados fortemente pelos princípios da psicologia.

Conforme Jannuzzi (2004), a medicina por sua vez influenciou de sobre maneira a educação das pessoas com deficiência pela atuação direta dos médicos e também pela atuação destes como diretores e professores. Além disso, a influência se deu pela repercussão de ensinamentos fundados na medicina.

Francis Galton em 1883 foi quem conceituou eugenia relacionando a mesma á melhora biológica do ser humano, Galton também defendia que todas as características dos seres humanos (atributos físicos, mentais e morais) acreditavam e aceitavam como herdados e, como consequência, para que a raça humana viesse a se desenvolver progredir, apenas características positivas deveriam ser transmitidas aos seus descendentes de gerações futuras, este movimento chegou até o Brasil (CASTAÑEDA, 2003).

Em relação a uma nova visão que podemos destacar e apresentar como Vertente Psicopedagógica, tendo como base de influencia o campo da psicologia, onde os principais colaboradores foram Alfred Binet, e o pedagogo e psicólogo francês, através dos testes de inteligência.

Oliveira, já citado por Jannuzzi (2004), demonstra que os educadores tinham dificuldades em reconhecer os alunos com deficiência e desta feita também em definir critérios a serem trabalhados deste modo todos eram considerados como normais e adequados para vida diária, deste modo era feita pela observação pura e simples do comportamento do aluno.

A vertente Psicopedagógica também sofreu influência das reformas implantadas pelo sistema educacional devido às ideias difundido pelo movimento denominado Escola Nova. Com base neste movimento, vários estados brasileiros vieram a fazer reformas pedagógicas, porém, sem tanta ênfase ao que realmente seria necessário, apesar da difusão das novas ideias, tais experiências permaneceram restritas a alguns lugares e nem sempre trabalhados de modo adequado. Os ideais da Escola Nova vieram a facilitar a penetração da psicologia no campo educacional e, além disso, disseminaram o uso dos testes de inteligência, como parâmetro de identificação de alunos com deficiência mental (JANNUZZI, 1992).

2.4. Integração de pessoas com autismo frente a educação inclusiva e participação da família quanto ato de cidadania

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA;BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

A Inclusão social pode ser conceituada como sendo o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas portadoras de necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (Sasaki 1999, p. 41).

Após a mãe passar nove meses de um período de gestação e a partir do nascimento, da tão esperada criança e transcorrido um determinado período de tempo, começa a perceber alguns movimentos tidos como não normais, e mesmo ao ouvir dos familiares determinadas frases como: “o pai dera assim mesmo”, a mãe demorou a falar ou a andar etc.” É chegado o momento de levar a criança a um especialista, Este é um dos momentos mais marcantes para a família, pois é carregado de apreensão referente ao receber a notícia de um especialista de Neurodesenvolvimento, é quando a família precisa receber o diagnóstico e este diagnóstico vem a confirmar todas as dúvidas e suspeitas ou seja “ seu filho tem transtorno de espectro autista”.

Para algumas famílias não existe notícia mais devastadora, uma vez que se encontram em uma fase de desequilíbrio e ter que ficar de frente com um aterrador e desconhecido futuro, sombrio e transtornador e um mundo totalmente novo para se descobrir, o afeto, e se preocupar com os indivíduos, buscar estratégias e ter uma nova visão do que vem a ser Transtorno do espectro do autista(TEA), a necessidade em fazer intervenção de modo precocemente, desde o diagnóstico buscando o que chamamos e conhecemos hoje de plasticidade cerebral: estímulo ambiental; percepções sensoriais; que podem vir a modificar e moldar o sistema nervoso central(SNC), isto vem a ocorrer a partir do momento em que passa a existir uma aprendizagem nova .

2.5 Sinais Que Alertam Para Uma Intervenção Precoce De Autismo.

A expressão autismo infantil foi utilizada por primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler, em 1911, contudo Leo Kanner, em 1943, consegue descrever através de observações em crianças, que tinham o mesmo comportamento bastante similar aos demais e características por apresentar inabilidade inata em estabelecer laço afetivo e interpessoal associada a obsessividade, estereotípias e ecolalia (ASSUMPCÃO JR;PIMENTEL, 2000).

[...] A seguir mais adiante Hans Asperger, descreve outras crianças tendo as mesmas características, onde manifestavam problemas de comunicação social. Contudo não possuíam o diferencial e fato de terem inteligência normal e ausência de déficits de linguagem (GADIA, 2006).

Em conformidade com Gadia (2006), sabemos hoje em que o autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido do ponto de vista comportamental, que apresenta etiologias múltiplas e se caracteriza por graus variados de gravidade.

Quanto a busca de uma avaliação com referência ao estudo do TEA, se fez tornar uma necessidade veementemente importante e inoportuna, para um diagnóstico precocemente eficaz, pois quanto mais cedo existir um diagnóstico mais cedo para que seja iniciado a investigação na criança, mais rápidas serão a sua investigação e também a sua adequação ao seu desenvolvimento que nunca será a curto prazo mais sim a se perder de vista.

A importância e o papel da família da criança portadora do TEA, em sua maioria é a família que suspeita que algo está ou se encontra fora do lugar e isto é observado através do comportamento nada usual. Estes sinais costumam ocorrer durante os primeiros anos de vida ou podendo ocorrer momentos depois deste período, uns dos sintomas mais frequentes e que chama a atenção da família é o retardo na fala, onde a sua comunicação é tardia como também a perda de habilidades comuns para a idade.

2.6. A BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO DIAGNOSTICA PRECOCE.

Existem informações de que a ocorrência dos primeiros sintomas comportamentais pode se fazer presentes ainda nos primeiros anos e, pela falta de um norte e um marcador assim denominado biológico, faz com que o diagnóstico seja com bases principalmente clínico que se caracteriza por se basear em três áreas: habilidades sociais, comunicação e

comportamentos repetitivos. O TEA, por se tratar de um transtorno bastante complexo e associando os sintomas como característicos fora do domínio social e que podem estar relacionadas aos aspectos neurológicos incluindo: transtornos de linguagem (incluindo ausência de funções pré-linguísticas), dificuldades na coordenação motora e atenção. Deste modo considera-se que a primeira infância o TEA fica associado aos prejuízos de habilidades sociocomunicativas, como também aos contatos viso-facial, imitativas e ecológicas.

De acordo com Rotta e Riesgo (2005), em razão de uma grande variabilidade em função do quadro clínico dos autistas, assim deste modo, ficou mais evidente o uso das expressões que de certo modo são equivalentes: transtorno de espectro autista (TEA), transtorno invasivos do desenvolvimento (TID) e também transtorno global do desenvolvimento (TGD).

Em seus estudos recentes Rutter (2005), se faz acreditar em suas pesquisas em que o TEA tenha em suas origens de base neurológica e duração de toda uma vida, assim como também o comprometimento qualitativo da interação social e de padrões restritos repetitivos e estereotipados do comportamento, interesses e atividades.

Um grande dilema da educação é conseguir visualizar atentam contra as perturbações na aprendizagem, e que atentam em desconformidade a normalidade neste processo, desta forma qualquer que seja o nível de cognição do sujeito. Embora podendo ser frequente uma criança de baixo nível intelectual, apresenta dificuldades para aprender, apenas consideraremos problemas de aprendizagem, isto quer dizer que os problemas de aprendizagem são aqueles que se apresentam mais evidentes, não possibilitando ao sujeito fazer uso de suas possibilidades.

A psicopedagogia desempenha um papel fundamental concernente as intervenções pedagógicas especificam, o que vem contribuir de sobre maneira, procura delimitar o terreno de competência do psicólogo e do pedagogo especialista, assim a intervenção Psicopedagógica direciona-se para a descoberta da articulação que vem a justificar o sintoma como também um modo e condições para que o sujeito venha situar-se em um lugar de modo que o seu comportamento patológico seja compatível ao desejável.

2.7. A Abrangência no Processo de Aprendizagem

Piaget descreve em sua obra *Biologia e conhecimento* duas funções comuns a vida e ao conhecimento: a conservação da informação e a antecipação. Em relação a primeira faz

referência a noção de “memória” onde o processo pode apresentar-se de duas maneiras: a aquisição da aprendizagem e a conservação como tal. Afirma também onde para as aprendizagens mais elementares, “todas as informações adquiridas a partir do mundo exterior, é sempre em razão de um marco ou de um esquema interno, aparentemente mais ou menos estruturado”. A construção, embora se prolongue a modalidade assimilativa de toda a cognição, implica simultaneamente em um aspecto de experiência ou de manipulação do meio, e em um aspecto de funcionamento endógeno do sujeito.

Caracterização do Transtorno de Autismo, buscamos definições de autismo mais comumente usadas para direcionar o diagnóstico partem do entendimento de que esta é uma síndrome de etiologia puramente orgânica. Neste sentido para Gauderer existem três tipos de definições: a da ASA (American Society for Autism), a da Organização Mundial de Saúde, contida na CID-10 (10º Classificação Internacional de Doenças, de 1991) e a do DSM-IV (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 1995) da Associação Americana de Psiquiatria. Neste sentido estará sendo considerada a conjunção do DSM IV coligada à definição contida também no Código Internacional de Doenças (CID 10). De acordo com a 10º Classificação Internacional de Doenças (CID-10) de 1991, “o autismo é considerado como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, onde estaria presente um padrão de desenvolvimento anormal e/ou comprometimento, manifestos antes dos 3 anos de idade”. (grifo nosso)

O funcionamento anormal das habilidades da criança estaria relacionado a três áreas: interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo. O DSM-IV (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), por sua vez, apresenta um critério mais detalhado para diagnóstico do autismo, o qual exige as seguintes condições:

- ◆ Para que uma criança seja diagnosticada com autismo será necessário que a mesma apresente sintomas que se enquadrem em pelo menos seis (ou mais padrões) que avaliam comprometimentos qualitativos nas áreas de interação social, comunicação e sinais de comportamento, interesse ou atividades estereotipadas e falta de imitação;

- ◆ Assim torna-se necessário que seja identificado um atraso ou funcionamento anormal nas áreas de interação social, linguagem com fins de comunicação social e jogos simbólicos antes dos três anos de idade;

◆ Apesar de ser reconhecido que o autismo pode ocorrer isoladamente ou em associação com outros distúrbios que afetam o funcionamento cerebral, tais como a Síndrome de Down ou a epilepsia, é necessário que o mesmo não se enquadre na Síndrome de Rett ou no Distúrbio Desintegrativo da Infância.

2.8. Situações e características que ocorrem em portadores do espectro autista.

Os distúrbios de comunicação estariam no centro das dificuldades envolvendo o espectro autista, e apesar de seus diferentes níveis, a linguagem normalmente estaria afetada em todos eles. Em casos mais graves, a linguagem correria o risco de não se desenvolver em indivíduos autistas, mas em outros casos, considerados mais leves, esta poderia se desenvolver com algumas limitações específicas para a experiência de cada um.

As pessoas que sofrem de distúrbios do espectro autista memorizariam traços diferentes de seu meio ambiente, seu processo de exploração do meio estaria voltado para detalhes ao seu redor e isso os impediria de apreciar uma situação por inteiro (ROGÉ, 2014). O acesso às significações abstratas inerentes as relações sociais entre pessoas também se traduziriam em grande dificuldade para o indivíduo autista.

O início do quadro de autismo seria algo sempre anterior aos três anos de idade, normalmente com os pais tomando conhecimento das reações diferenciadas de seus filhos em situações de respostas comuns e ou reação a sons de alguns objetos ou instrumentos, por exemplo, ou por meio dos níveis de introspecção apresentas por estas pessoas.

Os pais, na realidade, apresentam preocupações antes mesmo dos três anos de vida, na medida em que ocorre a falta na interação social das crianças, o outro elemento fundamental para que se constate um diagnóstico se tornaria mais aparente em outras situações, além somente do contato mais próximo para com eles mesmos. Crianças com desenvolvimento normal possuiriam um maior interesse na busca da interação social e dentro do ambiente social desde nascimento. A movimentação social que ocorre mutuamente reforçadora entre a criança e o cuidador iniciaria o desenvolvimento de suas habilidades sociais cognitivas, de comunicação e simbólicas nesse período (KLIN, 2006).

Por outro aspecto, as observações, em bebês e crianças jovens em sua fase inicial, com autismo, a face humana não traz ou não possuiria nenhum p interesse; observar-se-iam distúrbios no desenvolvimento da atenção conjunta, no apego e em outros aspectos da vida

social comuns para outras pessoas na mesma faixa de idade. Em um último momento essencial para a realização de um diagnóstico seria o interesse notavelmente restrito em praticar algumas atividades por parte das crianças com autismo. Para estas, as alterações de rotina, por exemplo, poderiam desencadear reações extremadas.

2.9. Estratégias Práticas que podem ser utilizadas na Intervenção dos Transtornos do Espectro do Autismo.

Neste ponto se faz necessário apresentar o seguinte estudo de caso, extraído do livro (Plasticidade Cerebral e Aprendizagem p. 207), quanto diagnóstico precoce, exemplo a seguir: “Paciente do sexo masculino, 5 anos, cursando nível “B” da pré-escola. Encaminhado por sua escola para avaliação neurológica, psicodiagnóstico e Psicopedagógica em razão de apresentar imaturidade psicomotora” (transcrevi e sublinhei)

Em seu primeiro momento J.G.S. F Tem início o seu atendimento por volta de setembro do ano de 2015, sendo apresentado pelo estabelecimento de ensino privado, onde se fazia presente assiduamente, frequentava a pré-escola, nível B, pelo fato em estar apresentando imaturidade psicomotora. Contudo havia completado 6 anos a pouco menos de três a quatro meses, apresentando bons resultados na área relacionada a cognição. Porém em relação aos seus desenhos os mesmos não continham formas definidas, como também ao colorir os desenhos o seu colorir apresentavam-se irregular, paciente apresenta dificuldades ao recortar as suas atividades em que deveria apresentar regularidades manuais, apresentava comportamento infantilizado, em relação ao seu vocabulário apresentava um potencial de maturidade emocional e a possibilidade de expressar o que sentia em relação às próprias dificuldades. Disse em certa ocasião aos pais: “Eu vou para o esgoto!”

Contudo em razão da imaturidade psicomotora foi diagnosticada conforme a avaliação neurológica como também exame neurológico evolutivo. A especialista que atendeu ao menor J.G.S. F solicita eletroencefalograma como também ressonância magnética cerebral, contudo, porém os seus resultados foram normais. Exceto, porém, pelas dificuldades práxicas, J.G.S. F, não apresentou falhas em exames posteriores (neurológico).

Em um segundo momento, a avaliação psicodiagnóstica, solicitada pela especialista neuropediatra, resultou em encaminhamentos para psicoterapia e atendimento psicomotor, tendo sido iniciado o seu tratamento psicoterápico com orientação parental e também atendimento psicomotor tendo por objetivo em melhorar suas habilidades motoras amplas.

Sendo realizado encontro entre a família, escola, psicóloga como também psicomotricista, com a intenção do ingresso do mesmo ao primeiro ano do ensino fundamental no ano a seguir, razão em que ocorreu ser imprescindível o início de seu atendimento para que fosse possível assegurar e direcionar o menor uma maior e certa tranquilidade com relação às questões escolar uma vez que as mesmas desestabilizavam.

Como um terceiro ponto, este resultante de uma avaliação Psicopedagógica, este incluiu provas do exame psicomotor, recorte, colorido como também cópia de figuras, entre outras, sendo possível perceber a relevância do trabalho em razão e direção à micromotricidade e à prática manual como também a evolução e o desenvolvimento manual. O menor passou a apresentar capacidade de planejar suas ações, porém extrema dificuldade em regular a força em todas as atividades apreensivas e manipulativas mais finais e até mesmo nas atividades e situações menos complexas. Tinha dificuldade em copiar formas simples, fato que ampliava sua angústia em razão as tarefas escolares.

Deste modo, apresenta-se realçado a necessidade e importância de uma Intervenção Psicopedagógica e psicomotora precoce, com o desenvolvimento e agilidade manual e desenvolvida (elaborada) no córtex cerebral, região frontal, está ligada às áreas occipitais relacionadas com a visão. Deste modo, investimentos na área da coordenação visumotora foi o principal foco no início do atendimento. Este ocorreu de imediato após o período de avaliação diagnóstica tendo por razão em minimizar o sofrimento do menor que ficou evidente. Sendo assim necessário atingir a destreza manual proficiente, e para tal houve a organização de um plano integrando as necessidades e os interesses do menor em tela.

A relação profissional entre os envolvidos torna-se altamente necessário, ou seja, equipe multidisciplinar deve ser uma linha única de trabalho para um trabalho mais eficaz, existe uma íntima relação entre imagem do corpo, equilíbrio, dissociação tronco/membros e principalmente de direita e esquerdas(lateralidade) com as praxias finas.

Por fim, os encontros iniciais praticamente “consumidos” em razão da intensa necessidade menor desta discussão, ser inteligente em dominar as situações em que o incomodavam imensamente em seu período escolar, após um período de adaptação e estímulos como ajuda oportuna de toda a equipe pedagógica e equipe especialistas e acompanhante terapêutico, os desenhos e os coloridos aos poucos foram tomando as dimensões necessárias.

Faz-se necessário lembrar sempre, que ao buscar e utilizar estratégias várias para crianças com TEA será preciso levar em consideração que: crianças e adultos com TEA apresentam dificuldades e habilidades em graus variáveis ao seu desenvolvimento social, linguístico, cognitivo, motor e emocional. Desta feita o chamado “espectro de características do autismo” também é observado no que se refere às habilidades e nesses aspectos, pode ocorrer e haver bastante variabilidade. Como já mencionado em outros estudos de cunho científicos da área, onde aborda os principais aspectos onde são apresentadas as dificuldades na “comunicação e interação social e o padrão restrito de comportamento. Alguns “sinais” ou “características” em relação à comunicação verbal (fala) e à comunicação não verbal (gestos, expressões faciais, etc.)” são comumente observáveis no cotidiano da criança. Familiares, profissionais (professores, fonoaudiólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, pediatras, psiquiatras, neurologistas) e pessoas que convivem com a criança devem estar atentos a estes “sinais” para a identificação e intervenção o mais precocemente possível.

A partir das questões acima destacadas (entre aspas) e observadas para realizar as primeiras intervenções referem-se à identificação de alguns desses “sinais”: ausência da fala na idade prevista para tal período; atraso no aparecimento e desenvolvimento da fala em relação à idade esperada; alterações de entonação e velocidade da fala, que se manifesta, por exemplo, como “fala muito pausada”; inversão pronominal (uso de “ele” ao invés de “eu”, por exemplo: A criança diz “Ele não quer!” “Ele não quer!” para expressar que não deseja algo); Ecolalias (repetição da fala das outras pessoas); Rigidez de significados (por exemplo, dificuldade em compreender metáforas, piadas, sarcasmo e expressões com duplo sentido); Ausência de ou pouco contato visual durante situações de comunicação; A dificuldades para fazer a comunicação com outra pessoa; Expressar suas vontades por meio de gestos representativos ocorre uma imensa dificuldade; Pode ocorrer dificuldade na atenção compartilhada durante as interações e conversações; Não querer participar em jogos sociais (por exemplo, em brincadeiras de faz de conta e de imaginação), entre outros “sinais” que podem se fazer detectados.

A pós de observadas as identificações de sinais, como também o diagnóstico estabelecido ou apenas havendo a suspeita de TEA, pode-se iniciar o processo de intervenção propriamente dito. Portanto para isso, se faz extremamente necessário que cada profissional terapeuta ou professor, realizem conjuntamente com a família investigações cuidadosas sobre a criança ou adulto com TEA em seus diferentes contextos de vida (em casa, na escola e

outros). Esta parceria entre os que já convivem com a pessoa com TEA e os profissionais são indispensáveis para compreender as suas necessidades da criança ou adulto com TEA. Outro aspecto que o terapeuta, professor e família necessitam ter em vista que para intervir com qualidade torna-se necessário entender como o portador de TEA processa as informações do ambiente e como ele responde aos estímulos que são lhe são apresentados por pessoas, objetos e situações.

Neste momento não se recomenda que a intervenção fique restrita ao contexto da terapia e ou a situações escolares, porém também no contexto familiar como principal pilar da intervenção do trabalho terapêutico.

Após realização e aferição do diagnóstico sobre o TEA, entra em ação o ABA (Applied Behavior Analysis), Análise do comportamento Aplicada, ou até traduzindo para o português mais comum (ACA)

A ABA quando abordamos em análise do comportamento, estamos a falar sobre uma ciência que estuda o comportamento humano, lançando mão a recursos de comunicação e para facilitar o processamento da informação e facilitação de suas respostas segue abaixo alguns modelos mais usuais por especialista, acompanhante terapeuta, familiares, psicólogos, etc.

- Explore o período e o momento da existência de maior interação da criança para conversar com ela, usando palavras simples e frases curtas.
- Auxiliar a criança a uma compreensão das brincadeiras sempre orientando antecipadamente como acontece com frases curtas e diretas (com objetivos explícitos).
- A necessidade em se fazer pergunta, ou seja, o momento em que se quer a imitação ou até mesmo o eco (reprodução) da fala depois de feita uma pergunta ou disser algo para a criança se faz necessário, aguardar e permita que a criança pense (deve ser dado um tempo maior para processar a informação) antes de responder.
- Na ocorrência da necessidade em Incentivar a criança a chamar pelo nome tanto na presença de outras pessoas como na presença dos familiares. Por exemplo: a professora e os amiguinhos mais próximos.

- Quanto ao uso dos recursos áudios e também visuais devem ser destacadas quando o assunto é intervenção nos TEA, assim utilização de recursos visuais como desenhos, figuras, fotografias, vídeos ou objetos concretos associados ao aspecto que se pretende desenvolver ou à atividade planejada, pode ajudar na compreensão e interesse de crianças e adultos com TEA. Usar situações de rotina diária em casa, na terapia e na escola, passo a passo de algumas situações do cotidiano, por exemplo, de como usar o banheiro ou tomar banho. Usar histórias sociais para situações sociais do cotidiano, como cumprimentar as pessoas, esperar sua vez para falar, despedir-se, etc.

- Busque oportunidades para elogiar a criança. Ensine e elogie formas adequadas de se comunicar, compartilhar, esperar, etc.

- Faça pedidos que você sabe que a criança pode realizar para promover situações em que ela é “bem-sucedida”. Você pode dividir as tarefas e atribuições em partes e passos menores, ou peça para a criança fazer somente uma parte da tarefa, como por exemplo: guardar uma peça de cada vez do jogo ao invés de pedir que guarde todas as peças de uma só vez. Busque elogiar quando a criança atender as solicitações.

- Use interesses específicos e preferências da criança para incentivar habilidades e talentos. Você pode usar também o interesse restrito para se aproximar da criança ou para despertar o interesse em assuntos que ela a princípio ela não se interessa.

- A leitura de histórias pode ser também bastante incentivadora para alguns. O tipo de material e como conduzir a situação dependerá dos interesses e habilidades da criança. Por exemplo, começar livros que contenham muitas imagens grandes e coloridas e histórias curtas. Não é necessário ler exatamente o que está escrito, você pode adaptar para algo que seja do interesse da criança.

- Brincadeiras simples com bolinhas de sabão e cócegas podem proporcionar situações muito importantes em relação ao contato visual, atenção compartilhada e habilidades sociais, por exemplo.

- Se a criança ou adulto com TEA apresentar comportamentos considerados agressivos como quebrar objetos, bater em outras pessoas ou em si mesmo, deve-se procurar o que ocorre antes e após esta situação e busque formas de modificar o ambiente e as situações em que ocorre o comportamento considerado inadequado. Por exemplo: O

excesso de sons misturados, televisão, pessoas circulando podem ser incômodos e podem estar relacionados a esses comportamentos.

Muitas pessoas com TEA apresentam alguma particularidade sensorial em diferentes graus. Algumas crianças são muito sensíveis quanto à recepção de informações sensoriais. Por exemplo: grande incômodo com sons muito intensos (estímulo auditivo) ou não toleram a sensação da etiqueta em suas camisetas (estímulo tátil). Por outro lado, algumas crianças aparentam ser pouco sensíveis a estímulos sensoriais, ou seja, necessitam de uma maior intensidade de estímulo para que este seja percebido. Por exemplo, algumas crianças buscam a sensação de pressão tátil intensa ao serem massageadas ou ao serem firmemente enroladas em cobertores. Você pode utilizar estratégias que envolvam atividades psicomotoras e sensoriais com água, areia, diferentes texturas, usar massinha, molas, pula-pula, redes, tapetes, bolas de diferentes tamanhos.

Criar momentos que venham fazer uma maior interação e convivência entre as pessoas do grupo da mesma faixa etária. Na escola a criança pode sentar-se próxima ao professor e ao lado de outras crianças “comunicação” que auxiliem na interação social. Sempre desenvolver situações de trabalho em grupo, observando como a criança se comporta e sempre buscando favorecer a interação dele com os outros alunos. Os pais podem convidar colegas da escola para um lanche divertido em sua casa ou situações similares.

- Em casa a família pode organizar espaços específicos para jogos e brincadeiras. Caso não seja possível em razão do poder econômico se faz necessário usar de criatividade para este objetivo, você pode demarcar os locais que serão utilizados. Sente para brincar, se divertir com a criança e simbolizar mostrando a função de cada brinquedo ou objeto. A criança aprende por meio das suas experiências e o papel dos adultos é oferecer essas oportunidades. Os terapeutas e professores podem auxiliar os pais sobre como organizar estas situações.

Criar estratégias e situações e como utilizá-las são muito importantes. Aqui segue exemplos de como podemos empregar os diferentes objetivos. O professor, Assistente Terapeuta, psicopedagogo e demais especialistas podem fazer uso das estratégias e objetivos em lugares diferentes e com pessoas diferentes. Sempre que possível, nas brincadeiras ou no dia a dia, você pode inserir novas situações de aprendizagem. É sempre importante planejar e compreender seus objetivos e se as estratégias empregadas de fato podem te levar aos

objetivos pretendidos. A intervenção com uso de jogos e brincadeiras, por exemplo, não é “brincar por brincar”, objetivos terapêuticos e educacionais devem estar claros para o profissional que atua e estes precisam saber orientar a família sobre isso. Atualmente compreendemos melhor como as crianças e adultos com TEA aprendem e se comunicam, assim, é possível desenvolver programas estruturados de intervenção nos mais diferentes ambientes permitindo que todas as crianças tenham oportunidade de desenvolver suas habilidades.

2.10. Vitórias e conquistas do Grupo Autista em relação aos seus Direitos quanto Cidadão.

(CAOP) de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência do Autismo. Tem uma aguerrida luta em prol de sua entidade, buscando o reconhecimento, como também um maior engajamento das autoridades constituídas, a luta chega ao seu auge com a criação da data 2 de abril como dia Mundial do Autismo, assim instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) sendo comemorada pelos países desde 2008. Qual objetivo essencial é o de conscientizar e chamar a atenção da sociedade em razão do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No Brasil, com o advento a data passa a ser oficializada de fato pela Lei Federal nº 13.652/2018, sancionada pelo Presidente da República em exercício, contudo a Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, faz esclarecimento que nosso país, inclusive, conta com uma legislação avançada em relação ao autismo, com destaque para a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei Federal nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) que: *in verbis*

§ 2º, do art. 1º, esclarece que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Com o advento da pandemia de COVID-19, em 2020, a ONU passa a chamar a atenção para o fato de que as pessoas com portadoras de TEA passam ter *garantidos seus direitos à autodeterminação, à independência, à autonomia, bem como ao acesso à educação e ao mercado de trabalho, em igualdade com as demais pessoas*, destacando que os impactos causados em razão da COVID-19. Nos sistemas de suporte, geram obstáculos para que essas pessoas exerçam plenamente seus direitos, mas não podem significar retrocessos, motivo pelo qual os Governantes têm a responsabilidade de garantir que suas ações incluam as pessoas com TEA.

Partir do advento da Lei 13.977, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.

Apresentamos a seguir a partir das conquistas e lutas chegando ao seu ápice com a assinatura da Lei pelo então presidente

Art. 1º Esta Lei, denominada "Lei Romeo Mion", altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita.

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), passa a vigorar com as seguintes alterações:

§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista." (NR)

§ "2º (VETADO)." (NR)

"Art. 3º-A". É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º A Ciptea será expedida pelos órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;

II - Fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - Nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador;

IV - Identificação da unidade da Federação e do órgão expedidor e assinatura do dirigente responsável.

§ 2º Nos casos em que a pessoa com transtorno do espectro autista seja imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência, residente fronteiriço ou solicitante de refúgio, deverá ser apresentada a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), com validade em todo o território nacional.

§ 3º A Ciptea terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado, e deverá ser revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a contagem das pessoas com transtorno do espectro autista em todo o território nacional.

§ 4º Até que seja implementado o disposto no caput deste artigo, os órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista deverão trabalhar em conjunto com os respectivos responsáveis pela emissão de documentos de identificação, para que sejam incluídas as necessárias informações sobre o transtorno do espectro autista no Registro Geral (RG) ou, se estrangeiro, na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou na Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), válidos em todo o território nacional.”.

Art. 3º O caput do art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“VII - o requerimento e a emissão de documento de identificação específico, ou segunda via, para pessoa com transtorno do espectro autista.” (NR)

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A mesma passou a vigorar a partir de sua assinatura pelo então presidente em 8 de janeiro de 2020; desde então serve como arcabouço de garantia para todos que dela venha fazer uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS;

Muito embora este não venha a ser um assunto, em que possamos esgotar em poucas ações ou tentativas este requer um engajamento maior não só dos portadores, mas sim de toda uma sociedade, família, escola e governo.

Porém apresentar soluções e a real necessidade de um tratamento precoce e com os apoios necessário, que o problema exige de cada um de nós. Assim o apoio á família do portador de: transtorno, síndrome e, demais enfermidade faz-se necessário, onde em alguns momentos as famílias ficam desamparadas, onde no primeiro momento em que recebem o diagnóstico contrário as suas expectativas, o teto desaba em suas cabeças, assim como ocorre a síndrome do “luto” pela família ao receber a notícia.

Denota-se, ainda, no que se refere ao processo de intervenção terapêutico e intervenção escolar não se encerra quando a criança com síndrome ou transtorno, repete ou imita o gestual ou o que lhe fora pedido ele venha ter aprendido a codificar ou até mesmo decodificar palavras e textos, já que a compreensão na leitura geralmente está prejudicada. Deste modo, durante todo o processo educativo, o desenvolvimento é algo contínuo no ser humano, a criança e/ou adolescente podem necessitar de atenção, muitas vezes individualizada.

Ademais nos referimo-nos ao ser humano (índividuo) sujeito em sua dimensão única, como sendo o elemento que nos une em um único campo, onde buscamos entender e compreender a sua construção a cada dia, cada conquista e evolução, onde a equipe multidisciplinar desempenha fundamental papel e sensação de completude na busca da construção peculiar de cada intervenção, qualificando o fazer ao longo das intervenções.

REFERÊNCIAS O pequeno Príncipe, SAINT, - Exupéry, Antoine de; 1. Ed- Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

Avaliação Psicopedagógica da criança de zero a seis anos; Vera Barros de Oliveira e Nádia A. Bossa (orgs).22. ed. Petrópolis RJ. : Vozes, 2015 (Coleção Psicopedagogia e psicanalise).

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Senado Federal Mesa Diretora- Bienio2001/2002 – Brasília.

FERREA, A.B. de H., Aurélio Júnior; escolar da língua portuguesa 2:ed. – Curitiba: Positivo, 2011

EDUCAÇÃO ESPECIAL e inclusão escolar: HISTÓRIA FUNDAMENTOS. Silva, Aline Maria da; – Curitiba: Intersaberes,2012. (Série Inclusão Escolar).

ESTRATÉGIAS PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO NOS TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO; e-book SABER AUTISMO; BRITO: Cláudia Maria - 2017.

Neuropsicopedagogia Clínica (introdução, Conceitos, Teoria e Prática) Editora JURUÁ; 1ª edição 2015 2ª Impressão; RUSSO; Margarida Toler Rita.

Plasticidade CEREBRAL e APRENDIZAGEM (abordagem multidisciplinar), Organizadores, ROTTA, Newra Tellechea; FILHO; César Augusto Bridi, BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Artmed Editora Ltda. 2018 – Porto Alegre.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM; PAÍN; SARA; Porto Alegre- Artmed Editora 1985 – Reimpressão 2008.

História da Loucura na Idade Média; (Título Original em Frances Historie da la folie á l'Âge classique coleção estudos), MICHEL FOUCAULT, História da Loucura /Filosofia; Editora PERSPECTIVA; Edions GALLIMARD 1972.

LDB fácil (LEITURA CRÍTICO – COMPREENSIVA ARTIGO A ARTIGO) CARNEIRO; Alves Moaci; EDITORAS VOZES 13ª EDIÇÃO, Petrópolis, RJ.

Linha DE CUIDADO PARA A ATENÇÃO integral ÁS PESSOAS COM TRANSTORNOS do ESPECTRO DO AUTISMO e suas famílias, no SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; Série A. Normas e Manuais Técnicos; Brasília DF – 2013.Orgs; SUJUS, L T. de Livia e Silva; MAIA,P, T Pereira ;PERSEQUINI, Rubia Cerqueira .

JORNALISTA INCLUSIVO: ACESSIBILIDADE & INCLUSÃO ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO; (15 ANOS DE Conscientização Mundial do Autismo) ACESSO 10 DE ABRIL das 2022 às 10; 40;

OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. Fundamentos Filosóficos da Educação. 6 ed. S. Paulo: Artmed, 2004. Contribuição de J. Dewey na Educação: Reflexão sob Ponto de Vista da Educação em Moçambique (extraído do artigo em 30/3/2022) às 10h36min.

PERSPECTIVAS; em análise do comportamento (Ensino de Aplicação de tentativas discretas a cuidadores de criança diagnosticadas com autismo) Centro Paradigma; Ciências do Comportamento; (Revista Perspectiva; vol.07. nº01 p.p. 101 -118). Álvaro Junior Melo. et.ali

SMAD – REVISTA eletrônica: Saúde mental, Álcool e drogas (versão On-line ISSNº18066976) SEMAD,Revista Eletrônica saúde mental álcool Drog; Ed. Port; v 4 nº 2 ago 2008 Ribeirão Preto; Helena de Fatima Bernardes Milane et.ali

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA COMO ATO DE CIDADANIA; Janete R Lopes; Jessica D Silva Nascimento; Maurélia D. S. Carvalho; Priscila S. da Silva Martins; Walisson M. Pereira, estudantes da Universidade Paulista Campus Dom Augusto – Ji-Paraná/RO (artigo não publicado) 2021.